

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências Câmpus de Marília

Alexsandro Eleotério Pereira de Souza

**Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias
exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários**

Marília

2019

S729p Souza, Alexsandro Eleotério Pereira de
Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários / Alexsandro Eleotério Pereira de Souza. -- Marília, 2019
183 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Andreas Hofbauer

1. Identidade. 2. Políticas de Ação Afirmativa. 3. Estudos sobre o negro. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Alexsandro Eleotério Pereira de Souza

Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Câmpus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Andreas Hofbauer

**Marília
2019**

Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Câmpus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais na área de concentração “Cultura, Memória e Identidade”.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Andreas Hofbauer (orientador)
(UNESP – Marília)

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga
(UNESP – Marília)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
(UNESP – Marília)

Profa. Dra. Léa Tosold
(Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
(Universidade Federal de São Carlos)

Suplentes:

Profa. Dra. Christina de Rezende Rubim
(UNESP – Marília)

Profa. Dra. Bernadete Aparecida de Castro Oliveira
(UNESP – Rio Claro)

Prof. Dr. Celso Vianna Bezerra de Menezes
(Universidade Estadual de Londrina)

Marília
2019

Dedico essa tese aos que estão sem estarem, de modo especial àqueles cuja trajetória de vida foi abreviada. À minha avó, Galdina Maria Pereira, cujos olhos cintilantes ao me ver tem sido, desde a infância, o motivador de minha caminhada; ao meu eterno amigo, Luiz Henrique Caetano, de quem o lindo sorriso ainda hoje me faz rir; à minha fonte de inspiração na luta negra, Yá Mukumby; e a Felipe Lobato da Cruz, jovem cujos sonhos eu tomei para mim e ao fazê-lo, tenho me permitido realizar coisas que achava até então impossível.

Agradecimentos

Caracterizado como um momento solitário, a escrita desta tese rompeu com essa pressuposição e tomou um outro rumo. Durante esse percurso acadêmico, atrevo-me a dizer que foram raros os momentos nos quais estive só. Junto ao silêncio de meu escritório, livros que teimavam em gritar, artigos que pululavam com certa autonomia, e o mais companheiro nos momentos de escrita, as vozes de meus colaboradores nesta pesquisa. Vozes essas que estiveram comigo mesmo nos momentos de lazer, e até mesmo em meio ao meu sono. Deste modo, posso afirmar que tive certos momentos de angústia, entusiasmo, conflitos, crises existenciais, mas não de solidão.

Todo esse processo foi acompanhado por pessoas e entidades sem as quais certamente a conclusão dessa jornada não seria possível. É a esses que gostaria de dirigir meus sinceros e profundos agradecimentos.

Na qualidade de discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, agradeço a todos do Programa. Aos professores pelo excelente nível intelectual e pelo incentivo no doutorado. Aos servidores por proporcionarem um espaço no qual minhas demandas acadêmicas e pessoais puderam ser supridas, garantindo assim parte relevante da conclusão deste trabalho. Aos meus colegas de curso, pelas trocas teóricas e de experiências pessoais, pelos momentos de descontração e pela hospitalidade em me receberem por vezes em suas casas, na cidade de Marília.

Sou imensamente grato ao meu amigo-orientador, professor Andreas Hofbauer, pela gentileza, sabedoria, permanente atenção e rigor na análise desta pesquisa, além das caronas de Londrina à Marília e vice-versa, orientações que sempre se iniciavam com um bom bate-papo e sobretudo pela compreensão e respeito ao modo com que decidi por elaborar este trabalho.

Minha gratidão aos professores Tony Braga e Christina Rubim, que compuseram a banca de exame de qualificação. Obrigado pelas prestimosas sugestões, pelas leituras criteriosas e pelas indicações bibliográficas, além das críticas oportunas. Agradeço também aos professores que compuseram minha banca de defesa, Léa, Valter, Tony e Paulo pela leitura atenta e valiosas críticas e contribuições.

Aos estudantes do Grupo de Estudos Enfoques Antropológicos (GEA), meus agradecimentos pelas trocas frutíferas e pelo aprofundamento da literatura antropológica, muito significativa nessa empreitada.

Com os amigos Rodrigo, Elianinha, Tarik, Fox e Mccrate tenho uma dívida especial, por seus distintos modos de motivação e trocas de ideias, além de conversas descontraídas sobre a vida, o que com certeza tem deixado a vida mais fácil de ser vivida. Amo cada um de vocês!

Aos meus familiares mais próximos, Dona Irene, Lorraino, Irandra, Marcela, Filipe, Ale, Deia, pessoas com quem as trocas me fortalecem, me fazendo melhor compreender quem eu sou, e por que eu sou. A cada um de vocês um agradecimento especial: obrigado, obrigado, obrigado.

À minha companheira e grande amor, Marina Bigardi (mozão), pela parceria, paciência, abraços, beijos e carinho. Pelo cuidado com coisas objetivas e subjetivas, que me possibilitaram a tranquilidade necessária para estar em meu escritório trabalhando nessa pesquisa. Esse trabalho é nosso! Já meu amor é todo seu!

Agradeço também ao meu filho, Alex, cujo sorrisos, abraços e lembranças me fazem querer caminhar cada vez mais, a fim de poder orgulhá-lo e, quem sabe, servir de inspiração, assim como tantas pessoas me serviram e servem.

Aos membros dos coletivos Quilombo Neuza Souza, NegreX-UEL e Pró-Cotas, dirijo meu carinho e respeito, agradecendo imensamente por me confiarem suas confidências, por me privilegiarem com seus valiosos relatos e de certo modo me permitirem adentrar em seus respectivos mundos, esse trabalho realmente só foi possível devido a confiança de cada um de vocês.

Resumo

A implementação de políticas de ação afirmativa no contexto do ensino superior público brasileiro, especificamente aquelas direcionadas a estudantes que se autodeclararam negros, tem suscitado desde seu surgimento, no início dos anos 2000, uma série de discussões que abrangem distintas esferas da vida nacional. A análise sobre as experiências suscitadas a partir da inclusão universitária, disponibilizadas pelos relatos dos estudantes beneficiados por essas políticas, nos permite o entendimento de que no âmbito das experiências e subjetividades, a implementação das ações afirmativas fez emergir uma nova categoria identitária: os cotistas. Intrinsecamente conectada a concepção de identidade racial, essa nova identidade institucional tem exigido dos estudantes beneficiados pelas políticas de ação afirmativa a busca por uma melhor compreensão daquela que deve ser compreendida e defendida como uma identidade étnico-racial negra, entendida como um recorte, uma variedade dentre as múltiplas e diversas estratégias identitárias desenvolvidas pelos afrodescendentes ao longo da história do Brasil. A tese aqui desenvolvida é de que esse processo que acaba, no plano pessoal, por suscitar a assunção, tensão, conflitos e conseqüente crises identitárias, tem engendrado, em particular no âmbito acadêmico, internamente aos grupos docentes e discentes, uma nova forma de sociabilidade e demanda pelo aprofundamento de experiências étnico-raciais, gerada a partir do posicionamento crítico e político dos estudantes cotistas.

Palavras-chave: Identidade; Estudos sobre o negro; Sociabilidade; Políticas de Ação Afirmativa.

Abstract

Affirmative action policies have raised a series of discussions since its implementation in the Brazilian public higher education context, specifically to policies directed at students who have declared themselves to be black. The analysis of the experiences from the University admission, through interviews with students benefited by these policies, allows us to understand that within the framework of experiences and subjectivities, the implementation of affirmative actions has emerged a new category of identity: the quota beneficiaries. Intrinsically connected to the conception of racial identity, this new institutional identity has demanded from students who are benefited by affirmative action policies the pursuit for a better understanding of what must be comprehended and defended as a black ethnic-racial identity, understood as a possible profile among the multiple and diverse identity strategies developed by Afrodescendants throughout the history of Brazil. The thesis here developed is that this process ends, on a personal level, by raising assumption, tension, conflicts and consequently identity crises and has engendered, in particular in the academic field among teachers and students, a new form of sociability and demand for the attention to ethnic-racial experiences, generated from the critical and political positioning of quota students.

Keywords: Identity; Racial Studies; Sociability; Affirmative Action Policies.

Sumário

Introdução	10
I – A implementação da política de reserva de vagas no vestibular de universidades públicas brasileiras: o caso Universidade Estadual de Londrina 31	
1.1. Bem-vindos à pequena Londres: uma cidade nova, constituída por velhas epistememes, mitos e ideologias	34
1.1.2 Presença negra em Londrina	41
1.1.3 Implementação de políticas de ação afirmativa e a mudança no perfil discente da UEL: conflitos impostos pela abertura à diversidade socioeconômica e étnico-racial	46
1.2 Processo de formalização da identidade cotista na UEL	55
II – Políticas afirmativas no contexto Brasileiro: o processo de implementação do sistema de cotas	71
2.1 Vicissitudes dos Movimentos sociais negros durante o século XX: a luta pela cidadania do negro no Brasil	75
2.2 A Conferência de Durban: o surgimento de políticas públicas direcionadas às populações afrodescendentes no Brasil	96
2.3 Políticas de reserva de vagas direcionadas pelo recorte racial	99
2.4 O processo de implementação da política de cotas na UEL	107
III – De Negro a Cotista e de Cotista a Negro: o nascimento de um sujeito político e as implicações para a sociabilidade acadêmica e seu entorno	118
3.1 Tornar-se negro: identificação negra e a deslegitimação das concepções identitárias dos futuros estudantes cotistas	120
3.2 Rompendo fronteiras: novas experiências suscitadas pelo confronto de identificações identitárias em campo “hostil”	131
3.2.1 A trajetória universitária de Nakia	137
3.3 Resquícios da epistemologia colonial: conflitos, enfrentamentos e críticas à invisibilização e objetificação do negro e de suas peculiaridades socioculturais no meio acadêmico	146
Considerações finais	169
Referência bibliográfica:	174

Introdução

Ciente de meus traços negroides desde de tenra idade, minha memória sobre a primeira vez em que me autodeclarei negro se mostrou de certa forma tardia, aos 22 anos de idade, concomitantemente a inserção ao âmbito universitário. Não obstante, após esse primeiro momento a assunção enquanto indivíduo negro, sobretudo no âmbito acadêmico, passou a ser uma prática cotidiana em minha vida. Identidade essa que também passei a me identificar, bem como reivindicar e que acabou por se estender ao contexto profissional e demais âmbitos sociais. A ocasião na qual ocorreu pela primeira vez essa identificação foi mediante a banca de homologação para a matrícula de estudantes que se autodeclararam negros e assim optam pela reserva de cotas raciais no vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL), diante de meia dúzia de outros indivíduos de pele preta e parda, juntamente a duas mulheres brancas.

Preto retinto, me recordo que frente à questão sobre minha cor autodeclarada, sucedida por algumas outras perguntas de viés pessoal realizadas por uma mulher preta de nome Vilma, ter dado a seguinte resposta, em tom desaforado: “sou negro, ué!”. Antes de realizar a pergunta, Vilma e os demais membros haviam se apresentado. Alguns se identificaram como membros do movimento social negro londrinense, a exemplo de minha interlocutora, outros como representantes de órgãos institucionais públicos do município de Londrina, ligados a temática étnico-racial, por fim, docentes, discentes e servidores da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Não me é tão lúcida a sensação em verbalizar pela primeira vez minha identificação com uma identidade negra. Ao menos no plano consciente, esse eu, como sinônimo de negro, não me causou uma catarse ou outro tipo de *insight*. Imagino que a contundência de minha pele preta, entendida por mim naquele momento como adjetivo de negro, tenha naturalizado esse momento. No percurso de minha trajetória de vida as verbalizações sobre esse fato, que toca o pertencimento étnico-racial, foram ínfimas. Não obstante, em diversas situações sociais os olhares e as posturas corporais advindas de colegas de escola, professores, frequentadores de espaços de lazer os quais eu frequentava, entre outros, me faziam lembrar, de algum modo que não sabia até

então sistematizar e verbalizar, a cor de minha pele. Ao longo de minha trajetória de vida algumas experiências pessoais me levaram a constituir a consciência de que minha presença em alguns espaços sociais, mormente os de maior prestígio, era menos tolerada do que em outros, socialmente desprestigiados. Sobre essas percepções, encontrei, mais tarde, uma teorização que muito me auxiliou. De acordo com o diagnóstico elaborado pelo antropólogo Lívio Sansone, essas experiências de maior ou menor sentimento de aceitação em determinados espaços sociais se deve ao que o pesquisador denomina como áreas duras, caracterizadas por contextos sociais menos receptivos à população preta e parda, e áreas moles, espaços sociais mais abertos ao grupo anteriormente citado (SANSONE, 2007). Contudo, até a imersão universitária essas experiências não haviam ainda sido para mim objeto de problematização, tratadas deste modo com certa naturalidade.

Recordo-me da sensação de alento quando no primeiro dia de aula na graduação em Ciências Sociais, deparei-me, dentre os demais 40 estudantes, com outro graduando de pele preta. Luis, o estudante em questão, ao me ver na sala de aula já foi se aproximando, apresentou-se e em seguida questionou quem eu era, nascendo ali uma grande parceria. Pensando em retrospectiva, em meu percurso educacional sempre fui uma exceção como estudante de pele preta em sala de aula. Lembro-me que no terceiro ano do ensino fundamental tinha uma outra companheira como exceção na sala: Marcela era seu nome. Contrariamente à relação estabelecida com Luis, eu e ela não firmamos uma relação explícita de cumplicidade, no máximo uma troca de olhares, como quem sabe que de alguma forma estávamos ligados para além da identidade estudantil.

Nascido na cidade de São Paulo, a primeira frase de Luis direcionada a mim, logo após nossas apresentações, foi: “caraca mano, só tem branco nessa cidade, e sobretudo nessa universidade, que loucura”. Em meio a risos, estabeleceu-se ali minha primeira conversa sobre a *questão racial*, Luis já tinha uma certa familiaridade com o tema. Questionei-o sobre o motivo do espanto, se em sua cidade natal os espaços eram melhor distribuídos entre pretos e brancos. Obtive para essa questão duas respostas: a primeira era que, dado o fato de ter uma família bastante extensa e sobretudo muitos primos, Luis sempre estava na companhia de pessoas pretas; já a segunda afirmação, era de que ele sempre

frequentou espaços sociais cuja presença de pretos e pardos era intensa. Luis me relatou ainda que seu pai era sambista, um exímio pandeirista, e também que ele e seus demais familiares frequentavam os terreiros de Umbanda, espaços de preto, nos dizeres de meu amigo.

Diante dos relatos sobre minhas vivências familiares e sociais na infância e na adolescência, Luis, com uma boa gargalhada, disparou: “você é o pretinho mais branco que eu conheço”. Não compreendi em sua totalidade o que aquela afirmação significava: como ser um preto que é branco? Todavia, após ter ouvido algumas de suas experiências de vida e no contexto familiar não soube como contrariá-lo, acabei também por rir e não aprofundamos naquele momento essa conversa.

Grosso modo, no âmbito familiar, que vivenciei num primeiro momento residindo na área rural, a religião católica, predominante entre meus entes, a falta de discussão sobre a temática racial, e os preconceitos e brincadeiras hoje compreendidas como racistas por nós praticados, tendo por objeto aspectos das religiões de matriz africana e afro-brasileira, bem como as características fenotípicas de pretos e pardos eram, lembro-me, uma constante nesse meio. Já no fim da infância e início da adolescência, minha vivência na casa localizada em bairro nobre na área urbana londrinense, em meio aos hábitos burgueses dos patrões de minha mãe, espaço em que desempenhava trabalhos domésticos e também, no fundo da casa grande, nosso local de moradia, disponibilizaram os qualificativos responsáveis, acredito eu, para o veredito de “pretinho branco” imposto por meu amigo Luis.

Para além das conversas sobre a temática étnico-racial com Luis, que se estenderam para além do campus da universidade, foi quase ao fim daquela intensa primeira semana de imersão universitária, na quinta-feira, que tivemos aula com a professora dra. Maria Nilza da Silva. Essa foi a primeira professora de pele preta com quem tive contato ao longo de meu percurso escolar, e também ao longo do acadêmico. Pesquisadora das desigualdades e relações raciais, em nossa segunda semana de aula já estávamos, eu e o Luis, resolvendo os trâmites burocráticos a fim de nos inserirmos no grupo de estudos coordenado por Maria Nilza, o Laboratório de Estudos Afro-brasileiros (Leafro), ao qual continuo vinculado, e também ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

(NEAB-UEL), órgão responsável pela recepção, discussão, implementação e avaliação de assuntos relacionados a questão racial.

Ao longo do percurso acadêmico o debate étnico-racial foi, e assim continua a ser, uma constante, ampliando-se para meu campo profissional enquanto professor no ensino médio e superior. As descobertas acerca dos meandros sócio-históricos e político-culturais que envolvem as desigualdades, a diferença e o racismo à brasileira me permitiram, *a posteriori*, melhores percepções sobre algumas de minhas experiências pessoais e processo de sociabilidade em meio ao “mundo branco” no qual eu vivia. Esse “mundo branco”, por sua vez, por mim caracterizado como espaços sociais nos quais prevalecem a negação verbal e paradoxalmente constante prática do racismo (empírica e teoricamente compreendido como *mito da democracia racial*), majoritariamente velado, bem como a naturalização do abismo socioeconômico entre brancos e pretos/pardos.

Objetivando compreender o modo com que a questão racial permeou minha trajetória de vida, mesmo sem que eu assumisse ou me identificasse anteriormente à minha entrada na UEL com uma perspectiva essencializada ou desessencializada de identidade negra, ou que tivesse tido discussões prévias sobre a questão racial, coloquei-me a problematizar teoricamente sob viés majoritariamente sociológico os ambientes sociais nos quais estava inserido.

Assim, minha mudança de residência, de um bairro periférico para um bairro elitizado - cuja possibilidade se deu devido à divisão de gastos com aluguel com outros sete colegas universitários brancos - e, por conseguinte, os efeitos objetivos e subjetivos que essa mudança de bairro causou em mim, foi o responsável por levar-me ao recorte de meu primeiro objeto de pesquisa, já no final da graduação. Desta feita, minha monografia de graduação obteve o seguinte título: ***Sociabilidade e Território: o cotidiano do negro em Londrina***, cuja temática envolve a segregação não oficial, mas socialmente tolerada, de pretos/pardos e brancos nos bairros londrinenses. Acabei por concluir neste trabalho que, com algumas exceções que não deixam de confirmar a regra, os bairros periféricos e marginalizados são territórios nos quais a população preta/parda está historicamente mais bem representada. Para além desse dado quantitativo pude também observar que essa periferização da população preta/parda foi ao longo da história brasileira estrategicamente planejada, sendo

socialmente compreendida e aceita com certa naturalidade. Como resultado dessa naturalização social, bem como sua institucionalidade planejada por grande parte da elite intelectual e política brasileira, a presença de indivíduos pretos/pardos em territórios socialmente prestigiados é tida como algo incomum ao imaginário social, fato que ajuda a explicar algumas questões suscitadas diante da mudança de bairro (HASENBALG, 1979; SANSONE, 2007; SOUZA, 2012).

Concluída a graduação passei a ministrar aulas de sociologia na rede pública de ensino. Tal oportunidade me permitiu um aumento considerável de renda e através desse, maiores possibilidades de acesso a bens e serviços. Não obstante, esta nova realidade me impôs novas questões sociais e perguntas sobre aspectos da constituição de minhas idiossincrasias. Muito próximo a meus familiares, residentes na área rural, e de minha mãe, irmãos e colegas do Jardim União da Vitória (bairro periférico londrinense onde morei no fim da adolescência e início da vida adulta), somam-se agora os novos colegas de trabalho e aqueles adquiridos nos novos espaços sociais, *áreas duras*, os quais passei a frequentar (bares, clubes, cursos de idioma, etc.). Estes novos espaços e esses novos colegas se caracterizavam, respectivamente, por serem ocupados, em particular, por pessoas brancas e por serem esses amigos, em sua quase totalidade, brancos. O estranhamento e o desconforto que tal fato me dava (dá), por ser quase sempre o único preto em tais espaços e entre tais amigos me levou ao engendramento de um novo objeto de pesquisa. Desdobrado no mestrado em Ciências Sociais, esse novo objeto recebeu o seguinte título: ***Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina***, cuja temática, como explicita o título, versa sobre os limites materiais e imateriais impostos aos cidadãos pretos e pardos em Londrina. Verificou-se nessa pesquisa que, independentemente da posição socioeconômica, de maior ou menor prestígio, expressa, sobretudo, pelas profissões dos entrevistados que se autodeclararam negros (empregadas domésticas, professores universitários, policial federal, pintor, atleta), todos, sem exceção, sofreram e sofrem algum tipo de restrição social em sua vida cotidiana, da qual, como nos revelavam os entrevistados, o racismo é a principal causa. Essas restrições são responsáveis por permitir aos indivíduos de pele preta e parda uma sociabilidade permeada por aspectos mais restritivos, na qual as ambições materiais e simbólicas

(reconhecimento de *status*) desse grupo são reguladas por uma legitimação social que atrelada a outras variáveis sociais, econômicas, culturais, étnicas e raciais os relega à posição de cidadãos de segunda classe, logo, estereotipados, estigmatizados e assim passíveis de maior subalternização (HASENBALG, 1979; HOFBAUER, 2006; SILVA, 2006; SOUZA, 2013).

O convite para compor a comissão para a homologação de matrícula de estudantes que se autodeclararam negros, optantes pela reserva de vagas raciais no processo vestibular da UEL, oito anos após ter sido eu sabatinado por essa mesma comissão, causou-me o *insight* responsável pela elaboração desse trabalho. Observando a dificuldade enfrentada pelos estudantes diante de questões que exigem seu posicionamento no tocante à identidade étnico-racial, pude aferir que foram raros os estudantes que de modo espontâneo e aparentemente sem constrangimento verbalizaram sua negritude diante da identificação étnico-racial negra. Já nos demais estudantes, a percepção de uma certa angústia e mesmo descrença em serem negros, mas sim pretos e pardos, foi passível de observação. Verificou-se, por vezes, a ação protocolar de alguns candidatos que se apresentavam à banca, os quais não demonstravam real convicção para com a identidade étnico-racial ali solicitada, visando apenas se beneficiar desta política pública. A observação da repetição dessas ocorrências decorreu entre os anos de 2013 a 2015, período em que fui membro da comissão de homologação como representante discente da UEL.

Uma primeira análise e percepção acerca desse processo de aferição da identidade racial, cuja finalidade, do ponto de vista formal, é a busca por justiça social àqueles socioeconomicamente prejudicados pelo processo sócio-histórico, é que a concepção sobre declarar-se negro elaboradas por entidades da militância negra e outros órgãos institucionais, ali representados pelos membros da comissão de homologação, é diferente daquela concebida pelos indivíduos ali “julgados”. As respostas a esta questão foram múltiplas e singulares. Pude ouvir respostas que muito se assemelhavam à dada por mim, anos atrás: “sou negro, ué!”. Outras também como, “eu não, mas um de meus progenitores é”. Houve ainda respostas como, “minha pele é parda, quase branca, mas me identifico como negro”.

Para além das falas, as expressões faciais e corporais dos estudantes nos disseram muito sobre aquele momento. Angústia, espanto e uma certa falta de

compreensão sobre o motivo de algumas das indagações suscitadas pelos membros da comissão de homologação, são essas nossas primeiras percepções sobre aquele ritual institucional cuja finalidade, ao menos objetivamente, era aferir a autodeclaração racial, exposta na inscrição para o processo vestibular, com a pele dos estudantes.

A partir dessa vivência me surgem as seguintes questões, desencadeadas por esse ato burocrático, a saber: Auto-afirmar a pele preta ou parda é o mesmo que autoafirmá-la e identificar-se como negro? Ter ascendentes familiares pretos/pardos torna o estudante negro (fisicamente, ideologicamente ou politicamente)? Solicitar ao indivíduo que se identifique com uma identidade étnico-racial com a qual ele não se identifica, mas pela qual a sociedade o reconhece é o melhor meio para determinar quem deve/pode beneficiar-se de políticas públicas específicas? Qual o impacto da vivência como “cotista” sobre os hábitos, reflexões, atitudes e práticas cotidianas no meio acadêmico e da comunidade externa? Quais processos identitários e posicionamentos políticos surgem desses questionamentos identitários? São essas as principais questões que nos instigam na elaboração desse trabalho.

Os debates e discussões acerca das identidades individuais e coletivas têm, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, se ampliado exponencialmente, fornecendo assim um amplo material teórico e mesmo empírico àqueles que desejam se aprofundar nesse debate (OLIVEIRA, 2000; HALL, 2006; SILVA, 2014). Todavia, a prática social nos demonstra que questões sobre identidade individual e social não se colocam cotidianamente como objeto de reflexões para grande parte dos indivíduos imersos na praticidade e processos de naturalização das variáveis socioculturais e políticas do dia a dia. Esse conjunto de variáveis identitárias, por sua vez, são operacionalizadas em circunstâncias específicas, mormente mobilizadas em momentos conflituosos e/ou de crises em meio às relações sociais, culturais e institucionais (OLIVEIRA, 1976; SILVA, 2014; WOODWARD, 2014). Ocasões essas caracterizadas pela formalidade e/ou julgamento do merecimento ao usufruto ou não de direitos e privilégios sociais, econômicos, políticos e jurídicos; ou mesmo informais, nos quais, com objetivo de subalternizar, inferiorizar ou de fazer-se superior a outrem, os diferentes agentes lançam mão de distintas identidades para si e para o outro (TODOROV, 1993; GOFFMAN, 1988).

Em nossa época algumas políticas públicas, a exemplo das de ação afirmativa, têm, inexoravelmente, questionado grupos sociais que historicamente têm sido oprimidos por questões sociais, econômicas e culturais, sobre suas identidades identitárias (cultural, regional, étnica, racial, etc.). Essa realidade, por sua vez, se contrapõe a outros momentos sócio-históricos, no contexto brasileiro e global, nos quais a narrativa oficial se pautava em identidades mais homogêneas, a exemplo da identidade de classe (SCOTT, 1998; HALL 2006).

A partir da perspectiva de linhas teóricas advindas de campos distintos das ciências humanas, temos hoje amplas possibilidades para uma compreensão crítica sobre o trato dado ao conceito de identidade, conceito esse cuja legitimidade se vê em constante disputa pelos diferentes campos de saber. Não obstante, a literatura acadêmica que tece crítica à modernidade e pós modernidade, sobretudo aquela que se debruça sobre a temática identitária, leva-nos à percepção de que há um certo consenso entre a antropologia contemporânea, os estudos culturais, os estudos pós-coloniais e aqueles elaborados pela teoria *queer* de que a identidade, seja ela individual ou social, é fluida em sua essência, instável, pois insuflada por distintas contingências, logo, com possibilidades de constantes transformações. Essas perspectivas, por sua vez, se contrapõem a identidades concebidas como essencializadas, caracterizadas, em particular, por desconsiderarem as intersecções socioeconômicas e político-culturais que atravessam os diferentes sujeitos e agentes, classificados e denominados a partir caracteres homogeneizadores e naturalizantes. Temos a partir desta perspectiva, a possibilidade de elaboração de categorias analíticas, bem como o entendimento de estratégias de lutas utilizadas a fim de se contrapor às constatações hegemônicas, e/ou naturalizar identidades e culturas historicamente mutáveis (BARTH, 1997; MUNANGA, 1999; ERIKSEN, 2003; HALL, 2006; GILROY, 2012; HOFBAUER, 2006).

Balizado por essas perspectivas teóricas, tenho a percepção de que, para além da problemática em se identificar e como resultado limitar-se a uma ou algumas identidades, sucumbindo assim àquilo que Gilroy (2012) caracteriza como *absolutismo étnico*, há também o fato de que em sua maioria essas identidades são incapazes de representar a totalidade daquilo que o indivíduo quer expressar sobre si. Em outras palavras, pode o indivíduo reivindicar ou ser coagido a identificar-se com alguma/s identidade/s, contudo, diante do fato de

ter o agente que escolher uma/s dentre as diversas identidades pré-estabelecidas possíveis, quais as consequências subjetivas e sociais a qual este estará submetido? Têm essas identidades étnico-raciais a potencialidade de abarcar a totalidade de suas respectivas idiossincrasias e ambições sociais?

Ora, diante da fluidez com que as distintas identidades se nos apresenta na contemporaneidade, acredito ser necessário o entendimento de que uma identidade serve a distintos propósitos, sejam elas imperativas ou situacionais (ERIKSEN, 2001). Essas identidades, por sua vez, operacionalizados, em particular, pelas especificidades do *campo social* no qual dialogam os agentes, explicito pelo contexto sócio-histórico no qual desenvolve-se a identificação identitária, também de acordo com os interesses político-econômico, socioculturais e concepções epistêmicas dos sujeitos envolvidos no cenário social a ser problematizado.

Daí a problemática que se explicita diante dos relatos dos estudantes optantes pela reserva de vagas raciais na UEL. Sem a compreensão de algumas das complexidades sócio-históricas, político-econômicas e epistêmicas, constituintes e mantenedoras das variáveis que compõem a problemática étnico-racial e de *classe* no âmbito brasileiro, ao adentrarem o campus da universidade esses estudantes passam a ser designados como cotistas. Balizados pelas relações sociais surgidas após a inserção nesse *campo social*, esses jovens se veem afetados pelo fato de serem identificados por uma nova identidade, para além da discente: a de cotistas. Essa nova identidade, por sua vez, diretamente constituída a partir de uma outra, mais antiga a essa, propagada como uma espécie de essência por distintos âmbitos da comunidade acadêmica e externa como identidade negra. Assim, semelhantemente ao ocorrido com sujeitos essencializados pela crença unilateral em uma única perspectiva de identidade negra, ao se homogeneizar os estudantes cotistas, desconsidera-se muitas de suas individualidades subjetivas, culturais, sociais e econômicas. Desta feita, a existência de múltiplas identificações e identidades paralelas experienciadas e vivenciadas pelos distintos sujeitos tendem a ser colocadas em segundo plano ou mesmo apagadas, reprimidas, não levadas a sério.

Provocados pelas políticas de ação afirmativa a esse processo de etnicização e racialização, a partir da necessidade da autodeclaração negra para o pleito das vagas com recorte racial no processo de seleção vestibular da

Universidade Estadual de Londrina, a percepção dos distintos significados sociais atribuídos à identidade negra acaba por se explicitar a esses estudantes nas particularidades do dia a dia, em meio à vida cotidiana no campus. O desvelamento desses significados por parte dos estudantes têm sido os grandes responsáveis pela identificação para com uma nova forma de identidade negra, não essencializada, logo mais plástica, e também, como veremos, instituída de caráter político. Interessa destacar que esse processo tem também se mostrado como propício para a identificação com outras identidades culturais e étnicas e, conseqüentemente, pela inserção cada vez maior de agentes no campo de disputas político-identitárias. Tem-se desta forma a identidade como um bem a ser assumido e, conseqüentemente, como alavanca para o posicionamento crítico no que se refere a outras questões sociais, para além da *questão racial*.

Negritude, identidade, pele preta e parda, pele branca, negro, raça, racismo, racialização, etnicização são alguns dos conceitos utilizados até aqui, corriqueiramente manuseados em meio aos debates empreendidos na vida social e acadêmica na contemporaneidade. Esses conceitos, por sua vez, disputados no mundo acadêmico, militante e nas demais práticas sociais do dia a dia, não existindo, todavia, consenso sobre a legitimidade de seus significados. Daí que alguns desses termos podem ser compreendidos como conceitos responsáveis por suscitar algumas das principais problematizações e, por conseguinte, inserirem os diferentes sujeitos em arenas de discussões que, por vezes, lhes fogem à compreensão prática e cognitiva. Exemplo dessa realidade explicita-se nas vivências dos vestibulandos que, frequentemente guiados por noções empíricas e de senso comum acerca dos conceitos citados no início desse parágrafo, diante da opção ou não pela política de reserva de vagas, veem-se em meio a essas disputas por legitimidade conceitual, política e de experiência.

Nesta perspectiva, concordamos com Hofbauer (2006) quando defende a ideia de que “as palavras, e deste modo, os conceitos são produtos histórico-culturais que expressam intencionalidades individuais e coletivas, e, conseqüentemente, podem e devem ser vistos como intimamente ligados a construção da realidade social” (HOFBAUER, 2006, p. 16). Realidade social esta em constante transformação, influenciada *a priori* pelos agentes em campo, mesmo sem a consciência do papel exercido, seja enquanto questionador ou de

legitimador da realidade vivenciada, alterada e/ou mantida em determinado campo social.

A vivência empírica enquanto estudante de graduação e mestrado na Universidade Estadual de Londrina permitiu-me a percepção, sobretudo nos anos finais desse ciclo cujo termino se deu no ano de 2018, de algumas mudanças significativas no que diz respeito à sociabilidade acadêmica nesse contexto. Debates sobre a temática étnico-racial, de gênero, sobre sexualidade, dentre outros, têm sido gestadas no campus universitário a partir, em particular, das demandas empreendidas individualmente por estudantes cotistas com percepção crítica e também por distintos coletivos de estudantes autodeclarados negros. Esses debates, por sua vez, têm envolvido um numero cada vez maior de agentes sociais e institucionais. Reflexões sobre a temática identitária e também denúncias sobre a opressão vivenciada por indivíduos que não se enquadram no estereótipo hegemônico (eurocentrado, masculino, heteronormativo, branco, capitalista, cristão), adentram espaços até então cerrados a tais discussões. Exemplo desses coletivos são o *Coletivo Pró-cotas*, suscitado a partir da demanda de discentes cotistas do curso de Ciências Sociais, o *NegreX*, formado por estudantes do curso de graduação em medicina e o *Quilombo Neusa Souza*, constituído por graduandos de psicologia, da UEL.

A formação de coletivos de estudantes que se autodeclaram negros é algo relativamente novo à UEL, fundada em 28 de janeiro de 1970. Surgido no ano de 2011, o *Coletivo Pró-cotas* foi o pioneiro ao congregar universitários autodeclarados negros que visavam denunciar o preconceito e a discriminação racial vivenciado no contexto acadêmico. Tinha por objetivo explicitar à comunidade universitária os motivos sociohistóricos que levaram a necessidade da política de cotas raciais em seu processo vestibular. Formado a partir da demanda de estudantes de Ciências Sociais, esse coletivo se abriu a estudantes de outros e conta atualmente com mais de 40 integrantes, dos mais distintos cursos de graduação. O coletivo não mantém uma agenda fixa e contínua de reuniões. Seus componentes encontram-se, porém, em momentos pontuais, a exemplo das seguidas reuniões realizadas para mobilização de estudantes diante do processo de avaliação das políticas de cotas na UEL, realizado em janeiro de 2017, e também para outras discussões e atividades culturais que

envolvem questões étnico-raciais, sobre sexualidade e também de gênero, tanto no contexto acadêmico quanto da comunidade externa.

O segundo coletivo de estudantes negros formado no interior da Universidade Estadual de Londrina foi o Negrex-UEL, constituído por estudantes do curso de medicina. Meu conhecimento sobre esse grupo se deu por meio do convite de uma das integrantes do coletivo para proferir uma palestra com o tema “Identidade negra”. Organizado dois meses antes de minha palestra, ocorrida em julho de 2015, esta foi a primeira reunião oficial do coletivo, que até então se comunicava por meios virtuais. Isto posto, passei a acompanhar este coletivo em suas demais reuniões, ocorridas quinzenalmente, e também pelos meios virtuais (*WhatsApp e Facebook*) nos quais fui gentilmente inserido.

A partir do convite realizado pelos integrantes do Negrex-UEL a um estudante do curso de psicologia e militante do movimento social negro, para uma fala sobre saúde da população negra, começa a se arquitetar o terceiro coletivo de estudantes negros da UEL: o coletivo *Quilombo Neusa Souza*, formado por estudantes que se autodeclararam negros, do curso de psicologia. Parceiro em grupos de pesquisa e extensão, foi o estudante e militante que proferiu a fala, o qual denomino aqui com o pseudônimo de Zumbi, quem me convidou a participar das reuniões do *Quilombo Neusa Souza*.

Importa salientar que há em andamento a formação de outros coletivos de estudantes negros na UEL, a exemplo dos que estão sendo articulados no curso de direito e também no de engenharia civil, auxiliados por membros dos três coletivos anteriormente citados. Como veremos no segundo capítulo deste trabalho, o entrosamento entre os estudantes autodeclarados negros e cotistas dos mais diversos cursos de graduação é uma das resultantes do processo institucional de criação da identidade cotista.

Com membros em estágio de articulação já avançados, agenda fixa de reuniões e ações de mobilização universitária já realizadas, optei pela escolha em acompanhar, com o auxílio de um gravador e um bloco de anotações, as reuniões, discussões, descobertas, relatos e conflitos dos membros constituintes dos Coletivos *Pró-Cotas*, *NegreX* e *Quilombo Neusa Souza*. Mesmo com algumas diferenças em sua organização, os três coletivos se formaram com a finalidade de criar um espaço de acolhimento, bem como de denunciar e barrar

o preconceito e a discriminação racial vivenciados, tanto no âmbito da Universidade Estadual de Londrina quanto na comunidade externa.

Formado por estudantes do primeiro ao último ano de seus respectivos cursos, o Negrex-UEL contava, no momento da pesquisa etnográfica, com 25 membros. Já o Quilombo Neusa Souza contabilizava 13 participantes. Realizadas quinzenalmente, mas fomentadas 24 horas pelas redes sociais, grupos no *Facebook* e *WhatsApp*, as reuniões de ambos os grupos se caracterizavam por momentos de angústia e inconformidade, sobretudo quando do relato de algum episódio de discriminação racial, seja no âmbito universitário quanto no da comunidade externa. Pude também presenciar distintos momentos de descontração, pavimentados pela cumplicidade e afetividade que emergiam do grupo. Além de acompanhá-los pelos meios virtuais, dos quais continuo participando, presenciei oito reuniões no *NegreX* e dez reuniões e atividades de mobilização junto ao corpo discente do curso de psicologia no *Quilombo Neusa Souza*.

No que tange ao *Coletivo Pró-Cotas*, não há como já dito uma agenda fixa de reuniões. Não obstante, é possível encontrar facilmente os membros desse coletivo em eventos acadêmicos e culturais que abordem temáticas relacionadas a questão étnico-racial e contra a opressão de gênero e sexualidades desprezadas. Formados por estudantes cotistas de diversos cursos, a negritude é o que une esse grupo, que a exemplo dos coletivos anteriores têm na amizade e nas trocas de experiências o suporte e a motivação para a continuidade da trajetória acadêmica e militante.

A vivência junto aos coletivos, a análise das diferentes falas expressas nas reuniões e as entrevistas individuais realizadas com membros dos grupos, onze no total, permitiu-me chegar a categorizações de análises identitárias e étnico-raciais um tanto abrangentes. A abrangência dessas identidades tende a expressar, a meu ver, a heterogeneidade e singularidade da realidade social e subjetiva experienciada por esses estudantes, que após processo de conscientização sobre a complexidade que envolve a *questão étnico-racial* no âmbito brasileiro, e especificamente no universitário, passaram a se autodeclararem como negros, tanto no âmbito universitário quanto no da comunidade externa.

A partir da concordância dos estudantes em acompanhar suas respectivas reuniões e também em realizar entrevistas individuais, os apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual os mesmos prontamente leram e aceitaram. Sobre o número de estudantes entrevistados individualmente, bem como os critérios utilizados para a escolha desses, perguntei-lhes em uma das reuniões quais membros teriam disponibilidade e interesse para as entrevistas. Dentre os integrantes dos coletivos *NegreX*, *Quilombo Neusa Souza* e *Pró-cotas*, onze se mostraram disponíveis para essa etapa do trabalho. As entrevistas e reuniões foram gravadas e transcritas entre agosto de 2016 e julho de 2018. Como forma de garantir o anonimato dos entrevistados utilizou-se pseudônimos escolhidos pelos próprios estudantes, mantendo-se a graduação cursada pelo estudante, bem como sua idade. A transcrição do texto buscou ser a mais fiel possível ao registro oral, utilizando inclusive outras fontes, como o caderno de campo com anotações das percepções e a própria lembrança do pesquisador. Temos assim “[...] a consciência de que durante a pesquisa, estará [o pesquisador] trabalhando com dois materiais distintos: as narrativas orais, que o pesquisador registra e que estão presentes durante a análise, e o material escrito, que lhe exige novas atenções” (DEMARTINI, 1992, P. 54).

Fundados a partir de objetivos próximos, a criação de espaços para a discussão da temática étnico-racial, denuncia de discriminações raciais e também como território de acolhimento aos estudantes negros, esses coletivos têm algumas peculiaridades que acabam por os distinguir. O *NegreX* é aberto somente a estudantes do curso de medicina, não fazendo restrição a cor da pele ou autodeclaração étnico-racial de seus membros. Importa aqui salientar que este coletivo surge a partir das demandas de estudantes que se autodeclararam negros. Já o *Quilombo Neusa Souza* e *Pró-cotas* são coletivos acessíveis a estudantes de qualquer curso de graduação da UEL, contudo, restrito a graduandos que se autodeclarem negros. Voltaremos no primeiro capítulo desse trabalho a nos debruçar sobre outras especificidades desses coletivos.

Além do trabalho realizado junto aos coletivos acima citados, realizei entrevistas com docentes e agentes universitários da instituição, quatro no total. No que tange aos docentes, conversei com a professora Maria Nilza da Silva, docente do departamento de Ciências Sociais, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão na UEL, e também do Núcleo Estudos Afro-brasileiros

(NEAB-UEL). Para além dessa trajetória de pesquisa acadêmica e avaliação de políticas educacionais, Maria Nilza foi uma das principais articuladoras do processo que culminou na adoção da política de reserva de vagas no processo vestibular para estudantes autodeclarados negros e também para aqueles oriundos da rede pública de ensino. O segundo docente entrevistado para esse trabalho é o professor Jairo Pacheco Queiroz, docente do departamento de história, e que ao longo dos trinta anos de trabalhos desenvolvidos na UEL ocupou diversos cargos administrativos, como exemplo, pró-reitor de graduação, pós-graduação e planejamento, e que, conjuntamente a Maria Nilza, foi responsável pela implementação do sistema de cotas. Outro ponto em comum entre os docentes, está o fato de terem juntos explicitado as discussões, debates, conflitos e avaliações surgidas desde as primeiras conversas sobre a implementação do sistema de cotas na UEL, no ano de 2002, em livros e artigos acadêmicos a serem analisados ao longo deste trabalho.

As entrevistas com esses docentes se deram no sentido de melhor compreender os bastidores do processo de implementação das políticas de ação afirmativa, bem como o modo com que a questão étnico-racial era tratada no âmbito da UEL, anteriormente a esse processo. Outro fator que busquei melhor compreender, foi o modo com que se articulou a aliança entre movimento social negro londrinense e universidade, bem como as implicações desse diálogo. Tive também como objetivo o entendimento sobre os critérios elaborados por esses dois agentes sociais, movimento social negro e comunidade acadêmica, utilizados pela banca de homologação para a matrícula de candidatos autodeclarados negros, postulantes as vagas com recorte racial.

No que tange à colaboração disponibilizada por agentes universitários, realizei entrevista com duas assistentes sociais que desenvolvem suas atividades laborais no Serviço de Bem-estar à Comunidade da UEL (Sebec). Responsável pelo acolhimento à comunidade universitário, em seu site este órgão é descrito como responsável “pela promoção do bem-estar da comunidade universitária através da operacionalização de serviços e programas relacionados às áreas de saúde do trabalhador, serviço social, alimentação e nutrição,

segurança do trabalho, assistência estudantil e técnico administrativo de apoio”¹. Ana Luísa e Nilsa, ambas servidoras da UEL há mais de 20 anos, são as responsáveis por atender às demandas de estudantes e agentes universitários, pedidos esses que vão desde recursos materiais a fim da manutenção dos discentes na instituição, até o encaminhamento para área de saúde e/ou jurídica, visando a resolução problemas pessoais por vezes alheios às atividades no campus.

As entrevistas com as assistentes sociais se deram no sentido de melhor compreender as novas demandas surgidas, bem como aquelas que acreditava-se fossem ser suscitadas com a implementação do sistema de cotas. Responsável por estabelecer os critérios e também de organização da seleção de estudantes aptos ao recebimento de auxílios, a exemplo de bolsas em dinheiro, auxílio moradia e redução no valor de alimentação no restaurante universitário mantido pela instituição, a vivência empírica enquanto ex-estudante de graduação na UEL me permitiu constatar que diante de problemas para além dos pedagógicos, o Sebec era o órgão a ser procurado.

Houve também conversas e entrevistas com membros do movimento social negro londrinense. A participação em projetos de pesquisa e extensão durante o percurso acadêmico me permitiu a elaboração, junto a outros discentes e docentes, de livros cuja proposta é dar visibilidade às contribuições dos pioneiros negros em Londrina. Dentre essas autorias, está o livro “Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira” (2012), principal articuladora do movimento negro em Londrina, responsável por suscitar o debate sobre a implementação do sistema de cotas na UEL. Deste modo, lançarei mão das entrevistas utilizadas para a elaboração do livro a fim explicitar os meandros de articulação entre movimento social negro e comunidade acadêmica. Ainda sobre as contribuições e conversas disponibilizadas por membros do movimento social negro, entrevistei a professora, militante e gestora do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR) de Londrina, Fátima Beraldo, que nos auxiliou no melhor entendimento sobre os propósitos subjacentes a implementação de política de cotas na UEL.

¹ Disponível em: <http://www.uel.br/sebec//pages/apresentacao/finalidade.php>. Acessado em 08/10/2018.

Por fim, no que diz respeito à metodologia utilizada para a elaboração desta tese, prevaleceu o estilo de pesquisa etnográfica dialógica, dialética e colaborativa. Presente esse método em pesquisas de número crescente de investigadores sociais, o antropólogo estadunidense Michael Angrosino explica que:

Uma etnografia dialógica é aquela que não é baseada nas relações de poder tradicionais de entrevistador e "informante". Em vez disso, o pesquisador estabelece conversações recíprocas com as pessoas da comunidade. O sentido de uma perspectiva "dialética" é que a verdade emerge da confluência de opiniões, valores, crenças e comportamentos divergentes e não de alguma falsa homogeneização imposta de fora. Além disso, as pessoas da comunidade absolutamente não são "objetos de conhecimento"; são colaboradores ativos no esforço de pesquisa (ANGROSINO, 2009, p. 27-28).

Como explicito no excerto acima, a pesquisa que objetivo aqui desenvolver tem por intuito partir das percepções suscitadas por meus colaboradores de pesquisa. Provocados pela necessidade de autodeclaração negra para o usufruto da política de cotas, objetivo uma melhor compreensão sobre as subjetividades suscitadas pela identificação com uma identidade negra não essencializada, e também o quadro de identidades/identificações dos candidatos antes de entrar na UEL, entendo assim o modo com que a identidade negra em seu espectro essencializado é manipulada pelos estudantes cotistas a fim torná-la mais plástica e adaptar-se aos novos enfrentamentos. Deste modo, objetivo empreender em uma análise que possa responder as seguintes questões, anteriormente mencionadas, mas que acredito valer a pena a repetição a fim de que ao longo deste trabalho possamos ter claro a tentativa de resposta a cada uma destas indagações: Auto-afirmar a pele preta ou parda é o mesmo que autoafirmar-se e identificar-se como negro? Ter ascendentes familiares pretos/pardos torna o estudante negro (fisicamente, ideologicamente e politicamente)? Solicitar ao indivíduo que se identifique com uma identidade social com qual ele não se reconhece, mas pela qual a sociedade o submete é o melhor meio para determinar quem deve/pode beneficiar-se de políticas públicas específicas? Qual o impacto da vivência como "cotista" sobre os hábitos, reflexões, atitudes e práticas cotidianas no meio acadêmico e da

comunidade externa? Quais processos identitários e posicionamentos políticos surgem desses questionamentos identitários?

No que toca à utilização metodológica dos termos, preto, pardo e negro, recorro primeiramente à pioneira conceituação elaborada por Florestan Fernandes (2008), sobre a utilização desses termos no Brasil, para em seguida explicitar a nossa. Deste modo, segundo Fernandes:

O termo preto sempre foi usado pelo branco para designar o negro e o mulato, mas através de uma imagem estereotipada e sumamente negativa, elaborada socialmente no passado. Os próprios negros e mulatos preferiam, em suas primeiras manifestações de autonomia – através dos movimentos reivindicatórios –, a autodesignação contida na palavra negro (FERNANDES, 2008 [1964], p.25).

Desde a década de 1960, período em que foi escrito o livro de Fernandes do qual extraí o trecho acima, até os dias atuais houve distintas análises e disputas tanto no âmbito militante quanto no acadêmico, e até mesmo transformações na utilização dos termos preto, mulato e negro. Exemplo dessas mudanças se dá pela substituição conceitual do termo mulato pelo termo pardo, cuja utilização é perceptível nos dados estatísticos e também nas análises sociológicas e antropológicas. Essa concepção de estereotipização negativa implícita no termo preto, como apresentado por Fernandes, nos permitem algumas percepções, corroboradas pela constatação de seu uso ainda nos dias atuais. Acredito ser pertinente a distinção na qual o termo preto traz consigo uma imagem ainda essencializada, podendo ser utilizada de modo negativo ou positivo, por exemplo, por grupos racistas e antirracistas, resultado de um processo de significação social no qual um traço fenotípico, expresso aqui pela pele não-branca, tende à homogeneização sociocultural e econômica dos indivíduos tidos como pretos e pardos; podemos também identificar, simultaneamente a esse processo, o entrelaçamento de uma imagem essencializada com valores sociais, análise a ser aprofundada no percurso deste trabalho. Deste modo, me utilizo aqui do termo preto e pardo para duas finalidades: a primeira explicita-se quando tenho por intuito designar a cor de pele, pautando-me em caracteres fenotípicos dos indivíduos a exemplo do Censo e demais formas de categorização; já a segunda utilização deste termo

se dará de forma crítica, quando seu objetivo for de denunciar os resultados socialmente negativos em se homogeneizar os indivíduos pretos e pardos, desconsiderando suas singularidades sociais e culturais, semelhantemente ao modo com que pesquisadores e institutos de pesquisa o utilizam, a fim de classificar os diferentes matizes de pele, sem considerar a visão dos indivíduos envolvidos no processo de classificação.

Já o termo negro, assim como diagnosticado por Fernandes, será utilizado quando se tratar da autodesignação dos colaboradores e entrevistados, em respeito as suas respectivas auto-identificações e classificações, cujos relatos serão ao longo trabalho apresentados. Farei também a utilização deste termo quando o mesmo estiver sendo utilizado em documentos oficiais e quando o autor ao qual estarei me referenciando, nas distintas partes do trabalho, assim o fizer. Tomo esse procedimento a fim de manter a contextualização e compreensão do documento/autor sobre o uso deste termo, problematizando quando se fizer necessário o uso do termo negro.

A fim do cumprimento dos distintos propósitos anteriormente mencionados, esse trabalho será composto por três momentos, ou capítulos. Nesses, vou explicitar algumas experiências individuais e sociais dos colaboradores na pesquisa, bem como conflitos epistemológicos que envolvem a elaboração e os distintos conceitos de identidade; as formas de enfrentamento desenvolvidas pelas populações negras ao longo da historia brasileira, a fim de evitar processos de essencialização, homogeneização e dessubjetivação a eles imputados e paradoxalmente utilizando-se dos mesmo a determinados contextos; por fim teço algumas reflexões sobre as possibilidades despertadas pelos processos de identificação para a constituição de sujeitos políticos, bem como as perspectivas e os limites abertos pelas políticas identitárias.

Deste modo, no primeiro capítulo, ***A implementação da política de reserva de vagas no vestibular de universidades públicas brasileiras: o caso Universidade Estadual de Londrina***, objetivo problematizar o modo com que surge a discussão aqui proposta. Nesse momento da pesquisa explicitarei aspectos determinantes sobre o *campo social* a ser analisado, no qual a mudança de perfil de seus usuários acaba, inexoravelmente, por afetar as relações sociais ali existentes. Objetivo também explicitar o modo como se engendra a identidade cotista nesse espaço social, bem como as implicações

individuais, sociais e culturais suscitadas por esse processo. Na parte final desse capítulo teço um panorama sobre o processo sócio-histórico e político que culminou na implementação das políticas de ação afirmativa no âmbito da universidade Estadual de Londrina, e também as discussões teóricas, práticas e políticas sobre a implicação desta política nas subjetividades sociais, identitárias e individuais dos estudantes cotistas.

No segundo capítulo, **Políticas afirmativas no contexto Brasileiro: o processo de implementação do sistema de cotas**, vamos em busca de algumas explicações sócio-históricas e políticas que acabaram por subsidiar a implementação do sistema de cotas na UEL e, por conseguinte, pela necessidade de constituição da identidade cotista. Neste momento, realizaremos uma síntese sobre o modo com que ocorreu o engendramento das políticas de ação afirmativa nos mais distintos países do globo, bem como as determinantes sociopolíticas que as fizeram emergir no contexto brasileiro, em prol da população negra. Abordarei os diversos usos e significados dados às distintas concepções militantes e teóricas de identidade negra, elaboradas ao longo da história brasileira, bem como o modo com que as políticas identitárias vêm a corroborar e/ou questionar esse processo.

Por fim, no terceiro capítulo, **De Negro a Cotista e de Cotista a Negro: o nascimento de um sujeito político e as implicações para a sociabilidade acadêmica e comunidade externa**, irei discutir os resultados sociopolíticos e culturais engendrados a partir da identificação individual com identidades historicamente subalternizadas, bem como as influências despertadas a partir do entendimento por parte dos estudantes, sobre a abrangência dessas identidades, tendo como referências as identidades negras. Recorrerei neste momento, sobretudo, aos relatos dos estudantes cotistas imersos nesse processo de etnização e racialização, corolário das políticas identitárias. Assim, empreenderemos a análises sobre os diferentes posicionamentos dos discursos e narrativas criados pelos distintos agentes sociais e políticos, bem como distintas interpretações teóricas, a fim de desvelar um horizonte sobre as perspectivas engendradas, consolidadas e em disputa até o presente momento. Nessa seção, questionaremos o conceito de democracia racial brasileira, bem como as possibilidades possíveis diante do avanço das políticas identitárias.

Nas Considerações finais, procuro alinhar os capítulos anteriores, expondo os principais achados da pesquisa e estabelecendo algumas perspectivas para novos estudos no campo.

I – A implementação da política de reserva de vagas no vestibular de universidades públicas brasileiras: o caso Universidade Estadual de Londrina

“A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos – a lutas de classes ou a luta de sexos, por exemplo”.

(Achille Mbembe, 2018, p. 26)

“O racismo é um sistema de poder. Os negros não têm poder em nenhum lugar no mundo. Mesmo na África, são os brancos que mandam e se os dirigentes se opõem são assassinados. O negro não tem poder de ser racista em nenhum lugar, mesmo se fosse possível. Racismo negro não é possível porque os negros não podem reinventar a história”.

(Carlos Moore, 2007, p.23)

Antes de adentrar o universo de pesquisa no qual desenvolvo o trabalho etnográfico, a Universidade Estadual de Londrina, gostaria de traçar um breve panorama sócio-histórico da cidade de Londrina, município que abriga o espaço acadêmico em questão. Acredito ser de grande relevância o conhecimento sobre o entorno do espaço no qual desenvolveu-se a pesquisa, haja visto que a sociabilidade no campus guarda, inexoravelmente, contundentes semelhanças com a realidade socioeconômica e político-cultural da cidade, mesmo recebendo número expressivo de estudantes de outros estados brasileiros e até mesmo de outros países.

Sob influência da estrutura social brasileira, ainda sob os auspícios da moral escravocrata, Londrina é fundada em 1934, 46 anos após o fim do sistema *plantation* no Brasil. É-nos caro o entendimento, e também base para esse

trabalho, de que o fim do sistema escravo e conseguinte abolição do trabalho servil, um ano antes à proclamação da república brasileira, não significou a ruptura para com a hierarquização socioeconômica e cultural entre os escravos pretos/pardos e a classe dominante branca. Ora, é essa a problemática a partir da qual diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da antropologia e da sociologia, irão se debruçar, lançando sobre esses eventos sociais distintas perspectivas teórico-analíticas e mesmo políticas.

Engendradas as principais concepções teórico-metodológicas sobre a *questão étnico-racial* no contexto brasileiro em meados do século XX, Andreas Hofbauer entende que no campo antropológico os trabalhos de Gilberto Freyre (1933) e de Melville Jean Herskovits (1943), inspirados nas premissas da escola culturalista norte-americana, foram os pioneiros em explicitarem de modo crítico o interesse e dedicação da antropologia moderna sobre a análise das *diferenças culturais* (HOFBAUER, 2017). Por outro lado, no que tange ao campo sociológico, Antônio Sergio Guimarães entende que a institucionalização da *sociologia das relações raciais* no Brasil tem como marco os estudos elaborados pelos intelectuais da Escola Paulista de Sociologia², responsáveis por suscitar uma linha de pesquisa direcionada à compressão sobre o problema da *desigualdade social* entre pessoas fenotipicamente diferentes (brancos, negros), bem como análises voltadas para discriminações “de ordem social” e questões (re)distributivas (GUIMARÃES 2008).

É importante ressaltar que não há de fato uma delimitação rígida na qual cabe à antropologia, de modo exclusivo, a análise sobre as *diferenças*, e a sociologia como que debruçando-se unilateralmente sobre as *desigualdades*. Exemplo desta realidade explicita-se, no âmbito brasileiro, pelos trabalhos dos sociólogos Sergio Costa (2006) e Valter Silvério (2019), cuja preocupação com a superação do racismo em todas as suas dimensões, simbólica e material, os instigam a reflexões que superem não apenas as desigualdade socioeconômica, mas também que levem ao respeito às diferenças étnico-raciais. Tecendo uma

² Cf., por exemplo, as obras de Florestan Fernandes (BASTIDE; FERNANDES, 1959; FERNANDES, 1964), de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 1962; CARDOSO; IANNI, 1960) e de Octavio Ianni (1962).

crítica a sociologia clássica, ambos os autores perspectivam que em seu “desenvolvimento clássico, a sociologia, ao desconsiderar em toda a sua extensão o impacto do colonialismo e da escravidão, limitou a nossa compreensão do mundo pós-colonial (SILVÉRIO, 2019, p.276), necessitando assim, de acordo com os sociólogos, de novos modos de pensar e teorizar o mundo social. Já no âmbito antropológico cujo foco é a *questão do negro* no Brasil, pesquisadores a exemplo de Andreas Hofbauer (2009; 2017) e Lívio Sansone (2007) vêm elaborando análises teóricas numa perspectiva dialógica entre *diferença e desigualdade*, suscitando a crítica sobre o papel da antropologia para a manutenção ou desestabilização do *status quo*.

Singulares e distintas em suas preocupações e objetivos político-acadêmicos, a análise das contribuições teórico-metodológicas suscitadas por antropólogos e sociólogos nos leva a compreensão sobre características intrínsecas a ambas as áreas de pesquisa, a saber: as análises sobre as nuances, transformações e distintas facetas apresentadas pelo *racismo à brasileira*. Por sua vez, como um fenômeno global, a questão racial tem mobilizado um número crescente de pesquisadores advindos de diferentes linhas teóricas, e assim disponibilizado rico material analítico a fim do entendimento sobre as principais problematizações acadêmicas e militantes ocorridas em torno dessa temática em diferentes âmbitos locais e globais.

Utilizando-me de teorizações elaboradas pela sociologia e pela antropologia, posicionamento teórico-metodológico que me permite adentrar o campo de análise das *diferenças* e da *desigualdades* étnico-raciais, tenho por intuito explicitar aspectos constituintes e características do perfil socioeconômico e político-cultural da cidade de Londrina. Objetivo deste modo com que o leitor inicie um processo de familiarização para com o contexto e aspectos sociais do modo como desenvolve-se a sociabilidade da comunidade acadêmica na Universidade Estadual de Londrina. Como veremos, há no campus a reprodução de aspectos da vida social extra universidade, havendo assim a continuidade preconceitos, discriminações e disseminação do *senso-comum* e de *mitos*, mesmo nesse espaço social historicamente compreendido como *locus* do pensamento crítico.

1.1. Bem-vindos à pequena Londres: uma cidade nova, constituída por velhas epistemes, mitos e ideologias

O Nordeste é poesia,
Deus quando fez o mundo
Fez tudo com primazia,
Formando o céu e a Terra
Cobertos com fantasia.
Para o Sul deu a riqueza,
Para o Planalto a beleza
E ao Nordeste a poesia.
(Autor: Patativa do Assaré)

Londrina é uma cidade localizada no estado do Paraná, região Sul do Brasil. É o segundo município mais populoso do estado, com uma população estimada em 563.943 habitantes, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2018), e é a quarta maior cidade da região Sul, atrás da capital Curitiba, de Porto Alegre e Joinville. Situada a 391 km de Curitiba e a 532 km da cidade de São Paulo, a cidade conta com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,778, considerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como elevado, e possui o 47º maior Produto Interno Bruto (PIB) do país (IBGE/2015). Fundada em 10 de dezembro de 1934, o fato de ser importante eixo que liga a região Sul à região Sudeste do país faz com que seja um importante centro urbano, econômico, industrial, financeiro, administrativo e cultural do norte do Paraná.

Loteada por uma empresa privada inglesa – a Companhia de Terras do Norte do Paraná³ –, a cidade foi constituída por meio da repartição de terrenos e lotes relativamente pequenos, oferecendo aos trabalhadores, sobretudo

³ Loteadora inglesa cuja sede se instalou em distintas cidades paranaenses a partir do ano de 1929.

imigrantes europeus sem posses, a oportunidade de adquirirem os pequenos lotes⁴. O nome da cidade advém do diminutivo da cidade inglesa sede dessa companhia loteadora, Londres: daí o nome Londrina.

No que tange à formação populacional, os grupos migratórios com maior representatividade no município são os italianos, seguidos por portugueses, japoneses, alemães e espanhóis. Outros grupos migratórios menores são os árabes, judeus, britânicos, chineses, argentinos, holandeses, poloneses, ucranianos, tchecos e húngaros. Há também a forte presença de imigrantes da região Sudeste, sobretudo, dos estados de Minas Gerais e São Paulo, os mais expressivos. O Consulado Italiano de Londrina estima que mais de um terço da população do Norte do Paraná é constituída por descendentes de italianos⁵, que individualmente é o maior grupo étnico da região. A comunidade japonesa de Londrina soma cerca de 25.000 indivíduos, representando 5% da população local (entre nacionais e descendentes), sendo a segunda maior do Brasil e uma das maiores do mundo fora do Japão⁶. Em consequência dessa diversidade e sem uma identidade cultural previamente definida, Londrina passa a constituí-la, quando de sua fundação, assimilando o *habitus* nacional, junto aos de seus imigrantes.

Londrina é hoje, mesmo tão nova, uma das principais regiões econômicas do país. Nos dias atuais, devido à qualidade de vida e boa infraestrutura de que dispõe, continua a receber alto número de imigrantes que vêm à procura de trabalho, sobretudo na área de serviços, com alto potencial na cidade; também com vistas à atualização e aprofundamento intelectual e qualificação profissional, já que o município é um polo educacional, contanto com universidade estadual, federal, instituto técnico federal e número ampliado de

⁴ CASTELNOU, Antonio Manoel N. “*Panorama geral da arquitetura londrinense*”. Monografia (Graduação de Arquitetura e Urbanismo) – CESULON, Londrina, 1996.

⁵ Ver em: <https://imigracaoitaliana.wordpress.com/migracao-parana/>.

⁶ Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) 2017. Cf.: em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86000>.

universidades e faculdades privadas⁷. Para uma melhor compreensão sobre essa realidade de recepção de migrantes, segundo dados da Pró-reitoria de Planejamento da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2017, 38,65% dos inscritos para o vestibular eram oriundos de outros estados brasileiros⁸.

A região Sul Brasileira desenvolveu-se tardiamente, se comparada às regiões Norte e Nordeste. Focou-se inicialmente na agropecuária com a utilização de técnicas mais desenvolvidas, em relação às utilizadas no Norte e Nordeste, depois veio a cafeicultura e hoje é a segunda região mais industrializada do país, vindo logo após do Sudeste. De acordo com as pesquisas desenvolvidas pelo sociólogo Carlos Hasenbalg, o ano de

1850 pode ser fixada como a data aproximada a partir da qual o Sudeste e o resto do país iniciaram trajetórias divergentes. É então que os estados do Sudeste começaram sua carreira econômica ascendente, associado primeiro à expansão da economia cafeeira e mais tarde à industrialização dos estados do Rio grande do Sul, São Paulo e o antigo Distrito Federal, do fim do século em diante (1979, p. 126).

Estagnadas sob um modo de produção rural arcaico, baseado na *plantation*, as regiões Norte e Nordeste viram-se ser ultrapassadas em riqueza e desenvolvimento socioeconômico pelo Sudeste e Sul do país, respectivamente. Enriquecidas pela cana de açúcar, pelo tráfico negreiro e pela mineração, nos séculos XVI, XVII e XVIII essas primeiras regiões tiveram, do ponto de vista econômico, grande prosperidade. Todavia, a consolidação do trabalho assalariado, sucedendo à abolição do trabalho escravo, trouxe novas exigências ao crescimento econômico, não acompanhadas a contento pelos patriarcas do Norte e Nordeste (HASENBALG, 1979; FAUSTO, 2001).

⁷ Para mais informações sobre a cidade de Londrina ver site do município, disponível em: https://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5

⁸ Dados disponíveis no site da Pró-reitoria de Planejamento, ver em: http://www.uel.br/proplan/novo/pages/arquivos/uel_em_dados/UEL_EM_DADOS_2017.pdf

Sem uma forte tradição patriarcal, em maior sintonia e disposta a assimilar sem qualquer restrição o modelo europeu de civilização, o Sudeste e o Sul desenvolveram-se de modo distinto às regiões Norte e Nordeste. Tendo como principal referência e até mesmo transplantando concepções políticas, filosóficas e o cientificismo europeu, advindos, em particular, de países como França e Inglaterra - cuja essência era a universalização dos paradigmas eurocêntricos – a elite dirigente brasileira fez com que, de acordo com os paradigmas da modernidade, as regiões Sul e Sudeste floresceram, sobretudo, do ponto de vista econômico e social (HASENBALG, 1979; SKIDMORE, 2012).

No entanto, tal florescimento beneficiou em menor grau a população nacional, garantindo melhores condições aos estrangeiros que migraram e se fixaram no Brasil. Tal fato deveu-se, sobretudo, à disseminação no país de teorias eugênicas⁹ e racistas¹⁰ que guiaram as ações a serem tomadas para gestão e desenvolvimento nacional em fins do século XIX. Assim, objetivando acelerar o desenvolvimento socioeconômico nacional, a elite dirigente não hesitou em importar os próprios europeus – considerados do ponto de vista biológico e cultural como racialmente superiores – para o Brasil, em detrimento dos nacionais, pretos e mestiços, em sua maioria, concebidos pela *intelligentsia* brasileira como responsáveis pelo atraso socioeconômico. Esse, como veremos, é parte do processo conhecido na literatura acadêmica que trata da temática étnico-racial no Brasil como *ideário do branqueamento*, fenômeno entendido como um dos principais responsáveis pelos conflitos identitários vivenciada pela população preta e parda no contexto brasileiro (SCHWARCZ, 1993; HOFBAUER, 2006; MUNANGA, 2008). Outros efeitos desse processo de

⁹ Criada por Francis Galton, o conceito de eugenia é concebido como o melhoramento de uma determinada espécie, tendo por entendimento a existência de distintas espécies humanas, através da seleção artificial de seus indivíduos. Partindo da premissa de que os europeus constituem a civilização mais desenvolvida da época, Galton postula que a estes cabem o papel de civilizadores do ocidente (Cf.: DIWAN, 2007:113-114, Munanga, 2008). No Brasil um expoente importante na adaptação local dessas teorias foi o eugenista Renato Kehl (1889-1974).

¹⁰ Há diversas concepções e tentativas de definições sobre esse conceito, neste trabalho compreendemos as teorias racistas como doutrina ideológica ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras, socialmente e teoricamente construídas como inferiores (Cf.: WIEVIORKA, 2007; SAID, 2007; GILROY, 2012; Mbembe, 2018).

opressão, hierarquização e discriminação direcionados a população negra serão analisados no decorrer deste trabalho.

Para se mensurar o esforço exercido pela elite dirigente brasileira, a fim da substituição e exclusão dos trabalhadores negros, beneficiando assim os imigrantes europeus, basta lembrar que, ao longo de três séculos de vigência da *plantation* foram traficados mais de quatro milhões de negros africanos ao Brasil, concentrados, particularmente, nas regiões Norte e Nordeste, primeiras áreas geográficas colonizadas. Por outro lado, em pouco mais de quarenta anos o número de imigrantes europeus girou em torno de a 3,99 e 4,55 milhões, esses, por sua vez, direcionados a região Sul e Sudeste (HASENBALG, 1979, p. 155-157; FERNANDES 2008, p. 37-39; SANSONE, 2007, p. 13). Tais números nos levam a um entendimento inicial sobre a compreensão social, vigente até os dias atuais, da região Sul – espaço geográfico que ao longo da história foi a menos povoada pela população negra – como um “pedacinho da Europa”, ou seja, uma terra estrangeira.

O sociólogo Carlos Hasenbalg explica que:

Durante o século XIX o Sudeste recebeu um relevante fluxo de imigrantes europeus. Parte deles vieram para o Rio de Janeiro, outros destinaram-se aos centros de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O início do fluxo maciço de imigrantes europeus, estimulado pelos governos estaduais e mesmo subsidiado em São Paulo, coincide com a abolição (1979, p. 155).

Mesmo diante da incontestável tentativa de se moldar o Brasil a aspectos da civilidade europeia, através do estímulo a migração de europeus para o Novo Mundo, o antropólogo Lívio Sansone (2017) nos alerta para o fato de que a imigração de 4,55 milhões de europeus para o Brasil não foi capaz de simplesmente causar a adaptação da cultura de antes da imigração às novas circunstâncias socioculturais encontradas na colônia e ex-colônia, havendo assim a construção de novas expressões culturais, definidas pelo inevitável processo de trocas étnico-raciais e sua conseguinte desestabilização ante a

continuidade de uma propensa pureza étnica em um país como o Brasil, e pela nova realidade de vida nele (SANSONE, 20017, p. 13). Expressões dessa realidade podem ser verificadas no sincretismo religioso, sobretudo através da Umbanda¹¹, e mesmo nas formulações teóricas desenvolvidas por estudiosos como Raimundo Nina Rodrigues (1977 [1932]) e Gilberto Freyre (2007 [1933]), intelectuais cujos referenciais teóricas, respectivamente, advindos da Itália e Estados Unidos tiveram que ser reformulados devido as especificidades das relações étnicas no contexto brasileiro.

Os estados do Sul e Sudeste absorveram 88% dos imigrantes estrangeiros, destes, 16% se fixaram no sul. Sendo o Paraná e Santa Catarina estados esparsamente povoados, e com uma população negra e mestiça que em fins do século XIX chegavam a no máximo 20%, os europeus e eurodescendentes tiveram, mesmo com as advertências explicitadas por Sansone, maior oportunidade de dotar estas terras à semelhança das europeias. Assim, os hábitos culturais e sociais – dentre estes o racismo – puderam se manter de modo mais ou menos hermético, variando entre as regiões, ao passar das décadas (CARDOSO & IANNI, 1960).

Em consequência, particularmente deste processo histórico de marginalização da população negra e de desestímulo ao desenvolvimento socioeconômico do Norte e Nordeste, Sudeste e Sul são respectivamente as regiões mais avançadas e desenvolvidas do país, atuando como centros hegemônicos de referência nos mais distintos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos para as demais regiões. Numa perspectiva de comprometimento com os projetos da modernidade, esse prisma de superioridade socioeconômica e cultural já podia ser observada em meados do século XX, sobretudo, por meio da análise do senso de 1950, analisado pelo sociólogo Glaucio Ary Dillon Soares:

¹¹ Religião brasileira que sintetiza vários elementos das religiões africanas e cristãs, porém sem ser definida por eles. Cf.: PRANDI, R. *Herdeiras do axé: sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

Enquanto o Sudeste e Sul apresentavam algumas características de uma sociedade urbano-industrial, exibindo um contingente urbano e um proletariado consideráveis, o resto do Brasil era fundamentalmente rural e agrícola. O emprego industrial era quase inexistente, demonstrando a reduzida significação da industrialização na sua estrutura econômica (...). Neste sentido, o Sudeste está se tonando uma sociedade industrial, enquanto o Brasil subdesenvolvido, particularmente o Nordeste, permanece como sociedade predominante rural, agrícola, não-industrial (SOARES 1973, p. 162-163).

Por outro lado, sob perspectiva antropológica que tem se debruçado sobre o entendimento das contundentes mudanças no modo de sociabilidade engendrado a partir da longa vivência conjunta de diferentes grupos étnico-raciais no âmbito brasileiro, houve a concepção de um novo padrão sociocultural. Esses novos padrões têm sido caracterizados, dentre outras tantas variáveis, por uma nova tradição de casamentos mistos, muito difundido entre pessoas de fenótipos diferentes; por uma longa história de sincretismo no campo religioso e da cultura popular; e por uma cordialidade transracional nas horas de lazer, verificadas sobretudo nas classes baixas, bem como da naturalização de uma hierarquia sociorracial que tende a harmonizar as relações entre negros e brancos em espaços socialmente privilegiados, desde que os primeiros desempenhem papéis coadjuvantes em relação aos segundos. Consequência deste modo de sociabilidade se expressa no surgimento daquilo que tem sido teorizado por alguns pesquisadores, e mesmo pela militância negra, como *mito da democracia racial*, responsável por suscitar e manter nas mentes e corações uma falsa realidade na qual vigora a ideia sobre a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnico-raciais no Brasil (SCHWARCZ, 1993; HOFBAUER, 2006; SANSONE, 2007; MUNANGA, 2008;).

Região socioeconomicamente mais desenvolvida, fato expresso na melhor qualidade de vida em relação a outras regiões país, ao longo do século XX a população preta/parda presente na região Sul permaneceu como no período escravocrata com menor proporção de habitantes em relação aos descendentes europeus. Em nossa época indivíduos pretos e pardos são

representados pelos seguintes percentuais, conforme dados elaborados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados em 2017: o Paraná é o estado com o maior contingente dessa população na região Sul, contando com 32% do total de habitantes; o Rio Grande do Sul é o segundo menor em população preta/parda, 18,2%; Santa Catarina é o estado com a menor proporção de pretos/pardos, com 12,6%¹² do total de habitantes. Mesmo com a manutenção do percentual populacional do início do século XX em dois dos três estados da região Sul, verifica-se que, contrário ao disseminado pelo senso comum, a população preta/parda está representada de forma expressiva nesta região, tendo também participado efetivamente em sua constituição sócio-histórica e econômico-cultural, como explicito em inúmeros trabalhos acadêmicos, sendo o elaborado Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, 1960, um dos pioneiros.

1.1.2 Presença negra em Londrina

A população preta/parda em Londrina é representada, conforme dados da PNAD 2017, por 26,07% do total de habitantes. Todavia, nos registros oficiais da cidade nota-se a tendência em se preservar a memória de alguns grupos, em detrimento, sobretudo, das contribuições realizadas por membros da comunidade negra. Nesse aspecto, imigrantes ingleses e japoneses são os mais prestigiados, apresentados pela história oficial como os pioneiros na cidade. Silencia-se assim, além da memória de outros grupos, a memória da população negra que contribuiu com o trabalho braçal e com suas experiências culturais, sociais e subjetivas para a expansão socioeconômica do município.

Explicita a memória oficial na ideia de pioneiros da cidade, atualmente a comunidade inglesa e japonesa se vê prestigiada por placas comemorativas, dando de empréstimo o nome de antepassados à ruas da cidade, além de monumentos que homenageiam sua cultura. Exemplos dessa realidade são a

¹² Dados produzidos pela PNAD 2017, disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>.

praça Tomi Nakagawa, inaugurada em 2008 e situada na área central da cidade, em homenagem aos japoneses. Também os ingleses, apesar de reduzido número, receberam homenagens com a instalação em 2010, no Calçadão¹³, de cabines telefônicas em estilo londrino, e mais recentemente, em 2013, foi inaugurada uma passarela em uma importante rodovia de acesso à cidade com réplicas do *Big Ben*, famoso relógio inglês situado na cidade de Londres, Inglaterra. Além destes, alguns nacionais foram também homenageados ao longo da história londrinense, com grandes avenidas e ruas que valorizam os alagozes¹⁴ da população negra, tais como a Avenida Bandeirantes e a Rua Jorge Velho, ambas na região central. Na periferia da cidade, após longa reivindicação da militância negra local, a rua Zumbi dos Palmares¹⁵ e a unidade básica de saúde¹⁶ Dr. Justiniano Clímaco da Silva¹⁷ contam com um mínimo de prestígio¹⁸. Observa-se assim que membros da comunidade negra continuam, mesmo quando comemorados e homenageados, em espaços periféricos e marginalizados.

O olhar atento às narrativas envolvidas na criação dos heróis nacionais e também aos pioneiros regionais, brancos e negros, nos permite a percepção sobre a estreita relação entre o prestígio direcionado aos “heróis” e “pioneiros” brancos, detentores do capital financeiro empregado na fundação de Londrina, em detrimento aos desprestigiados espaços reservados a um ou outro herói e pioneiro negro, como Zumbi e Doutor Clímaco, subjugados e vitimados pelo

¹³ Avenida Paraná, região central de Londrina.

¹⁴ Figura representada, sobretudo, pelos bandeirantes, cujo papel durante o período colonial era o de penetrar nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, em particular o ouro e a prata; indígenas e negros para escravização; além de serem responsáveis pelo extermínio de quilombos. Para mais informações ver: PACHECO NETO, 2015; SCHWARCZ, 2015.

¹⁵ Último líder do quilombo dos palmares, o mais emblemático dos quilombos brasileiros. Esta rua se localiza no Jardim União da Vitória, periferia da zona sul de Londrina.

¹⁶ Localizada no Conjunto Habitacional Vivi Xavier, periferia da zona norte de Londrina.

¹⁷ Médico e primeiro deputado estadual negro Londrinense Cf.: em PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*: UEL, 2010.

¹⁸ Zumbi foi homenageado por ser uma referência de resistência do povo negro, e Dr. Clímaco por ser um pioneiro negro, e o primeiro deputado negro eleito por Londrina.

racismo à brasileira. Diante dessa desvalorização e segregação não oficializada no ambiente jurídico, mas sentida cotidianamente pela população negra na cidade de Londrina, surgem no âmbito da militância e no acadêmico projetos que objetivam o bem-estar e o reconhecimento enquanto agente social do grupo negro.

Nesse sentido, é importante observar que em Londrina a segregação territorial entre brancos e negros, assim como no restante do país, não era novidade, segundo depoimentos de negros residentes nesta cidade¹⁹. De acordo com Idalton José de Almeida, militante do movimento negro londrinense e autor do primeiro livro sobre as relações raciais em Londrina, *Presença Negra em Londrina* (2004), os negros eram discriminados, mesmo sem estatuto jurídico para tal, e por isso não frequentavam alguns clubes da época, como o *Country Clube*, *Grêmio* e *Arel*, presentes ainda hoje na cidade. Nessa perspectiva e inspirado em movimentos e/ou organizações de outras regiões do país, Cypriano Manoel, motorista do Sr. Arthur Tomas, chefe da Companhia de Terras do Norte do Paraná e, de acordo com a história oficial, um dos principais fundadores da cidade, organizou e presidiu o primeiro clube negro londrinense. O Quadrado, nome do respectivo clube, não era de exclusividade negra, pois Cypriano não objetivava a delimitação entre brancos e negros ao criar o clube, e sim favorecer a sociabilidade, combater o preconceito racial na cidade, ser um espaço de lazer, além de proporcionar o desenvolvimento cultural dos seus membros (ALMEIDA, 2004, LANZA et al, 2010).

O primeiro, e único, clube negro de Londrina nasce sem um espaço próprio em 1939, e devido à falta de recursos por parte dos sócios se vê obrigado a alugar espaços para realização de eventos e reuniões. Já início da década de 1940, inspirados pelos ideais nacionalistas da época, a serem aprofundados no segundo capítulo deste trabalho, os membros do clube decidem-se por alterar o nome para Clube Recreativo Princesa Isabel²⁰. Em 1959 o então prefeito da cidade, Antônio Fernandes Sobrinho, propõe uma

¹⁹ Almeida, 2004.

²⁰ Em homenagem a Princesa que assinou a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que institucionaliza a abolição da escravatura no Brasil.

alternativa a fim de que o clube negro venha a ter uma sede própria, a mudança de nome do clube para Associação Recreativa Operária de Londrina – AROL. Preocupado em caracterizar a cidade como espaço de novas oportunidades para trabalhadores e empresários, a justificativa dada para a solicitação de mudança de nome, feita pelo gestor público, deu-se no sentido de apagar a lembrança do passado escravocrata, implícita no nome do clube, pois segundo Sobrinho Londrina era uma terra que surgira sem os resquícios da segregação racial em entre brancos e negros (OLIVEIRA, 2002). Em troca o clube recebeu uma sede própria no jardim Vila Nova, área central de Londrina, onde permaneceu por aproximadamente cinco anos. Devido a dificuldades administrativas, políticas e também à morte de seu fundador, Cypriano Manoel, o clube foi extinto em 1964, junto ao início do período militar, tendo assim seu terreno retomado pela prefeitura. Morre assim, junto a Cypriano Manoel, a primeira possibilidade de se estabelecer um espaço para sociabilidade da população negra próximo ao prestigiado centro urbano londrinense.

No que toca às estratégias objetivando a visibilidade das contribuições do grupo negro na cidade, no âmbito acadêmico a Coleção Presença Negra, projeto financiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), teve por intuito publicizar a trajetória de militância e demais contribuições sociais dos pioneiros negros em Londrina. Foram elaborados quatro livros que nos permitem perspectivar a trajetória da cidade através de um outro viés àquele hegemônico, sob a perspectiva daqueles cuja memória a história oficial da cidade tenta apagar. Deste modo, em ordem cronológica, foram lançados quatro livros, a saber: “*O Doutor Preto: Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina*” (SILVA e PANTA; 2010), “*Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira*” (LANZA et al; 2010), “*Negro em Movimento: a trajetória do Doutor Oscar do Nascimento*” (SILVA, SOUZA e PANTA; 2014) e “*Dona Izolina e a Venda dos Pretos: solidariedade e Resistência*” (SILVA, PALLISSER E PANTA; 2016).

Ainda sobre os negros moradores de Londrina nos dias atuais, a vivência empírica nos leva à percepção de que o referido contingente populacional está significativamente em menor representação nas regiões

centrais e em maior concentração nas regiões periféricas da cidade. Sobre esse processo de periferização da população negra no Brasil Maria Nilza da Silva tece a seguinte reflexão:

O lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse (2006, p. 70).

A percepção de que brancos e negros não têm o mesmo tipo de acesso material e imaterial é algo escamoteado pelo cotidiano, sobretudo, pela inexistência de meios oficiais de segregação racial e pela negação do racismo em distintas esferas da vida social no Brasil, respaldado pela crença nacional e internacional, mesmo sobre intenso questionamento, de uma democracia racial. Todavia, quando realizamos uma análise empírica acerca do cotidiano da cidade, caminhando por diferentes regiões, tal realidade facilmente se explicita. No centro, nas lojas, *shoppings*, restaurantes, bancos, etc. os negros são encontrados de forma desproporcional ao seu número de habitantes, e quando encontrados estão, em sua grande maioria, exercendo funções de trabalho tidas como socialmente inferiores²¹, e não usufruindo das benesses proporcionadas por tais espaços. Daí a percepção de meu amigo Luis, quando de sua chegada a cidade, acessando espaços sociais privilegiados, expressa pelos seguintes dizeres: “caraca mano, só tem branco nessa cidade, e sobretudo nessa universidade, que loucura”. Estas são algumas características do espaço social o qual analisaremos ao longo desse trabalho.

Passemos agora ao contexto de implementação da política de reserva de vagas na Universidade Estadual de Londrina, diagnosticada pela QS

²¹ Funções que se constituem, sobretudo, pela realização de trabalhos cuja cobrança de nível educacional se restringe ao ensino médio e/ou na qual há a prevalência de trabalho braçal.

World University Rankings, como a quarta melhor universidade estadual do País²².

1.1.3 Implementação de políticas de ação afirmativa e a mudança no perfil discente da UEL: conflitos impostos pela abertura à diversidade socioeconômica e étnico-racial

Criada em 28 de janeiro de 1970, a Universidade Estadual de Londrina surge a partir da junção de faculdades isoladas já existentes na cidade, a saber: Faculdade Estadual de Direito de Londrina, Faculdade Estadual de Filosofia e Letras de Londrina, Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, e Faculdade de Medicina do Paraná. Constituída por faculdades privadas, é somente em 1984 que se instaura a gratuidade dos cursos de graduação na instituição, e é em 1991 que a universidade vem a se tornar uma autarquia estadual. Desenvolvendo-se a passos largos, devido sobretudo a importância socioeconômica adquirida pela cidade de Londrina, ao longo de sua trajetória a UEL ampliou-se, substancialmente, em sua infraestrutura e recursos humanos, contando hoje com 56 diferentes cursos de graduação, além de centenas de cursos de pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. Segundo dados disponibilizados no site da Pró-reitoria de planejamento da instituição (Proplan), no ano de 2017, ano do último Censo realizado, a comunidade universitária era formada por 21.965 discentes, 1.657 docentes e 3.251 agentes universitários²³.

Celebrada por seus habitantes como um dos principais símbolos da cidade, a UEL é referência como centro de excelência no que tange ao ensino universitário, avaliada por institutos nacionais e internacionais de ranqueamento como uma das melhores instituições de ensino superior do país (Fonte:

²² Matéria disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/uel-e-a-4-melhor-universidade-estadual-do-pais-aponta-consultoria-979643.html>. Visitado em 01/10/2018/

²³ Dados históricos, quantitativos e avaliações internas e externas sobre a UEL disponíveis no site da instituição, para mais informações ver em: <http://www.uel.br/proplan/novo/pages/dados-e-informacoes/uel-em-dados.php>

Proplan)²⁴. Em consequência dessa valorização regional, nacional e internacional, e também pela homogeneização do perfil do público atendido pela instituição, a universidade foi compreendida pelo imaginário social londrinense, durante grande parte de sua história, como uma instituição direcionada, em particular, aos grupos socioeconomicamente privilegiados. Teço essa afirmação a partir de minha própria experiência enquanto londrinense e ex-estudante do ensino básico que via na UEL um sonho distante de se concretizar. Perspectivo também essa realidade a partir de vivência como professor no ensino médio na rede pública de ensino, cuja experiência junto à estudantes de distintas áreas londrinenses levou-me a consciência sobre a necessidade de desmitificar a UEL enquanto espaço exclusivamente destinado à estudantes mais abastados, levando assim o conhecimento aos alunos da rede pública de que a Universidade Estadual de Londrina, mesmo com histórico de atendimento majoritário às elites, não se direciona apenas aos mais abastados.

A fim de melhor exemplificar esse imaginário e essa experiência em relação à UEL, tomo de empréstimo os relatos de Zumbi, Gabriel e Dandara, graduandos dos cursos de psicologia e medicina, autodeclarados negros e oriundos da rede pública de ensino:

Sobre esse lance de entrar na UEL foi uma coisa muito louca. A minha irmã por exemplo, ela é casada com um cara branco, e os familiares do marido dela, todos descendentes de alemães, diziam: "ah, mas você não vai conseguir entrar na UEL". E também fora do contexto familiar a galera dizia pra gente: "a UEL é difícil mesmo, se vocês não conseguirem não fiquem tristes, passar no vestibular é que seria estranho". E todo dia era alguém falando isso na nossa cabeça, e eles diziam: "tem um fulano que já tá prestando o vestibular pela terceira vez", e que a gente não devia desistir, porque entrar na UEL não era fácil, ainda mais pra gente pobre e preta como nós. Ou senão eles falavam: "ah, mas

²⁴ Idem.

hoje em dia tem o ProUni²⁵, tem o ENEM²⁶, ou dá pra fazer financiamento nessas universidades particulares", sempre tentando explicitar que a UEL não era o nosso espaço. Daí eu entrei lá, e ainda entrou eu e minha irmã, nós mostramos pra toda essa galera que é possível, mostrei pra essa galera que eu posso sim estar lá, isso foi um êxtase pra gente, ver nosso nome na lista de aprovados do vestibular da UEL foi algo surreal (Zumbi, estudante de Psicologia, 23 anos).

A UEL é limitada a um público, e a medicina na UEL é mais ainda, nem sei com explicar. Faz medicina quem é rico, é um curso pra uma minoria. Mas aí, com esse negócio das cotas raciais²⁷ eu comecei a pensar e a planejar e ver e tentar, mas *puts*, eu sabia que não era uma coisa tão simples, vai ser uma luta, uma batalha diária eu pensava. Daí tem essa questão de ter que fazer cursinho, porque, querendo ou não, quando você sai de uma escola pública, nem se compara com o ensino de uma escola particular, é muito diferente, é muito gritante, tanto que no meu colégio eu tinha muita defasagem. Por exemplo, conteúdos que a UEL prioriza, como filosofia, sociologia e artes, no colégio eu tive por um mês durante o ensino médio, esses foram conteúdos que eu tive que ir atrás, tive que ralar e estudar muito (...). Quando saiu o resultado, foi um choque de realidade, porque assim, sabe, você sai de uma condição na qual você era um estudante de escola pública, aí você entra numa Universidade como a UEL e ainda num curso de medicina, meu, é muito foda, é maravilhoso (Gabriel, estudante de Medicina, 21 anos).

É difícil explicar pras pessoas que eu estudo na UEL, às vezes nem eu acredito que eu consegui entrar na universidade, e ainda por cima consegui entrar na UEL. Tipo, não dava nem pra explicar o que significa isso. A gente sabe que a UEL não foi feita

²⁵ ProUni é a sigla que designa o Programa Universidade para Todos. Programa do governo federal criado em 2005 com o objetivo de conceder a estudantes com restrição de renda, bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior.

²⁶ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é uma prova realizada pelos estudantes ao final do ensino médio, a fim de avaliar a qualidade do ensino até ali aprendido, utilizada como critério para a inscrição e acesso as bolsas de estudos disponibilizadas pelo ProUni.

²⁷ Sistema de reserva de vagas no vestibular de universidades públicas brasileiras, destinada a estudantes que se autodeclaram negros ou que sejam oriundos da rede pública de ensino, a depender das instituições que a implementam.

pra gente pobre e preta que nem eu, daí quando você está lá é um choque (Dandara, estudante de Medicina, 32 anos).

Restrita nos primeiros anos de sua fundação a atender a demanda de estudantes que pudessem pagar pela qualificação e conhecimento dispensado pelo ensino superior, a gratuidade propiciada aos discentes a partir de 1984 não significou um mecanismo contundente a fim da democratização do campus universitário. É somente a partir do ano de 2004, com a implementação da política de reserva de vagas, que a UEL se abre à possibilidade parcialmente efetiva de diversificação em seu quadro discente. Deste modo, aquele que era concebido como um espaço social londrinense estrito, no plano simbólico e material, a grupos privilegiados pelas melhores condições socioeconômicas, passa a receber estudantes advindos de outras trajetórias socioeconômicas e culturais, processo esse que gerou novas demandas e suscitou um novo perfil discente no interior da universidade. Tecendo sua reflexão sobre o processo de seleção para a inclusão aos bancos universitários, o sociólogo Mauricio Tragtenberg (1990) explicita a seguinte percepção:

O vestibular escolhe os escolhidos. Quem é escolhido econômica e socialmente tem potencialidades em termos de habilidade intelectual, de verbalização, de raciocínio abstrato, de passar pelo chamado filtro aparentemente educacional ou cultural que é o vestibular. Eu acho qualquer seleção, em tese, execrável, especialmente educacional, porque ela mascara uma seleção social preexistente. Eu não posso falar em igualdade de oportunidades, sociedade aberta e que a educação é um dever do Estado, quando percebo que a educação apenas confere um poder simbólico a quem já tem poder real (TRAGTENBERG, 1990).

Para atestar essa realidade na qual, como diagnosticado por Tragtenberg, a história da educação superior no Brasil tem por característica garantir poder simbólico a quem já detém poder material, trago a experiência da UEL, no que tange às mudanças imputadas pela inclusão universitária de classes menos abastadas, bem como de diferentes perfis étnico-raciais. Sobre esse processo e essas novas demandas transcrevo o relato de Ana Luísa, assistente social e agente universitária na UEL há 23 anos, atualmente encarregada pela seção de

seleção socioeconômica²⁸ do Serviço de Bem-Estar à Comunidade - Sebec UEL²⁹. O longo trecho do relato se justifica pela riqueza de detalhes e informações, vejamos:

(...) ao longo desse tempo em que estou aqui, pude acompanhar os distintos momentos nos quais houve algum tipo de mudança no perfil dos estudantes da UEL, mesmo antes de entrar aqui como servidora, pois fui também estudante de graduação e pós-graduação aqui na instituição. A gente percebe que o perfil tem mudado muito, sobretudo após a adoção das cotas, em 2004. Houve um aumento das demandas aqui no Sebec e também foram se criando novas demandas, o que nós chamamos de Instrumentos de Aplicação da Política de Assistência. Esses instrumentos tiveram que ser ampliados. Como exemplo, foi construída uma nova unidade de moradia estudantil, houve também, num segundo momento, uma ampliação dessa moradia. Na Casa do Estudante antiga a oferta de moradia era para 27 estudantes, e era o suficiente, dado o fato de que antes não havia um controle por nós e não haviam também reclamações por parte dos estudantes sobre a insuficiência desse espaço. Os próprios estudantes se organizavam nesse espaço cedido pela UEL. Tinha alguns que viviam lá durante toda a graduação e até mesmo depois de formados. Hoje em dia nós temos vagas para 80 estudantes e temos rígidos critérios socioeconômicos e limite de tempo para a inclusão e permanência nesse espaço. Mas uma coisa que a gente tem sentido é que após as cotas houve uma redução drástica no rendimento [econômico] dos estudantes da UEL, isso depois do ano de 2005. Às vezes chegam estudantes que não têm condições de permanecerem na UEL nem nos primeiros meses, antes de sair o resultado da seleção socioeconômica que disponibiliza bolsas a estudantes com baixa renda familiar. Vou dar um exemplo, as aulas aqui na UEL se iniciaram agora no dia 11 de abril [de 2017] e o resultado das bolsas unificadas, que concede bolsas de permanência em dinheiro e vagas na

²⁸ Seção responsável pela seleção de estudantes aptos a receberem auxílios em dinheiro ou através da concessão de descontos para refeições no Restaurante Universitário da UEL, e também para vagas na moradia estudantil.

²⁹ Sobre os trabalhos desenvolvidos pela equipe do Sebec, Ana Luíza explica que “os serviços prestados vão desde o atendimento individualizado, no qual os diversos estudantes trazem suas respectivas demandas. À estudantes que vem até o Sebec apenas para conversar, desabafar. Nós temos também a área de saúde mental, temos uma nutricionista, temos a divisão de serviço social e o restaurante universitário” (Ana Luíza, assistente social Sebec).

moradia, deve sair no dia 31 de maio. São praticamente 50 dias, e há estudantes que chegam aqui e não têm condições de se manter aqui na UEL nesses 50 dias, até sair o resultado. Então é esse tipo de coisa, antes das cotas nós da equipe do Sebec nunca havíamos presenciado isso, a gente percebe que os estudantes não se aventuravam assim antigamente, eles não vinham sem condições mínimas, era raro quando tinha, ou pelo menos quem vinha pra cá tinha mais condições. Já hoje, esse tipo de demanda é muito grande, as pessoas realmente vêm sem condições [econômicas] nenhuma de se manterem pelo menos por um mês, os estudantes já chegam em busca de ajuda, e essa foi a parte mais gritante que nós percebemos. As pessoas vêm mesmo, elas colocam a mochila nas costas e vêm pra UEL, sem condições mínimas. Antigamente parece que as pessoas eram mais receosas de se lançarem assim para uma faculdade. Às vezes até deixavam de prestar vestibular, porque já sabiam que não iam ter condições de se manter e mesmo de vir pra cá. Isso falando de pessoas de outras cidades, de cidades distantes, mas também falando dos moradores aqui de Londrina, de estudantes que não faziam uma faculdade por causa das dificuldades de transporte ou mesmo por imaginar que a UEL não era para eles. Tinha gente que morava aqui dentro de Londrina, mas não pensava em fazer uma faculdade porque a universidade era muito distante, em todos os aspectos. Aí a gente percebe que com o melhoramento da infraestrutura da cidade e com maior acesso a algumas regiões houve também um maior acesso dos estudantes à UEL, isso tudo junto as cotas né! (Ana Luísa, assistente social Sebec-UEL).

O relato de Ana Luísa nos permite melhor visualizar alguns aspectos socioeconômicos e simbólicos que acabam por causar a ruptura para com o perfil do estudante atendido pela UEL, anteriormente a implementação das políticas de ação afirmativa, denominada por Ana Luísa como cotas. É interessante a percepção de que para a assistente social o novo perfil de estudante que começa a constituir o corpo discente da UEL, a partir da implementação da política de cotas, não mede ou não tem consciência sobre as consequências que as limitações que a falta de alguns *capitais* específicos, a exemplo do econômico e do social, ira lhes impor. Deste modo, utilizando uma expressão da assistente social, há, nos últimos anos, um aumento considerável de estudantes que se “aventuram” à UEL, deixando de lado o “receio” que tinham antes. Em seu relato o destaque para a falta de condições mínimas para o acesso aos bancos

universitários é, para minha interlocutora, a principal característica geradora da mudança de perfil do estudante da UEL. Nesse sentido, a própria universidade, pública e gratuita, acaba por ser questionada em seu papel democrático, pelas novas demandas dos estudantes, defrontando-se assim com questões até então alheias àquele espaço e realidade social.

A assistente social explica que anteriormente a implementação da política de cotas, o Sebec-UEL tinha uma demanda específica, advindas, em sua grande maioria, dos servidores da instituição. Essas demandas, por sua vez, direcionadas a serviços como o de nutrição, psicologia e os de Serviço Social, a fim do auxílio e resolução de problemas burocráticos relacionados à instituição e mesmo às particularidades da vida pessoal dos servidores. Já no que tange ao relacionamento com os estudantes, Ana Luiza explica que as solicitações eram ínfimas, não se lembrando a assistente social, no momento de nossa conversa, de pedidos específicos advindos desse público.

Uma outra característica no que toca à mudança de perfil do estudante da UEL, diz respeito a questões sobre o sofrimento psíquico, mais uma das demandas suscitadas com esse novo público. Assim Ana Luísa explica que:

(...) uma coisa que também cresceu muito, e que dizem que é o tal do mal do século, é a questão psicológica. Temos alguns problemas psiquiátricos sérios, há também depressão e síndrome do pânico. [...] primeiro eles [estudantes] nos procuram e depois nos os encaminhamos pro psicólogo. Isso ocorre quando a gente percebe que não nos cabe mais aquela demanda, porque ultrapassou a área do serviço social. Aí já entra na área de psicologia e talvez até da psiquiatria. Não é mais uma demanda de manutenção, uma demanda de recurso objetivo para estudantes novos na cidade, ou mesmo no curso, é uma demanda psicológica que eles apresentam. É uma dificuldade de relacionamento, há como exemplo a dificuldade de relação entre professor e aluno, e a gente vê que tem um fundo psicológico e acaba encaminhando pro psicólogo. Mas aí a gente acompanha o caso de maneira multidisciplinar, objetivando entender o que levou aquele aluno a chegar àquela demanda. Existem alunos que chegam aqui em crise, completamente em estado de alucinação, fora do contexto,

existe muito uso de drogas, que levam os alunos a isso também (Ana Luíza, assistente social Sebec).

Ana Luíza cita algumas das questões psicológicas suscitadas pelos estudantes, as entendendo enquanto constituintes de dois grupos: “problemas psiquiátricos sérios” e “depressão e síndrome de pânico”, diagnosticados pela assistente social enquanto problemas que fogem à sua área de formação, cujo *métier* é o trato a fim do suprimento de questões materiais. Situa ainda que tais diagnósticos surgem a partir do relato de fenômenos como o uso de drogas e a dificuldade de relacionamento, citando como exemplo conflitos na relação entre professor-aluno. Relatos que nos levam a um melhor entendimento sobre esses conflitos psíquicos foram disponibilizados pelos estudantes cotistas, como veremos no segundo capítulo desse trabalho.

Após o fim da entrevista, com o gravador já desligado, Ana Luíza me fez o seguinte alerta:

Você sabe que eu não falei sobre a questão racial, sobre o expressivo aumento de estudantes negros aqui na UEL, porque acho que você já sabe disso, né!?. Você foi cotista e essa é sua área de estudos, consegue ver essas mudanças. Antes da implementação das cotas, era igual ao número de professores negros que temos hoje aqui na universidade, dava pra contar nos dedos a quantidade de estudantes negros, eram muito poucos, agora nem sei quantos tem, mas é sobretudo os estudantes negros que vêm nos procurar (Ana Luíza, assistente social Sebec).

A fim de melhor compreender a percepção empírica da assistente social sobre a efetividade ou não na mudança de perfil de estudantes da UEL, não recorrendo apenas a dados quantitativos a serem apresentados ainda nesse capítulo, questionei Ana Luíza apenas sobre suas percepções, enquanto estudante e agente universitária, o que totaliza uma trajetória de 30 anos na

instituição. Tive por objetivo com esta questão tão ampla o não direcionamento da fala de minha colaboradora especificamente à questão racial. Todavia, é interessante a percepção de que durante seu relato, minha interlocutora não tenha tocado uma só vez no tema sobre a questão racial, aparecendo essa variável somente num momento de maior informalidade, após eu desligar o gravador. Os motivos desse silenciamento podem ser os mais diversos, como exemplo, o conhecimento da assistente social, a quem já recorri a fim do acesso à alguns serviços disponibilizados pelo Sebec durante o período de graduação, sobre minha condição de ex-estudante cotista na instituição, pesquisador autodeclarado negro, entre outras percepções; também a invisibilidade dada a questão racial em muitas áreas de instituições pública, característica do racismo institucional. Fatos esses que poderiam fazer com que Ana Luíza tivesse o entendimento de que eu já tivesse ciência de que a quebra na homogeneidade dos estudantes da UEL tenha ocorrido, em particular, devido a maior presença de estudantes pretos e pardos aos bancos universitários.

Me debruço sobre essa reflexão, que confesso me causou certa surpresa, pois explicita ainda a potência da questão de classe, em detrimento da questão racial, bem como os danos psíquicos, econômicos e político-sociais, ao tratar-se de questões sobre desigualdades e violência psíquica, por exemplo, sem, contudo, identificar os sujeitos prejudicados pelo processo a ser analisado. O relato disponibilizado por Ana Luíza, após o fim da entrevista com o gravador, me leva à percepção sobre a implicação da questão racial, diretamente ligada a esse processo de mudança no quadro de estudantes, sem que, contudo, a agente universitária tivesse mencionado algo sobre a raiz étnico-racial desse problema. Há assim a necessidade de revisão do processo até aqui apresentado, identificando outras características socioeconômicas, culturais e subjetivas responsáveis pela mudança de perfil dos discentes da UEL. Há que se compreender que a materialidade dessa mudança de perfil se expressa, em particular, pelos estudantes pretos e pardos, os que mais demandas apresentam aos profissionais do Sebec, como afirma a assistente social. Daí uma melhor percepção sobre outras variáveis a serem consideradas a fim do atendimento às novas demandas surgidas a partir do ingresso destes novos discentes. Podemos deste modo ter uma melhor noção sobre o estudante “aventureiro”

descrito pela assistente social, concebendo-o em grande parte como indivíduos pretos/pardos e socioeconomicamente desprestigiados.

Temos deste modo um cenário social que acaba por explicitar algumas das complexidades e facetas despertadas pela implementação das políticas de ação afirmativa, variáveis essas que contemplam aspectos materiais, simbólicos psíquicos e, como veremos, políticos e identitários. Isso posto, objetivamos na seção que se segue, explicitar a conjuntura sócio-histórica responsável pela mudança no perfil dos discentes da UEL, e também pelas novas demandas atendidas pelos profissionais do Sebec.

1.2 Processo de formalização da identidade cotista na UEL

Ainda sob acaloradas discussões, em âmbito nacional, sobre as virtudes, perigos e fragilidades das políticas de ação afirmativa, entra em vigor a política de reserva de vagas com recorte racial e de trajetória escolar no processo seletivo vestibular para a inserção ao quadro discente da UEL, no ano de 2004. Problematizadas por pesquisadores de distintas áreas do conhecimento e também por opiniões e conjecturas elaboradas por agentes constituintes dos diferentes campos sociais externos ao acadêmico, a adoção de políticas de reserva de vagas no vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2002, pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) que a implementou em 2003, e pela Universidade Federal de Brasília (UNB) que aderiu a esta política também em 2003, torna-se assunto recorrente nas mais distintas esferas sociais. É em meio a esse processo sociopolítico que verificamos o surgimento de uma nova categoria identitária, os cotistas.

Como veremos de modo mais detalhado logo abaixo, por cotistas são designados estudantes cujo percurso escolar no ensino básico tenha sido realizado, em sua quase integralidade³⁰, na rede pública; também aqueles

³⁰ De acordo com a resolução 008/2017 instituída pelo Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, para fazer jus aos 20% de vagas reservadas no Processo Seletivo Vestibular destinadas a estudantes oriundos de instituições públicas brasileiras de ensino, o

alunos que possuam cor de pele preta ou parda e outros traços fenotípicos negroides, o que, por sua vez, tem se mostrado como fator de legitimidade para a autodeclaração negra³¹.

No âmbito da UEL, para a comprovação sobre a legitimidade ao usufruto da reserva de vagas destinadas a estudantes oriundos de instituições públicas brasileiras de ensino, uma das modalidades das políticas de ação afirmativa, o aluno deve apresentar seu histórico escolar correspondente ao ensino fundamental e médio. Outro fator é a restrição para candidatos optantes por esta modalidade de vagas, de não terem concluído qualquer forma de ensino superior, tanto em instituições públicas quanto privadas. Essa restrição, por sua vez, a ser comprovada no ato de matrícula do candidato em formulário e documentação específica.

Já a comprovação para estudantes que optam pelas vagas reservadas a autodeclarados negros segue processo burocrático distinto, impossibilitada de resumir-se a simples apresentação de documentos. Explicita-se assim, logo de início, a maior complexidade dessa ferramenta integrante das políticas de ação afirmativa, a reserva de vagas com recorte racial. Transcrevo abaixo o artigo 2º da resolução 008/2017 elaborado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEL (CEPE), no qual o órgão expõe os requisitos necessários para a autodeclaração negra, de acordo com os critérios adotados pela instituição:

Art. 2º Considera-se negro o candidato que assim se declare e que possua cor de pele preta ou parda e outros traços fenotípicos que o identifiquem como pertencente ao grupo racial negro.

aluno tem que ter cursado os quatro últimos anos do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio em instituições públicas brasileiras de ensino (Resolução 008/2017 UEL).

³¹ No que tange à reserva de vagas destinadas a estudantes que se autodeclaram negros, 20% dessas são reservadas àqueles cuja trajetória escolar tenha sido realizada em sua quase integralidade em escolas públicas brasileiras, ou seja, os quatro últimos anos do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio em instituições dessa natureza. Há também 5% de reserva de vagas a estudantes que se autodeclarem negros, estas de forma irrestrita, independentemente do percurso de formação (Resolução 008/2017 UEL).

§ 1º Enquadram-se nesta opção somente os candidatos pertencentes ao grupo racial negro.

§ 2º A ascendência negra não será fator a ser considerado na condição de ser negro.

§ 3º A avaliação do enquadramento dos candidatos a esses traços fenotípicos será realizada por comissão conforme artigo 8º.

Normalizados os critérios raciais para o benefício das vagas reservadas a estudantes que se autodeclaram negros, há por fim, como indicado no inciso 3º do artigo 2º, a avaliação sobre o preenchimento dos requisitos exigidos, realizada por comissão *ad hoc* responsável pelo confronto entre autodeclaração do estudante e traços fenotípicos. O artigo 8º é o responsável por indicar os membros dos órgãos institucionais e da comunidade externa que irão compor a comissão para homologação das vagas, vejamos:

Art. 8º A homologação das matrículas dos candidatos que optarem pela reserva de vagas para negros, conforme descrito no art. 2º, será realizada por uma comissão indicada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) composta por:

I- Representante do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB);

II- Representante do Núcleo Regional de Ensino;

III- Representantes do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Londrina (CMPIR);

IV- Representantes da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD);

V- Representantes da Coordenação de Processos Seletivos (COPS);

VI- Representante discente.

Parágrafo único: A comissão será composta por servidores da Universidade, representantes da comunidade externa e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Londrina, estas duas na proporção de até 1/3 (um terço) do total dos membros.

A leitura dos artigos dois e oito da resolução 008/2017 da UEL, que normatiza a política de reserva de vagas para estudantes negros, nos possibilita o entendimento do modo com que os membros do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Londrina caracteriza o enquadramento ou não dos candidatos aptos ao, por eles denominados, grupo racial negro.

Para efeito de análise comparativa sobre as possibilidades de entendimento e de critérios adotados por diferentes esferas do poder público, no que tange à avaliação de cor/raça autodeclarada pelo candidato, trago como exemplo a lei federal 12.711 de 2012. Esta lei dispõe sobre a reserva de vagas em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, mostrando-se mais sucinta no estabelecimento de seu discernimento sobre os candidatos aptos para o pleito das vagas com recorte étnico-racial. Segue abaixo artigo 3º que discerne sobre os critérios e percentuais a serem utilizados para a reserva de vagas com recorte racial:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, *por autodeclarados pretos, pardos e indígenas* e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012[*itálico nosso*]).

A primeira variável a ser analisada é a diferenciação entre autodeclaração negra, como requisitada na UEL, e autodeclaração preta ou parda, requerida pela lei federal e baseada nos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera a população negra a partir da junção de duas categorias: pretos e pardos. Apresenta-se aqui uma distinção conceitual, expressa por categorias *êmicas* e *éticas*.

A compreensão sobre categorias *êmicas* e *éticas* são centrais ao entendimento sobre o modo com que os estudos sociológicos e antropológicos perspectivam a cor da pele como objeto de análise a partir do qual se abre a

possibilidade de aprofundar a compreensão sobre *diferenças étnicas e desigualdades raciais*.

Rechaçada entre os antropólogos como categoria analítica e, por outro lado, tida como essencial, enquanto categoria teórico-metodológica e política, no campo da sociologia das relações raciais, o termo raça é objeto de grandes discussões e disputa no cenário acadêmico e militante.

Preocupados em decodificar uma lógica própria por trás das múltiplas categorias de cor utilizadas no cotidiano, os antropólogos concebem a categoria raça como conceito homogeneizador e essencializante, responsável pela racialização dos distintos indivíduos, o que, entre outros resultados malignos, tende a resultar na deslegitimação de suas respectivas experiências sociais e individuais. De acordo como Hofbauer, a refutação do conceito de raça, ligado a modelos cientificistas ou mesmo sociais, tem sido desde a década de 1930 preocupação constante dos antropólogos, que veem na valorização do conceito de *cultura* uma arma mais eficiente no combate ao racismo, sendo o racismo entendido por muitos destes pesquisadores como uma ideologia que faz uso indevido de (inegáveis) diferenças fenotípicas, condenando alguns grupos à inferioridade inata (HOFBAUER, 2017, p. 167).

Numa outra chave de entendimento, no âmbito dos estudos sociológicos sobre a problemática racial, há o entendimento, como explicitado por Guimarães (1999), de que a grande quantidade de termos de cor usados no cotidiano (moreno claro, moreno escuro, moreninho, marrom etc.) deve ser entendida como uma espécie de “representação metafórica” do velho conceito de raça (GUIMARÃES, 1999, p. 44), daí a potência da categoria raça enquanto mobilizadora política e capaz de corroborar análises sobre hierarquias e desigualdades sociais entre brancos e não-brancos. Nessa perspectiva, o sociólogo Valter Silvério entende que

O termo negro no Brasil pode significar tanto a origem africana comum de pretos e pardos quanto a posição similar que ocupam na estrutura de estratificação social. No primeiro caso, negro é uma construção eminentemente política para a constituição de

uma narrativa e agência comum; no segundo caso, uma descrição estatística que desvenda, ou pode desvendar, os impactos da discriminação racial nas oportunidades existentes em uma sociedade organizada hierarquicamente por cor/raça (SILVERIO, 2019, p. 274).

Estudos que se debruçam sobre a composição e trajetória dos movimentos sociais negros no Brasil, a exemplo das teses de doutorado elaboradas por Regina P. Pinto (1993), Augusto Sales (2008) e Amílcar Araújo Pereira (2010), e de textos de autores já clássicos como os de George Andrews (1997) e Florestan Fernandes (2008), nos permitem o entendimento de que a utilização do termo negro para esses movimentos sociais tem uma conotação bem específica. Expressam a consciência de experiências de inferiorização, subalternização e opressão referenciadas na hierarquização de categorias morfológicas, materializada sobretudo na pigmentação da pele, que tende a unir os diferentes sujeitos de pele preta e parda sob um único signo, o de sujeitos de segunda classe, quando relacionados aos sujeitos brancos. Deste modo, no âmbito da militância o termo negro é utilizado, em particular, para explicitar um posicionamento crítico, político e de resistência a fim de se explicitar as desigualdades sociais imputadas pela racialização e etnização dos indivíduos, e de busca por melhores condições socioeconômicas e de respeito à cultura elaborada pelas populações negras. Daí o entendimento do termo negro como uma categoria *êmica*, perspectivada a partir do entendimento deste signo de acordo com a consciência daqueles que com esse vocábulo se identificam e empiricamente o utilizam. Caracterizadas deste modo pela autoidentificação, se opondo assim a uma categorização fechada do grupo negro.

Utilizado o termo negro nesta perspectiva ideológica pioneiramente pela Frente Negra Brasileira (FNB), primeira organização de maior expressão do Movimento Social Negro criada em 1931, Andreas Hofbauer explica que:

Há indícios de que, na região de São Paulo, no fim do século XIX e início do XX, a palavra “negro” tinha uma conotação mais pejorativa que “preto”. Um informante fretenegrino contou que

seu pai ficava revoltado quando era chamado de negro. Para esse ex-militante, a FNB optou conscientemente pela denominação “negro”: enquanto “preto” teria sido relacionado a cor, “negro” teria sido considerado atributo de raça (HOFBAUER, 2006, p.350)³².

Ainda sobre a categorização do termo preto, é através dos estudos sobre as relações raciais e mobilidade social no Brasil que Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1988, 1992) perspectivam o preto e o pardo como cores com maiores possibilidades de classificar indivíduos com traços negroides. As pesquisas elaboradas por Hasenbalg e Silva revelam que é longa a tradição de estudos que têm mostrado que a população brasileira se utiliza de um vocabulário muito mais rico e matizado, para além das nomenclaturas preto e pardo, para explicitar suas concepções sobre o coloramento de suas respectivas peles. No livro *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo* (1992) os autores pontuam que Charles Wagley (1952) encontrou cinco termos para qualificar a pele preta/parda numa comunidade amazônica; Donald Pierson (1967, 1951) também encontrou cinco termos em um pequeno vilarejo do interior paulista (Cruz das Almas) e 20 termos diferentes para rotular matizes de cor das pessoas na Bahia; também Marvin Harris (1964) encontrou 40 termos raciais em uma comunidade de pescadores do interior da Bahia. Emblemática nessa questão é o achado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 1976, na qual foram mencionadas 136 nuances diferentes de cor à pergunta aberta sobre a designação de cor (Hasenbalg & Valle 1992).

Compreende-se deste modo que Hasenbalg e Silva passam a utilizar as categorias preto e pardo como fator metodológico e uma categoria fechada, a fim de eliminar à arbitrariedade e distintas subjetividades no que se refere a

³² Outras análises sobre o uso pioneira do termo negro pela FBN foram realizados por A. S. GUIMARÃES, Notas sobre raça, cultura e identidade negra na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 29/30, p. 247-270, 2003, e Petrônio José DOMINGUES, Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002.

autodenominação de cor e matizes de pele quando verbalizada pelos distintos indivíduos que a portam, brancos e não-brancos. Assim, essas classificações *éticas*, ou seja, elaborados a fim de classificar sob perspectiva teórico-jurídica os diferentes grupos raciais sem levar em consideração as reflexões e os significados individuais e sociais implícitos na cor da pele, são utilizadas como modelo para institutos de pesquisa, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também pelas concepções normatizadoras demandadas pela linguagem e pela lógica do funcionamento do sistema legal moderno.

Outra distinção entre a lei federal 12.711/2012 e resolução 008/2017 da UEL é que a primeira não estipula a implementação de comissões de verificação a fim de contrastar a autodeclaração com a cor de pele dos candidatos³³, já o Conselho Universitária da UEL tem nesse critério sua prerrogativa.

Do ponto de vista institucional, referindo-se aqui à UEL, negros são aqueles que para além da autodeclaração negra – lembremo-nos que na resolução 008/2017 não consta autodeclaração preta ou parda, e sim negra –, possuam cor de pele preta ou parda e outros traços fenotípicos que os identifiquem como pertencentes ao “grupo racial negro”. Observa-se, todavia, que em si estas três variáveis, autodeclaração, cor e fenótipo, não se legitimam de forma autônoma. Cabe aos representantes de órgãos e esferas acadêmicas (docentes, discentes beneficiários da política de cotas³⁴ e servidores), bem como da comunidade externa (militantes do movimento negro e gestores do Conselho

³³ Todavia, esta realidade de não necessidade de confrontação entre autodeclaração preta ou parda e a pele do candidato vem se alterando devido à descoberta de fraudes encontradas no sistema de reserva de vagas. Essas fraudes, diagnosticadas e denunciadas pelos próprios estudantes cotistas. Deste modo, está em andamento o projeto de lei que visa instituir bancas de homologação para a aferição da cor autodeclarada nas instituições federais de ensino.

³⁴ Como critério subjetivo estabelecido pelo Conselho Universitário da UEL, sob demanda dos discentes autodeclarados negros, o representante estudantil a fazer parte da comissão de homologação para as matrículas destinadas a estudantes negros tem sido, desde a elaboração da comissão, um estudante de pele preta ou parda, sensível à questão racial, e politicamente engajado. Já a partir do terceiro ano de formação da comissão, em 2007, esse estudante tem tido também a característica de ser cotista.

Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Londrina) a legitimação ou não das três variáveis citadas.

Surgida a partir da mobilização e demanda do movimento social negro londrinense, o critério de autodeclaração negra e também a comissão de avaliação têm propósitos específicos. Para os militantes do movimento social negro a autodeclaração tem por intuito a percepção e reflexão dos candidatos, de que a população negra no Brasil sofre, de modo contínuo desde o período colonial, um processo de exclusão social cuja pele preta/parda é o dispositivo primário para a opressão negra. Sobre esse processo, Vilma Santos de Oliveira, liderança negra e militante do movimento negro, explica que:

O que a gente quer com as cotas é que, para além de assegurar a vaga do estudante negro na UEL, ele [o candidato autodeclarado negro] tenha consciência de que seus antepassados e até ele mesmo foi impedido de sonhar em entrar numa universidade pública porque ele é preto. Porque a sociedade inteira pensa que pelo fato de ele ser preto ele não tenha que pensar, não tenha que ter conhecimento, não tenha que ter uma condição de vida boa. A UEL sempre foi para brancos ricos, queremos que negros com consciência também ocupe esse espaço (Vilma Santos de Oliveira, militante do movimento negro londrinense. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2012).

Verifica-se através do relato de Vilma que a preocupação na elaboração dos critérios dos candidatos a usufruírem da política de reserva de vagas raciais não se pauta exclusivamente na cor de pele apresentada pelo postulante, o que sem dúvida é fator primordial. Essa norma objetiva também incita a percepção e reflexão do estudante sobre o processo de exclusão vivenciada ao longo da história pela população negra no Brasil. Posicionamento semelhante ao de Vilma, sobre a preocupação com os critérios para os candidatos à reserva de vagas para autodeclarados negros, se expressa no depoimento de Fátima Beraldo, militante do movimento negro e gestora do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR) de Londrina. Membro do grupo de

articulação e formulação da política de reserva de vagas na UEL, a mesma faz a seguinte reflexão:

No dia a dia as pessoas não dizem por aí que são negras, elas dizem que são morenas, pardas, pretas, mas que é negra é muito difícil. Então quando a pessoa tem que se autodeclarar negra, esse é um momento de reflexão pra ela, e se por acaso esse fato não gerar uma certa reflexão é porque ela já tem consciência de que ela é negra, entende? Saber-se negro é algo muito pesado, às vezes até triste, mas é importante as pessoas saberem que é por esse peso, de ser negro, que as cotas são necessárias (Maria de Fátima Beraldo, militante do movimento negro e gestora da CMPIR. Entrevista realizada em 24 de julho de 2017).

Há deste modo, sob a perspectiva destas militantes do movimento social negro, o entendimento de que o critério de autodeclaração deve ir além de uma tentativa de objetividade latente na pele preta e parda. Daí o critério de autodeclaração negra, como possibilidade de despertar nos candidatos maior consciência sobre a realidade social do negro no Brasil.

Também o modo como constitui-se a comissão para homologação das matrículas guarda questões não patentes, sendo distintamente analisada por militantes do movimento social negro e pelos acadêmicos envolvidos no processo de implementação da política de cotas a UEL. Assim, para Vilma dos Santos,

A banca de homologação tem que ver se o candidato é preto mesmo, conversar sobre a trajetória de vida dele, ver se ele sabe por qual motivo teve que se inscrever no vestibular pelas cotas. Se fosse só pra ver se ele é preto, a gente só pedia uma foto e tava pronto. Ele precisa saber que a inscrição dele pelas cotas não é porque ele é burro, ou menos capaz, mas sim porque a sociedade impede que ele tenha acesso a coisas públicas de qualidade, como a UEL (Vilma Santos de Oliveira, militante do movimento social negro londrinense, entrevista concedida em 12 de janeiro de 2012).

Para a militante, como visto no excerto acima, a comissão de homologação de matrículas tem por objetivo, além de aferir a autodeclaração com a pele do estudante, conscientizar os candidatos sobre os propósitos da política de cotas, visando esclarecer dúvidas e desconstruir perspectivas acríticas sobre as políticas de ação afirmativa. Numa outra perspectiva que não se opõe à análise de Vilma, mas que tem por entendimento a necessidade de representatividade de discentes pretos/pardos na UEL, a docente Maria Nilza da Silva, que junto com Vilma foi uma das principais responsáveis pela implementação da política de cotas, afirma que para ela,

A comissão de avaliação tem por prerrogativa garantir que pretos e pardos, independentemente da percepção ou consciência racial que este tenha, ocupem espaços historicamente reservados a elite socioeconômica, não permitindo assim com que haja fraudes e garantindo a lisura do processo (Maria Nilza da Silva, professora no departamento de Ciências Sociais da UEL. Entrevista concedido em 15 de outubro de 2018).

Os relatos de Vilma e Maria Nilza nos permitem uma primeira percepção sobre questões empíricas, conceituais, políticas e subjetivas que subjazem o sistema de reserva de vagas na UEL. É interessante a percepção de que em ambos os relatos há a preocupação em garantir o maior acesso de estudantes autodeclarados negros aos bancos universitários, não obstante as distintas compreensões que as entrevistadas têm sobre o processo de homologação das vagas. Como visto, para a militante do movimento negro, mais importante do que a quantidade de estudantes contemplados pela política de cotas com recorte racial, é a conscientização dos negros sobre a realidade social no qual está inserido. Já para a docente e militante, a representatividade numérica é o objetivo último, sendo a conscientização sobre a questão racial fenômeno desse processo de abertura para a maior representatividade de pretos e pardos em espaços sociais prestigiados.

A fim de explicitar o modo com que a banca de homologação dos candidatos que optaram pela reserva de vagas raciais é percebida pelos mesmos, transcrevo abaixo o relato de Gabriel, que expõe algumas reflexões e sentimentos despertados por essa ocasião caracterizada pelo processo de racialização dos indivíduos:

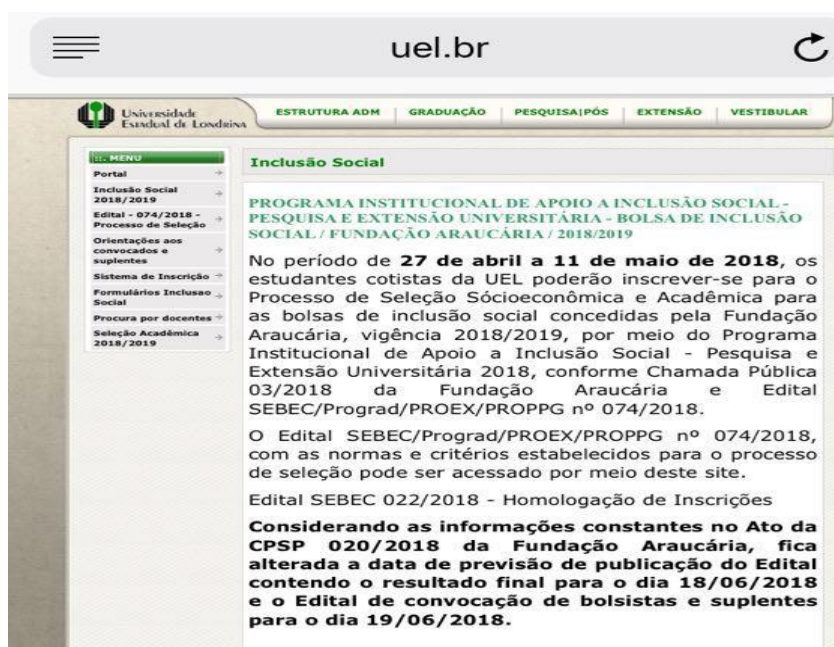
Olha, eu vou ser sincero, eu fiquei meio incomodado com a entrevista [de homologação de matrícula], eu sabia que era tipo uma seleção, mas pra mim era só colocar lá [no formulário de inscrição] que você era negro. Mas daí tinha essa entrevista, e o modo como ela foi feita eu achei um pouco diferente, não que eu me senti rebaixado ou que eu me senti humilhado, mas achei que ia ser diferente. Eu achei que ia ser numa sala, só o candidato e a banca, e não é. Você chega lá numa sala e são vários candidatos e várias pessoas da UEL e de outros lugares, daí a mulher do movimento negro, a dona Vilma, ela explicou toda a questão por trás das cotas, porque até então você não tem noção sobre o porque daquilo, daquela entrevista. Você vê as cotas, isso na minha visão quando eu estava no ensino médio, você vê as cotas como um facilitador, como uma ajuda pra essa população que sabemos é mais vulnerável. Mas a gente não tem essa noção de que as cotas não é só pra tentar colocar o negro na universidade, acho que tem muito mais por trás das cotas. É uma questão histórica, é uma questão política, é uma questão de tentar corrigir um erro histórico. Então assim, essa entrevista me abriu um pouco a mente, eu vi que não era tão simples assim, vi que tinha uma luta por trás, porque até então eu não sabia disso, nenhum professor na escola, ou mesmo na TV, ou em algum outro lugar, nunca ninguém me falou que cotas não é só pra ajudar o pobre da favela, é uma questão de..., poxa, o que a gente tá fazendo pelos negros? Nada! (Gabriel, 22 anos, estudantes de medicina).

É interessante o modo com que a fala de Gabriel se articula com a fala das militantes Vilma e Maria de Fátima. Mesmo se sentindo incomodado com a exposição imposta pelo formato da comissão de homologação, que implica que o candidato exponha os motivos que o levou a opção pela reserva de cotas direcionados a autodeclarados negros diante de representantes de diferentes órgãos e também de outros candidatos, Gabriel vê esse como um momento

importante, por suscitar e instigar reflexões e questões com as quais o mesmo ainda não tinha familiaridade e entendimento crítico.

Beneficiários de uma política pública, as de ação afirmativa, que tende a destacar e homogeneizar suas respectivas especificidades socioeconômicas e fenotípicas, no âmbito acadêmico esses estudantes passam a ser distinguidos, de modo formal e informal, como estudantes cotistas.

No plano formal essa nomenclatura é utilizada em momentos nos quais a instituição disponibiliza algum tipo de benefício (bolsas de permanência, moradia estudantil, descontos para refeições no restaurante universitário, entre outros), cujo requisito seja a inclusão universitária através do sistema de cotas. Nesse momento, para a divulgação de tais benefícios, o chamamento dos candidatos é realizado, de forma institucional, identificando-os como cotistas. Como exemplo desta realidade, segue cópia da página da UEL com a divulgação do período de inscrição para o Processo de Seleção Socioeconômica, a fim de selecionar discentes aptos ao recebimento de bolsas destinado a estudantes cotistas.



Já no plano informal, em meio ao cotidiano de aulas e outras atividades acadêmicas realizadas no campus, permeada pela relação entre docentes,

discentes e servidores da UEL, há a percepção de que a identidade cotista deixa de ser direcionada a estudantes brancos, cujo percurso escolar tenha sido realizado em instituições brasileiras de ensino público. Todavia, observei que essa mesma identidade cotista não se desvencilha, no contexto acadêmico, de estudantes pretos e pardos, independentemente da escolha ou não das vagas reservadas a estudantes autodeclarados negros. Verifica-se, deste modo, que a identidade cotista, no plano informal, acaba por se coadunar, de acordo com o imaginário da comunidade universitária, com características de cor de pele e outros fenótipos. Sendo a pele preta/parda e outros traços morfológicos características utilizadas pelo senso comum e também por órgãos institucionais, a exemplo da resolução 008/2017, para a vinculação com uma identidade genericamente compreendida como negra, o resultado imediato dessa equação é a constituição de um imaginário no qual a identidade cotista se vê intrinsecamente atrelada a identidade negra, essa última perspectivada por viés essencializante que, como já dito, tende a desqualificar as singularidades e diferenças socioeconômicas e culturais dos indivíduos.

O relato do estudante de psicologia, Zumbi, sobre o cotidiano em sala de aula, nos permite uma melhor compreensão sobre a afirmação anterior, no que tange à homogeneização e processo de racialização dos estudantes pretos/pardos vejamos:

[...] toda aula surge algum tipo de questionamento, até porque é muito novo esse ambiente com maior número de estudantes cotistas. Embora a política de cotas já tenha uma história longa, acontece que ainda hoje tem professores na UEL que sempre debatem e se mostram contra as cotas. Aí, em meio às aulas sempre tem algum professor que comenta alguma coisa do tipo: "ah, os cotistas sei lá o que", ou se não os professores diziam, "eu dou aula igual pra todo mundo", então olhavam pro lado dos cotistas e depois continuavam, "mesmo sabendo que tem alunos mais avançados a gente tem que saber esperar os que não estão tão avançados". Essas conversas dos professores acontecem até hoje, e o cotista sabe que essas palavras são pra ele, a gente sabe que é pra gente essas indiretinhas (Zumbi, estudante de psicologia, 23 anos).

A fala de Zumbi me permite explicitar uma variável administrativa e também processos burocráticos sobre os meios utilizados para a institucionalização da identidade cotista, bem como tecer algumas reflexões sobre o modo com que essa conformação entre identidade cotista e identidade negra vem sendo operacionalizada.

Em determinado momento de seu relato, Zumbi descreve a seguinte ação, se referindo aos docentes: “então olhavam pro lado dos cotistas”. Em consulta a Pró-reitoria de graduação, órgão responsável pela distribuição dos estudantes em salas de aulas e também pela elaboração da pauta de alunos, a pró-reitora à época, professora Ângela Maria Lima, informou-me que os docentes não têm acesso à informação sobre o discente ter optado ou não pela reserva de vagas, em qualquer das modalidades disponíveis, social e racial. Ângela me explicou ainda, que as pautas são elaboradas em ordem alfabética, e quando há a necessidade de divisão de estudantes da mesma turma em salas distintas, a mesma é feita seguindo o mesmo critério. Podemos inferir, deste modo, que a percepção de Zumbi sobre o direcionamento do olhar dos docentes aos estudantes cotistas tem por amparo o olhar orientado aos estudantes de pele preta ou parda, e não aos estudantes cujo percurso escolar se deu na rede pública de ensino.

Guiado por esta experiência, Zumbi, estudante de pele parda que se autodeclara negro, faz a seguinte constatação, já citada anteriormente: “[...] o cotista sabe que essas palavras são pra ele, a gente sabe que é pra gente essas indiretinhas”. Entendo aqui a expressão utilizada por Zumbi, “essas indiretinhas”, como eufemismo para a rejeição direcionada aos estudantes cotistas, presumindo os docentes em questão que todos os discentes pretos e pardos são necessariamente optantes da política de reserva de vagas com recorte racial.

Outra análise a ser realizada é que, num primeiro momento Zumbi nos permite a compreensão, no que se refere aos estudantes observados pelos professores, de que para ele esses discentes também sejam cotistas, já num segundo momento de fala refaz sua frase, incluindo-se a essa categoria de estudantes: “e o cotista sabe que essas palavras são pra ele, a gente sabe que é pra gente essas indiretinhas”. Identidade institucional criada com objetivos que

por vezes fogem a experiência dos estudantes as quais acaba por nominar, o processo de identificação para com a identidade de estudante cotista mostra-se aqui como um processo mecânico, não orgânico, carecendo de tempo para assimilação.

Explicitamos até o momento a problemática que objetivamos aqui desenvolver, a saber: quais os desdobramentos subjetivos e sócio-políticos engendrados pelo processo de racialização e encontro com a assunção de uma de identidade que tende a desconsiderar as singularidades dos indivíduos que sob perspectiva *ética* são classificados como pretos e pardos, forçados a identificação negra para o usufruto de políticas públicas específicas. Identificação essa, expressa pela identidade negra, que guarda em si conteúdo tão vasto e singular e que ao se apresentar aos diferentes indivíduos, seja essa como passível de identificação ou mesmo sua utilização para oprimi-los, ao homogeneizar e inferiorizar distintos grupos, esconde ainda muitas nuances e possibilidades de manipulação, explícitas em posicionamentos sociais, culturais, políticos e econômicos.

No próximo capítulo vamos em busca de algumas explicações sócio-históricas e políticas para a implementação do sistema de cotas na UEL e, por conseguinte, pela necessidade de constituição da identidade cotista apresentada nesse subitem.

II – Políticas afirmativas no contexto Brasileiro: o processo de implementação do sistema de cotas

Discriminação positiva, políticas compensatórias e políticas de inclusão, são as expressões utilizadas para políticas públicas direcionadas a grupos étnico-sociais específicos, mormente reunidas sob a chancela de ações afirmativas, no Brasil. Utilizadas na Índia, em 1947, "formalmente, é possível ver na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o primeiro passo do longo percurso que leva à ideia, atualmente consensual em certos meios, da necessidade das ações afirmativas" (OSÓRIO, 2006, p. 21). É diante da falta de efetividade no cumprimento dos artigos da Carta dos direitos humanos, sobretudo nos dois primeiros – que versam sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – que se legitima o uso das políticas de ação afirmativa, que visam a inclusão social de grupos sociais historicamente subalternizados (GUHA & SPIVAK, 1988; SPIVAK, 2010). Importa salientar que a manutenção do status inferior imputado aos grupos sociais aos quais as políticas de ação afirmativa direcionam-se, deve-se, em particular, à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor, sexo e outros traços morfológicos (GUIMARÃES, 2008).

Nesse sentido, por servir à promoção socioeconômica e cultural de grupos historicamente oprimidos e subalternizados, essas políticas, denominadas aqui como ação afirmativa, têm recebido, de acordo com a leitura de alguns pensadores (Ver: HONNETH, 2003; TOURAINE, 1998), a designação de Políticas Identitárias. Essas, por sua vez, a serem analisadas no terceiro capítulo deste trabalho.

No que tange ao discurso jurídico sobre às políticas de ação afirmativa, Joaquim Gomes Barbosa, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, explica que:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da

igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 51).

Dada a abrangência das dimensões materiais, imateriais e simbólicas que busca abarcar, as políticas de ação afirmativa têm sido utilizadas com os mais distintos propósitos nos mais diversos países em todo o mundo. Tem recebido, portanto, de acordo com a gramática e/ou particularidades do contexto social no qual se insere, diferentes denominações, sendo a tradução das utilizadas nos Estados Unidos e na França as que mais se disseminaram - respectivamente, *affirmative action* (ação afirmativa) e *discrimination positive* (discriminação positiva) ou *action positive* (ação positiva).

Empregadas pioneiramente pela Índia em 1947, essas políticas foram também experienciadas por vários países da Europa Ocidental, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outras regiões do globo, tanto no ocidente quanto no oriente. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, mais especificamente na Inglaterra. O modo com que nesses diferentes contextos as ações afirmativas foram implementadas, devido às diferentes experiências tanto de opressão quanto de seu enfrentamento, fez com que assumissem diferenciadas formas, a saber: ações voluntárias, ações de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista envolvendo ambas; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou de agências internacionais de fomento e regulação (PAIVA, 2013; CARVALHO, 2016).

Historicamente as políticas públicas engendradas no âmbito brasileiro têm-se caracterizado pela adoção de perspectivas socioeconômicas, expressas em medidas redistributivas ou assistenciais contra a pobreza, baseadas em concepções de “igualdade”, sejam elas formuladas por lideranças políticas de esquerda ou de direita (MUNANGA, 1996). Todavia, com a redemocratização do país em 1988, alguns movimentos sociais começaram a exigir uma postura proativa do Poder Público diante de questões como “raça”, gênero, etnia, e a

adoção de medidas específicas para sua solução, a exemplo das políticas de ação afirmativa (SANTOS, 2008; PAIVA, 2013).

Implementadas no Brasil desde a década de 1940, a fim da inclusão social de grupos que por fatores sócio-históricos se viram à margem do processo produtivo e dos benefícios do progresso socioeconômico pelo qual passava o país, políticas específicas com propósitos semelhantes às de ação afirmativa já foram utilizadas pelos seguintes grupos sociais:

- Em prol dos trabalhadores nacionais (lei dos 2/3 de 1943), estipulando que as empresas, associações, companhias e firmas comerciais deveriam apresentar entre seus empregados pelo menos 2/3 de brasileiros natos.
- Decreto nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecido como a "Lei do boi". Em linhas gerais, esta lei assegurava a reserva de vagas tanto nos níveis básicos de educação quanto no superior. Assim, conforme a lei, 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de agricultura e veterinária mantidos pelo Estado seriam disponibilizados para o atendimento das demandas de formação específica para alguns segmentos sociais. Teoricamente, essas vagas eram destinadas aos proprietários e trabalhadores rurais, bem como aos seus respectivos filhos, aqueles cujo sustento era basicamente tirado da terra e, assim, apartados das condições materiais e simbólicas da vida urbana.
- *Lei nº 8.213*, de 24 de julho de 1991, é a lei que trata da contratação de portadores de deficiência nas empresas e, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências à contratação de portadores de necessidades especiais. Art. 93 - a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência.

- Visando o pluralismo político, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 assegura a reserva de 30% e 70%, para cada gênero, do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito em todo o âmbito nacional.

Por outro lado, mesmo sendo demandadas desde a primeira metade do século XX, políticas específicas direcionadas à população negra no contexto brasileiro só são adotadas no início do século XXI, refletindo o êxito da contundente mobilização dos movimentos sociais negros, sobretudo, com sua reorganização na década de 1970, acompanhando os importantes avanços conquistados por distintos movimentos sociais após o fim da ditadura militar (PAIXÃO, 2008; CARDOSO, 2002). Além desse fato, podemos entender que os desdobramentos da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida no ano de 2001 em Durban, África do Sul, tiveram papel de extrema relevância nesse processo ao dar visibilidade mundial e a justificar as políticas de ação afirmativa como um dos mecanismos necessários à restituição de direitos historicamente limitados aos grupos oprimidos em todo mundo (ALVES, 2002; CARNEIRO, 2002).

Nos deparamos aqui com a necessidade de melhor compressão sobre o papel dos movimentos sociais negros, no âmbito nacional, e da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, para o engendramento das políticas de ação afirmativa no contexto brasileiro.

2.1 Vicissitudes dos Movimentos sociais negros durante o século XX: a luta pela cidadania do negro no Brasil

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (Domingues, 2007, p.43).

Analisar as transformações culturais que permitiram a ruptura para com um imaginário cultural no qual os negros eram concebidos enquanto mercadorias vivas e força animal de trabalho durante o período escravocrata (Munanga 2008, p. 48); os limitados avanços socioeconômicos e a tímida inclusão da população negra com o início da sociedade de classes (Hasenbalg, 1979); as conquistas políticas e mesmo padrões de conservação discriminatórios e racistas subjacentes ao modo de sociabilidade entre negros e brancos, após o processo de redemocratização do país (Fernandes, 2008; Guimarães, 2005); e os questionamentos étnicas, auto-atribuições, atribuição pelos outros e novas ressematizações pelas quais passaram o signo e significante negro (Hofbauer, 2006; Sansone 2007), exigem, inexoravelmente, que nos debruçemos sobre a trajetória dos movimentos sociais negros brasileiros, protagonistas dessas mudanças.

Na epígrafe deste subitem trago a perspectiva do historiador Petrônio Domingues sobre a concepção, sucintamente apresentada, à definição de movimento negro, caracterizado pelo autor como um movimento de luta contra as desigualdades socioeconômicas e culturais que assolam a população negra desde sua chegada a essas terras que sempre se mostraram tão inóspitas. Ainda sobre a epígrafe, ao explicitar as variáveis sociais limitadas a população negra, realidade responsável por suscitar as demandas com os quais se defrontam os movimentos sociais negros, o autor menciona variáveis e concepções sociais

historicamente inseridas no contexto brasileiro a partir de seu estágio republicano, iniciado no ano seguinte ao fim da *plantation* em 1888: mercado de trabalho, sistema educacional, político, social e cultural. Concepções possibilitadas apenas com o advento da sociedade de classes, ao definir os movimentos negros a partir das restrições vivenciadas pela população negra no mercado de trabalho e sistema educacional, por exemplo, Domingues está a pensar e, por conseguinte, a definir o movimento negro sobre perspectiva de suas distintas motivações e formas de mobilização a partir do fim do século XIX, com o advento da sociedade de classes, até os dias atuais. Importa salientar que este é um dos períodos e linha de abordagem a que podemos definir, para fins de análises teórica, os propósitos e incentivos para a atuação de movimentos sociais negros no Brasil, havendo anteriormente a esse momento outras formas e mecanismos para a mobilização e também de distintos modos de atuação no contexto contemporâneo, que vão além de propósitos socioeconômicos, explicitando-se em reivindicações por humanidade e respeito cultural.

Partindo de uma abordagem mais abrangente e despreocupado com a linearidade historiográfica, todavia em consonância com as concepções do ativismo negro, o também historiador Joel Rufino dos Santos perspectiva o movimento negro por um outro viés, possibilitando-nos uma outra leitura a de Domingues, a partir da compreensão de que,

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p. 157).

Santos nos viabiliza uma perspectiva mais abrangente sobre os modos pelos quais os movimentos sociais negros se apresentam ao longo de sua história, daí a utilização pelo autor do termo no plural, movimentos sociais negros, a fim de explicitar a heterogeneidade que particularizam estas organizações.

Thomas Skidmore em seu livro *“O Brasil visto de fora”* (1994) assinala que até o início da década de 1980 não havia “(...) uma história geral dos movimentos negros e/ou mulatos no Brasil moderno, fora da época abolicionista. Isto não é surpreendente, já que pouca pesquisa se fez a respeito” (SKIDMORE, 1994, 148). Outrossim, Domingues corrobora esta afirmação e explica que até a década de 1980 o tema não havia sido abordado de acordo com sua importância para o melhor entendimento sobre os movimentos sociais e também sobre a questão racial no Brasil, mas que, todavia, nos dias atuais essa realidade vem se alterando, ainda que com algumas peculiaridades. O historiador aponta que o interesse pelos movimentos sociais negros tem se tornado crescente, explicitando-se como objeto de análise em dissertações acadêmicas de mestrado e doutorado. Não obstante, esse material é ainda pouco acessado, devido à seu limitado alcance, restrito normalmente às bibliotecas e mesmo acervos digitais das universidades (DOMINGUES, 2007, p. 121-122).

Tive a possibilidade de atestar essa realidade diante da busca por material bibliográfico que discorresse sobre a constituição e desenvolvimento dos movimentos sociais negros, encontrando-os de modo mais específico em acervos acadêmicos, físico e digital, a exemplo das teses já apresentadas no item 1.2 deste trabalho, e que aqui as destaco, agora com o título das obras: Regina P. Pinto *“O movimento negro em São Paulo: luta e identidade”* (1993), Augusto Sales *“Movimentos negros, educação e ações afirmativas”* (2008) e Amílcar Araújo Pereira *“O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”* (2010).

Isto posto, guiado pelos propósitos deste trabalho não tenho por objetivo tecer uma genealogia dos movimentos sociais negros no Brasil, bem como suas respectivas nuances e perspectivas ideológicas. Tendo por intuito explicitar o imprescindível papel dos movimentos sociais negros para a implementação das

políticas de ação afirmativa no início do século XXI, bem como seus objetivos ideológicos e políticos, me atendo aqui às contribuições dispensadas por três entidades negras de grande expressão no cenário dos movimentos sociais negros. Essas entidades, por sua vez, tidas como referência no âmbito militante e acadêmico, sobre as estratégias e modos de resistência negra, seja por sua capacidade de mobilização quantitativa ao aglomerar número expressivo de membros, e/ou mesmo por suas contribuições político-filosóficas para o engendramento de maior consciência e modos de enfrentamento à opressão socioeconômica e cultural vivenciada pela população negra.

Fundadas em diferentes momentos do século XX, de acordo com conjunturas sócio-históricas específicas, nas páginas que se seguem nos debruçaremos sobre os modos pelos quais se articularam, bem como os principais propósitos que demandaram a constituição e principais reivindicações da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931; Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado em 1944; e Movimento Negro Unificado (MNU) constituído no ano de 1978. Optei por uma abordagem teórica que leve em conta uma maior consciência sobre o movimento política de mobilização da população negra ao longo do século XX, que acabou por culminar no enfrentamento sócio-político e identitário, explícito no engendramento de políticas públicas específicas voltadas ao contingente negro da sociedade brasileira.

Com distintas facetas, guiadas, em particular, por interesses e demandas suscitadas a partir de diferentes conjecturas sócio-políticas e culturais ao longo da história brasileira, os movimentos sociais negros foram os principais agentes, ao longo do século XX e nesse início de XXI, de uma luta socialmente invisibilizada. Luta esta empreendida, sobretudo, contra a *intelligentsia* e elite dirigente brasileira que ainda nos dias atuais resiste em reconhecer o preconceito, a discriminação e o racismo contra o negro como mecanismos estruturantes e mantenedores das profundas desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos.

Ciente da existência sobre o longo debate acadêmico e militante sobre possíveis definições no que toca aos conceitos de preconceito, discriminação racial e racismo, tomo de empréstimo neste primeiro momento as definições

elaboradas pela pedagoga Nilma Lino Gomes, para quem “o preconceito é um conceito ou opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos” (GOMES, 2008, 54 - 55), logo, compreendido como inexorável à constituição dos seres humanos.

Já a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam (GOMES, 2008, 54 - 55).

As reflexões de Gomes nos abrem perspectivas à compreensão sobre a necessidade em se propiciar um melhor entendimento sobre a questão racial no Brasil, a fim de que os preconceitos, quando contrapostos a ponderação e conhecimento de fatos históricos, sociológicos e culturais possam dar lugar ao pensamento crítico. É em busca dessa mudança no imaginário social que, através da ponderação e conhecimento dos fatos sociohistóricos e teórico-políticos que geraram e continuam a manter a hierarquização étnica e as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, são direcionados os esforços dos movimentos sociais negros, não obstante a suas distintas formas de mobilização.

O historiador Amílcar Araújo Pereira em sua tese de doutorado, *O mundo Negro* (2010), na qual examina aspectos da história dos movimentos negros no Brasil e das trajetórias de algumas de suas principais lideranças, nos oportuniza um instigante panorama sobre os distintos modos utilizados pelos membros dos movimentos sociais negros a fim de dar visibilidade, em âmbito nacional e internacional, à questão racial no Brasil. Pereira nos permite o entendimento de que ao longo de sua história os movimentos sociais negros brasileiros estiveram atentos às denúncias, reivindicações e desdobramentos suscitados pelas populações e organizações negras em outros países, a exemplo das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e pelo fim do Apartheid na África do Sul. Mas também que, de modo contundente e recíproco, serviram como referência de resistência e enfrentamento político as populações e as entidades sociais negras

desses e de outros países que buscam o enfrentamento as desigualdades raciais (PEREIRA, 2010).

Com o fim do trabalho escravo, formalmente garantida em 1888, as primeiras organizações sociais surgidas a fim de denunciar as mazelas e suscitar demandas objetivando melhores condições de vida para a população negra ficaram conhecidas como imprensa negra. Criada no contexto do pós-abolição da escravatura os integrantes da imprensa negra, uma imprensa altamente setorizada nas suas informações sobre a realidade vivenciada pelos ex-escravos e dirigida a um público específico, a população negra recém liberta (MOURA, 1989, p.32), tinham como objetivo reivindicar uma segunda abolição. Esse movimento surge pela percepção, já no início do século XX, sobre a necessidade de denuncia e conscientização sobre a opressão social da população negra em meio a sociedade de classes. Ora, mesmo diante da abolição oficial da escravatura verificou-se que essa medida não foi capaz de propiciar a mudança esperada para a guinada da situação de subalternização vivenciada população negra, na medida em que o referido contingente populacional não foi inserido no mercado de trabalho, sistema educacional e também não contava com representatividade política. A imprensa negra teve um papel importante ao suscitar a discussão sobre a realidade racial brasileira e ofertar cursos de alfabetização e conhecimentos gerais aos ex-escravos, destituídos de qualquer tipo de política social.

Inspirados pelo jornal abolicionista *A Redenção* (1887-1888), que circulou ainda no período escravocrata, tendo como líder Antonio Bento, responsável pelo movimento abolicionista em São Paulo após a morte de Luiz Gama (1830-1882)³⁵, surge nas primeiras décadas do século XX diversas edições de jornais voltados ao público negro. Efetivamente engajados na reestruturação social brasileira, a fim da inclusão dos negros na emergente sociedade de trabalho assalariado, tem-se como principais jornais deste período: *O Bandeirante* (1910), *O Menelick* (1915), *Princesa do Oeste* (1915), *A Rua* (1916), *O Alfinete* (1918), *A União* (1918), *A Liberdade* (1919), *A Protetora*

³⁵ Luís Gonzaga Pinto da Gama, ex-escravo no período colonial, foi jornalista, escritor e o patrono da abolição da escravidão do Brasil (Ver em: COMPARATO, 2007).

(1919), *A Sentinela* (1920), *O Getulino* (1916), *O Clarim d' Alvorada* (1924), *O Patrocínio* (1924), *O Kosmos* (1924), *Elite* (1924), *Auriverde* (1928), *A Voz da Raça* (1933), *Escravos* (1935)³⁶.

Cada um a sua maneira, a trajetória desses jornais nos permite melhor compreender algumas das peculiaridades que motivaram os diferentes sujeitos negros que tiveram a iniciativa de os editarem, analisado por Miriam Ferrara no livro *“A imprensa negra paulista”* (1986). Não obstante às idiossincrasias de seus editores, estes jornais possuíam como característica principal o fato de não se envolverem na cobertura dos grandes acontecimentos nacionais (os quais cautelosamente evitavam), voltando-se assim a conscientização da população negra para as determinantes socioeconômicas e culturais responsáveis pela manutenção das fragilidades e desigualdades sociais negativamente experienciada pelos indivíduos negros. A imprensa negra reuniu um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época.

De acordo com Domingues,

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou freqüentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2007, p. 104-105).

³⁶ Cf.: Braga, 2015, p. 86-106.

Essa onda de denúncias e conseguinte despertar de uma visão crítica no meio negro acaba por culminar, no início da década de 1930, na criação em São Paulo da Frente Negra Brasileira (FNB), umas das primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Esse movimento contou com milhares de associados e simpatizantes, possuindo tamanho êxito – devido a sua ampla disseminação por diversas regiões do país – que em 1936 resolveu constituir-se como partido político e, nesse sentido, deu entrada na Justiça Eleitoral naquele mesmo ano.

Fundado em 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira foi o primeiro movimento de articulação da população negra a obter contundente êxito na união política do grupo negro, constituindo-se numa entidade que, segundo Hofbauer (2006, p.347), guiou-se por modelos ocidentais modernos de organização política. De acordo com as pesquisas realizadas por Clovis Moura (1983, p. 56), as estimativas eram de que em seu auge a FNB contou com 70 mil seguidores. Não obstante, Florestan Fernandes estimou que esse movimento social contou com 200 mil associados (FERNANDES, 2008, p.28). Esses números permitiram com que, na perspectiva de Domingues (2007), o movimento negro se convertesse naquele momento em movimento de massa.

Bem estruturada, a FNB contava com núcleos regionais em diversas cidades de estados brasileiros, a exemplo de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, tendo sua sede na cidade de São Paulo, cidade na qual o processo de industrialização se mostrava mais adiantada no contexto brasileira. O objetivo político maior da FNB se pautava pela luta por melhores condições sociais e econômicas para o grupo negro. Em consonância com a filosofia política e ideológica daquela momento sócio-histórico, década de 1930, em sua tese de doutorado Regina Pinto chega à conclusão de que a entidade teve contato e acabou por inspira-se em três movimentos políticos nacionalistas e conservadores: o patrinovismo, o integralismo e o movimento Bandeira. De acordo com Andreas Hofbauer, “mesmo que os líderes negassem influência ideológica direta, os argumentos e até as frases de efeito da FNB se assemelhavam bastante aos discursos e posturas políticas destes grupos direitistas (HOFBAUER, 2006, p. 350-351).

Objetivando possibilitar a efetiva inclusão da população negra à parte benéfica do sistema liberal capitalista, a FNB não tinha por preocupação o questionamento ideológico e político modernista vigente no período integralista no Brasil, mas sim demonstrar aos distintos segmentos sociais e também ao poder público que a população negra estava apta a adaptar-se a parâmetros de civilidade e nacionalismo, tidas pela *intelligentsia* nacional como requisitos para a consolidação do Estado-nação brasileiro. Em outras palavras, a FNB tinha por objetivo demonstrar que o grupo negro estava pronto ao *passing* de portadores da natureza ao de racionalidade, o que, por conseguinte, os qualificariam à inclusão étnica brasileira, ancorada em uma perspectiva de cultura nacional hegemônica. Porta-voz da entidade, em artigo publicado em sua edição de número 30, impressa em 1934, o jornal a Voz da Raça explicita um aviso exposto na sede da organização com os seguintes dizeres: “é proibido discutir política ou religião na sede”, variáveis sensíveis, pois questionadoras das premissas conservadoras consolidadas naquele momento sócio-político.

Preocupada em garantir as ferramentas necessárias a fim de que a população negra tivesse maiores possibilidades na competição entre negros e brancos no mercado de trabalho, em suas sedes a FNB oferecia cursos de alfabetização e também cursos vocacionais para adultos, escola elementar, grupo musical e teatral, cursos de formação política, de artes e ofícios, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico.

Para além de um veículo que objetivava expor as convicções político-filosóficas da entidade, o jornal A Voz da Raça foi utilizado para divulgação dos concursos de beleza organizados pelas diversas delegações da FNB, que obedeciam aos padrões estéticos e de moralidade da época. Exaltavam dessa forma um estilo de vida honrosa em contraposição aos estereótipos direcionados a mulher negra que a associavam a prostituição.

Os fretenegrinos apostavam, em primeiro lugar, na formação educacional e profissional dos negros. Para os líderes o trabalho constituía um valor em si, uma atividade que dignificava o ser humano. A dedicação ao trabalho era considerada o meio pelo qual dever-se-ia o negro ascender socialmente e

também a estratégia apropriada para enfrentar e quiçá superar o preconceito e a discriminação racial.

[...] A preocupação em usar vestimentas adequadas, e também de cuidar do cabelo crespo, seguia 'modelos brancos' ocidentais. Anúncios como este não eram raros em toda a Imprensa negra da época: "Frente-Negrinas — Quereis ter os vossos cabelos lisos e sedosos! A preços razoáveis? Procurai a cabelizadeira Frente-Negrina" (AvdR, nº4, 1933 in Hofbauer, 2006b, p. 210-211).

Em sua trajetória, verifica-se que a FNB optou por um tipo de discurso moderado, perspectivando uma estratégia de "inclusão" voltada ao assimilacionismo hegemônico e a organização coletiva de seus membros, tendo por referência categorizações que nos dias atuais poderíamos compreender como étnico-raciais, identificando-os como homens de cor, negro e preto. A entidade tinha por entendimento que a causa da opressão vivenciada pela população negra após à abolição do trabalho escravo deveu-se aos resquícios da cultura escravocrata, e também pelo despreparo moral e educacional aos quais estavam submetidos os ex-escravos e seus descendentes. Concebiam deste modo, que a solução para o racismo se daria pela via educacional, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa. Como métodos de lutas, empreenderam na criação de agremiações negras, cursos de formação, atos públicos cívicos e publicações que davam visibilidade às desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos em seus jornais.

Buscando desvencilhar-se da pejorativa imagem que recaía sobre a população negra e seus modos de expressão cultural, os líderes da FNB pregavam o distanciamento frente alguns símbolos associados as experiências dos ex-escravos africanos, em particular as religiões de matriz africana, o samba, e a capoeira, vendo como positivo o discurso teórico que preconizava o desenvolvimento da nação através da mestiçagem entre brancos e negros. Comungando deste modo com a história oficial, consideravam o dia 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea em 1888, como dia de reflexão e reivindicação

a fim de fazer valer aquele ato jurídico (HOFBAUER, 2006; DOMINGUES, 2007; PEREIRA, 2010).

Mesmo com todas essas tentativas de assimilação, convencimento, inclusão e aliança junto as classes dominantes, a FNB acabou sendo ofuscada pela incessante resistência da sociedade e do Estado contra as atividades desempenhadas em prol do reconhecimento e do direito a cidadania da população negra. Assim, já fragilizada, a entidade não pôde resistir à truculência imposta pela política nacional vigente a partir de 1937 – Estado Novo –, impondo a deste modo, conjuntamente aos demais partidos políticos da época, a paralização de suas ações coletivas.

Não obstante, é no início dos anos da década de 1940, com a aproximação do fim do Estado Novo, que as organizações e jornais negros voltam a se reorganizar. Veículo de extrema importância, a fim de dar visibilidade a problemática racial, verifica-se nessa segunda etapa que a imprensa negra ganha novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo país. Em São Paulo, surgiram *O Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *O Quilombo* (1950), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), e o *Níger* (1960); em Curitiba, o *União* (1947); no Rio de Janeiro, o *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952) (FERRARA, 1986; DOMINGUES, 2004; 2007).

Entre os movimentos sociais negros destaca-se nesse momento a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 no Rio de Janeiro, que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. Esse movimento surge com uma proposta inédita em meio às entidades negras, visava o resgate da cultura negra de raiz africana, em contraposição à FNB que possuía um caráter mais nacionalista (COSTA, 2006). O TEN foi a primeira iniciativa que deu visibilidade aos atores e atrizes negros(as), reunindo artes cênicas, cultura, educação e política. Foi responsável também por alguns concursos de beleza voltados exclusivamente as mulheres negras, e possuía o jornal *Quilombo* como porta voz da organização. Politicamente reivindicativo, na primeira edição *d'o Quilombo*, em 1950, uma das estratégias apresentadas para combater a desigualdade racial era a de que os negros fossem admitidos como pensionistas do Estado nos estabelecimentos de ensino secundário e superior.

Sobre o surgimento do TEN, Abdias do Nascimento, seu fundador, faz a seguinte análise:

Fundando o Teatro Experimental do Negro em 1944, pretendi organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. [...] De início, havia a necessidade do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. [...] o negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um status elevado na sociedade, na forma de oportunidade coletiva, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos. [...] a abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana (NASCIMENTO, 1978 APUD NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000, p. 207).

Mais aberto ao contexto internacional, o TEN foi pioneiro ao trazer para o movimento social negro as propostas do movimento *negritude*³⁷, idealizado na França, referência naquele momento para movimentos negros de outros países e que, posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional de vários países africanos (PEREIRA, 2010).

Animado pelas perspectivas ideológicas suscitadas por esta organização, Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo, pesquisador e também fundador do TEN, explica que para ele o TEN era naquele momento, em âmbito nacional, "(...) a manifestação mais consciente e espetacular da nova fase, caracterizada pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de dissertações 'antropológicas', e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor. (RAMOS, 1957, p. 162).

O TEN foi responsável pela organização de convenções nacionais sobre a temática racial, a primeira em São Paulo (1944) e a segunda no Rio de Janeiro (1947). Patrocinou também a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950).

³⁷ Corrente literária que agregou escritores negros de países que foram colonizados pela França. Os objetivos deste movimento se pautavam na valorização da cultura negra em países africanos ou em territórios nos quais a população afrodescendente era expressiva, vitimada pela opressão colonialista (DEPESTRE, 1980).

É na I Convenção Nacional do Negro Brasileiro³⁸ que se reivindica pela primeira vez, como uma pautas suscitadas nesse evento, a proposta de ações que visava políticas específicas para o combate à discriminação contra a população negra, expressa no texto intitulado *Manifesto à Nação Brasileira*. Publicado em 1950 no jornal *Quilombo*, este documento, entre outras demandas, faz referência à necessidade de políticas focais no âmbito educacional através da seguinte reivindicação:

Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares (*Quilombo*, Rio de Janeiro, jan. 1950, p. 3).

Diante do malogro desta e de outras propostas demandadas ao governo federal, Abdias do Nascimento, então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, apresenta 40 anos depois, em 1983, o Projeto de Lei nº1.332 de 1983 que:

Dispõe sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo art. 153, 1º da Constituição da República (Projeto de Lei nº1.332 de 1983).

O projeto abrange as áreas do emprego, público e privado, e da educação, estabelecendo cotas de 20% para homens negros e de 20% para mulheres negras. Objetivando abranger um maior número de esferas sociais, demanda que tais medidas sejam implementadas em todos os "órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal". Inclui também

³⁸ Convenção organizada pelos movimentos sociais negros do eixo Rio-São Paulo, encabeçado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) (DOMINGUES, 2008).

as Forças Armadas, "em todos os escalões de trabalho e de direção" (art. 2º), bem como as "empresas, firmas e estabelecimentos, de comércio, indústria, serviços, mercado financeiro e do setor agropecuário" (art. 3º). Reserva a estudantes "negros" 40% das bolsas de estudos concedidas pelo Ministério e Secretarias de Educação, estaduais e municipais, assim como 40% das vagas do Instituto Rio Branco, estas últimas igualmente divididas entre homens e mulheres (art. 7º) (NASCIMENTO, 1983).

Não se restringe, contudo, a medidas quantitativas, pois obriga o Ministério e as Secretarias de Educação a estudar e implementar "modificações nos currículos escolares e acadêmicos, em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação)", com vistas a incorporar ao conteúdo dos cursos de História do Brasil e de História Geral "o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes" e também das civilizações africanas, "particularmente seus avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia [...]" (art. 8º) (Idem).

O projeto não chegou sequer a ser apreciado, mas é interessante observar, como nos lembra o militante e estudioso da questão racial, Carlos Alberto Medeiros (2007), que:

Algumas das medidas nele contidas acabaram sendo implementadas, embora muito mais tarde, como é o caso das bolsas de estudos para negros no Instituto Rio Branco, criadas no Governo Fernando Henrique, e das modificações curriculares recentemente instituídas pelo Governo Lula, por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que, alterando o art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, o ensino de história e cultura afro-brasileiras (MEDEIROS, 2007, p. 125).

Ainda nesta perspectiva, em detrimento do aspecto cronológico, na esfera do Poder Legislativo nacional encontramos propostas de políticas específicas direcionadas à população preta e parda, semelhantes às reivindicadas no texto do Manifesto de 1950, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino

superior. Em 1993, encontramos a proposta de Emenda Constitucional do intelectual e então deputado federal Florestan Fernandes (PT/SP); em 1995, a senadora Benedita da Silva (PT/RJ) apresenta os projetos de Lei n. 13 e 14; no mesmo ano é encaminhado o projeto de Lei n. 1.239, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT/RS); em 1998, o deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) apresenta os projetos de Lei n. 4.567 e 4.568; e, em 1999, temos o projeto de Lei n. 298 do senador Antero Paes de Barros (PSDB).

Em seu conjunto, esses projetos apresentavam propostas que visavam a concessão de bolsas de estudo; políticas de reparação que, para além de pagar uma indenização aos descendentes de escravos, propõem que o governo assegure sua presença proporcional nas escolas públicas em todos os níveis; estabelecimento de um Fundo Nacional para o desenvolvimento de políticas focais voltadas à população designada como negra; e, alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo a reserva de cotas mínimas para determinados grupos socioeconômicos e étnico-raciais. Mesmo não sendo aprovados em sua totalidade, é interessante perceber que tais projetos explicitam uma conjuntura sócio-histórica, encontrada na década de 1990, de contundente debate entre os movimentos sociais negros e o Estado brasileiro (SANTOS, 2007).

Voltando a trajetória do TEN, com a instauração da ditadura militar em 1964, o movimento passou a sofrer sérios ataques, sendo extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, viu-se obrigado ao autoexílio nos Estados Unidos. A exemplo do ocorrido com o advento do Estado Novo (1937-1946), o golpe de 1964 representou para o TEN e tantas outras entidades constituintes dos movimentos sociais negros uma derrota temporária na luta política pela valorização social dos negros, desarticulando uma coalizão de forças que ganhava cada vez mais expressão no enfrentamento ao “preconceito de cor”.

Caracterizado por uma estratégia cultural de “inclusão” integracionista, a fim de fazer valer as peculiaridades do povo negro, inspirado na visão progressista do movimento da *negritude* e de descolonização da África e vendo na escravidão e despreparo cultural/educacional da população negra a principal

causa da opressão desse povo, o TEN se empenhou para a mudança social no contexto brasileiro.

Convocando a população negra ao desvendamento e desmistificação de seu passado, a compreensão do presente e das variáveis socioculturais e político-econômicas responsáveis pela vinculação de negros e brancos, respectivamente, às categorias de classe dominada e classe dominante, o TEN teve como principal bandeira o fortalecimento da autoestima e a ressignificação da população negra enquanto agentes sociais em meio ao processo de desenvolvimento nacional.

Deste modo, perspectivando como solução para o racismo a via educacional e cultural, objetivando a eliminação do complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, Abdias do Nascimento e os demais membros do TEN utilizaram como método de luta o teatro, a imprensa, eventos acadêmicos e outras ações visando à sensibilização da elite intelectual e dirigente para o problema do negro no país. Movimento social de vanguarda, obteve capacidade de mobilização expressiva, sendo ainda nos nossos dias referência para a luta e resistência negra.

Guiados pela contínua e insistente opressão direcionada a população negra, é em meados da década de 1970, com o enfraquecimento da ditadura militar, que os movimentos sociais negros e demais movimentos sociais voltam a se rearticular. Data do dia 18 de junho de 1978, no contexto de reorganização dos movimentos negros, a reunião com diversos grupos e entidades negras (Centro de Cultura e Arte Negra-CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros) que acaba por culminar na criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). No bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil, essa organização surge sob forte influência ideológica do marxismo, de orientação trotskista. Escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro, Michael Hanchard em seu livro, *Orfeu e o Poder* (2001), explica que:

Não só os negros da Convergência Socialista concebiam o protesto anti-racista como indissociável da luta classista de enfrentamento do capitalismo. Em realidade, essa visão se arvorou como a predominante no movimento negro organizado do período. As palavras de uma de suas principais lideranças, Lélia Gonzalez, são sintomáticas: “Hoje não dá mais pra sustentar posições culturalistas, intelectualistas, coisas que tais, e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras. Sendo contra ou a favor, não dá mais pra ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre raça e classe” (HANCHARD, 2001, p.148).

Atuante entre os anos de 1978 e 1992, a Convergência Socialista foi uma organização trotskista brasileira ligada à Liga Internacional dos Trabalhadores. Hanchard afirma que os militantes negros foram atraídos para o trotskismo em função da colaboração estratégica com C.L.R James, intelectual e artista negro nascido em Trinidad em 1901, que vinha da tradição marxista e cuja imaginação política serviu de base para diversos movimentos pan-africanistas, anticoloniais e do Poder Negro na África, no Caribe e nos Estados Unidos (HANCHARD, 2001, p. 146). Tendo em seu quadro de associados um grupo de lideranças negras que entendia que a luta antirracista deveria estar atrelada à luta revolucionária anticapitalista, tornou-se senso no meio dos movimentos negros daquele período a concepção de que assim como no sistema *plantation*, na qual a desumanização da população escrava subsidiou os interesses patriarcais, o sistema capitalista era um sistema que acabava por alimentar e se beneficiar do racismo (DOMINGUES, 2007; PEREIRA, 2010).

Entendendo como luta prioritária a oposição contra a discriminação racial, é em seu Primeiro Encontro Nacional (14-16/12/1979, Rio de Janeiro) que a nomenclatura MUCDR passa a ser simplificada para Movimento Negro Unificado (MNU). Em seu programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações mínimas:

Desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro

em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p.114).

Empenhada em uma nova forma de sociabilidade, na qual o negro fosse visto como sujeito de direitos e não somente de deveres, o novo movimento passa a adotar posições ideológicas com viés esquerdista, assumindo um estilo político questionador e desafiante à ordem sócio-política até ali estabelecida. Exemplo de independência e questionamento à ordem social e política relacionada ao MNU se expressa na alteração do 13 de Maio, dia de comemoração da abolição da escravatura, segundo o qual o término do trabalho escravo deveu-se a complacência da princesa Isabel, pelo dia 20 de Novembro, presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares, escolhido como símbolo de resistência da luta contra a opressão negra. Outra peculiaridade a essa mudança está no fato de que o 20 de novembro não deve ser visto como um dia de comemorações, mas sim reflexões e maior consciência, considerado agora como Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

Outra mudança importante nesse cenário se dá pela ressignificação do termo negro, utilizado pelos membros do MNU como símbolo de resistência e consciência da questão racial. Utilizado para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo negro de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente em seus discursos e chamados de mobilização para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Entendia-se que independente da maior ou menor intensidade de pigmentação da pele, aqueles indivíduos originários de povos africanos escravizados no passado, sofriam ainda opressões sociais que acabavam por os relegar à condição de cidadãos de segunda classe. Deste modo, o termo negro deixou de ser considerado ofensivo, ressemantizando-o e utilizando-o como sinônimo de orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. Termo muito utilizado pelos membros da FNB e também pelos TEN, a

designação “homem de cor” foi praticamente proscrito no âmbito do MNU (DOMINGUES, 2007, p. 115; PEREIRA, 2010, p. 63).

Exemplo emblemático desse novo discurso racista utilizado pelo MNU pode ser encontrado no cartaz intitulado “Consciência Negra no Brasil”, elaborado pelo Centro de Estudos de Defesa do Negro do Para (Cedenpa) – organização criada em 1980 e integrante do MNU. O Texto do cartaz contém os seguintes trechos:

Ter consciência negra significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade.

Ter consciência negra significa que ser negro não significa defeito, significa apenas pertencer a uma raça que não é pior e nem melhor que outra, e sim igual.

Ter consciência negra significa compreender que somos discriminados duas vezes! uma porque somos negros, outra, porque somos pobres, e quando mulheres, ainda mais uma vez, por sermos mulheres negras, sujeitas a todas as humilhações da sociedade.

Ter consciência negra significa compreender que não se trata de passar da posição de explorados a exploradores e sim lutar, junto com os demais oprimidos para fundar uma sociedade sem explorados nem exploradores. Uma sociedade onde todos tenham, na prática, iguais direitos e iguais deveres.

Ter consciência negra significa compreender que para ter consciência negra não basta ser negro e até se achar bonito, e sim que, além disso, sinta necessidade de lutar contra as discriminações raciais, sociais e sexuais, onde quer que se manifestem (BENTES *apud* PEREIRA, 2010, p. 63-64).

Partindo de um discurso racial contundente e tendo como estratégia cultural de “inclusão” o diferencialismo, que prima pela igualdade na diferença, o MNU teve como um de seus principais princípios ideológicos e posicionamento

político o internacionalismo e a defesa das forças políticas da esquerda marxista. Guiado na conjuntura internacional pelo *afrocentrismo*³⁹, pelo movimento dos direitos civis surgidos nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e também pelos movimentos de descolonização da África, assumiu como estratégia de enfrentamento ao racismo a via política reivindicatória, tendo como bandeira o *slogan* “negro no poder”. O MNU tinha como premissa que a causa da opressão vivenciada pela população negra advinha ainda do processo de escravidão, bem como da consolidação do sistema capitalista no Brasil. Como método de luta, organizou manifestações públicas tendo como meio de divulgação a imprensa, se empenhou em na formação de comitês de base e também a formação de um movimento nacional. Objetivava com essas ações a denúncia sistemática do “mito da democracia racial”, a fim de que houvesse uma real valorização do povo negro, bem como dos símbolos associados à sua cultura.

Mesmo com tantas lutas e despertar social de uma maior consciência sobre a realidade racial de desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos, cuja a responsável sob perspectiva dos membros do MNU, em grande maioria, era a discriminação racial e a desigualdade de classes, é somente na primeira década do século XXI que políticas específicas voltadas à população negra são engendradas, e é em 2012, através da lei federal 12.711, que o Estado formalmente reconhece o racismo negro como fator estruturante das relações sociais.

Marcos legislativos para o enfrentamento das discriminações raciais são, no âmbito federal, a lei Afonso Arinos, lei 1.390/1951 e a Lei Caó, lei 7.716/1989. Já no contexto de enfrentamento das desigualdades raciais, as leis nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e

³⁹ De acordo com Molefi Kete Assante, liderança no campo de estudos afro-americanos e africanos, o afrocentrismo pode ser compreendido como uma ideologia baseada na noção de que os afrodescendentes devem reafirmar um sentimento pan-africano, de defesa do nacionalismo e do orgulho étnico negro, como arma de efeito psicológico, de combate ao racismo global (ASANTE, K. 2014. p. 93-110).

africana nas redes públicas e particulares da educação, a lei 12.711, de 11 de outubro de 2012, que versa sobre a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, especificamente das cotas com recorte racial nas universidades públicas, e a lei 6738/2013 que garante a reserva 20% das vagas para pessoas que se autodeclarem negras nos concursos para inclusão de profissionais no serviço público, são nossas principais referências.

Diversificada em seu público-alvo, podemos perceber que as políticas de ação afirmativa, "abrange programas sociais que remedeiam problemas gerados em larga medida por ineficientes políticas preventivas anteriores ou devido à permanência de mecanismos sociais de exclusão" (SILVÉRIO, 2007, p. 21). Objetivam desse modo o atendimento de grupos sociais os quais, mesmo usufruindo de políticas sociais universalistas, não se veem contemplados do ponto de vista socioeconômico, como nos revelam os mais diversos indicadores sociais brasileiros. Podemos deste modo compreender as políticas de ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva. Tem como objetivo maior a busca por corrigir situações de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, no presente ou que possam vir a surgir no futuro, através da valorização identitária, social, econômica, política e cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos citados dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social vivenciado.

As atividades desenvolvidas ao longo do século XX pela FNB, pelo TEN e pelo MNU obtiveram êxito em identificar o grupo social às quais a políticas de ação afirmativa se fazem necessárias, o grupo negro. Essas entidades foram referenciadas por preceitos empíricos e sociológicos que as levaram ao entendimento de que a *raça* seria o fator agregador e de mobilização a partir da qual se direcionariam a luta por direitos e o recorte social dos beneficiários a usufruírem das políticas específicas.

Assim, implementadas no Brasil após a ratificação na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas* de algumas reivindicações históricas dos movimentos negros, é a partir do Programa de Ação para o enfrentamento das opressões vivenciadas

pelas minorias étnicas, raciais e sociais em todo o mundo, que instam os Estados à adoção de políticas públicas nas diversas áreas sociais voltadas para a promoção social, por exemplo, dos afrodescendentes, que políticas de ação afirmativa começam efetivamente a vigorar no país. Protagonistas na Conferência de Durban, é a partir deste encontro que as principais demandas dos movimentos sociais negros passam a ter maior visibilidade e espaço na agenda política brasileira.

2.2 A Conferência de Durban: o surgimento de políticas públicas direcionadas às populações afrodescendentes no Brasil

Com o fim da guerra fria, marcada pela queda do muro de Berlim em 1989, ao longo da década de 1990 houve a convocação por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) aos representantes institucionais e da sociedade civil organizada dos países membros para as realizações de Conferências Mundiais. Essas conferências, por sua vez, realizadas com o objetivo de viabilizar, através do dialogo e melhor entendimento sobre questões sociais em âmbito mundial, a elaboração de diretrizes para políticas públicas direcionadas ao enfrentamento de problemas visibilizados, sobretudo, nesses encontros.

Buscando o aprofundamento das determinantes e possíveis resoluções para os chamados “temas globais”, foram realizados nos anos 1990 conferências internacionais, a exemplo das realizadas no Rio de Janeiro, em 1992, sobre o meio ambiente; A conferência de Viena, de 1993, sobre direitos humanos; a de Istambul sobre assentamentos humanos, em 1994; em 1995 houve a de Copenhague, com o tema sobre desenvolvimento social, e ainda no mesmo ano a de Pequim, que tratou sobre a situação das mulheres⁴⁰.

No âmbito das discussões sobre a questão racial, presenciou-se a Primeira e Segunda Conferência Mundial para Combate ao Racismo e à

⁴⁰ Para um exame das grandes conferências da década de 90 Ver.: ALVES, José Augusto Lindgren. Relações internacionais e temas sociais – A década das conferências. Brasília: FUNAG e IBRI, 2001.

Discriminação Racial, respectivamente ocorridas em 1978 e 1983 em uma das sedes da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, na Suíça. Como peculiaridade, essas duas conferências surgem a partir das demandas suscitadas pelos problemas raciais suscitados com o término da Segunda Guerra Mundial, cujos os exemplos são os regimes nazista e fascista, ambos surgidos no continente europeu. Realizada em 2001, para além da inclusão em seu título de duas novas categorias conceituais, houve também a mudança do país a receber a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.

Primeira grande conferência internacional ocorrida no século XXI, essa Conferência ocorreu após os Fóruns realizados por diferentes ONGs com a presença de 8.000 participantes, em representação de 3.000 organizações não-governamentais de todos os continentes. Durban, na África do Sul, foi o palco para esse encontro que contabilizou a presença de 2.300 delegados oficiais de 163 países, sendo 16 Chefes de Estado ou de Governo, 58 Ministros de Relações Exteriores e 44 Ministros de outras pastas, quase 4.000 representantes de organizações não-governamentais. Registrou-se também a presença de 1.100 jornalistas pela ONU em Durban (ALVES, 2002).

Saída em 1994 do Apartheid, regime de segregação racial e político-social em vigor desde de 1948 na África do Sul, Durban foi escolhida como cidade sede da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas por seu valor simbólico, ao possibilitar uma perspectiva mais nítida do racismo como fenômeno generalizado.

Já a inclusão dos termos Xenofobia e Intolerâncias Correlatas se deve ao entendimento das Nações Unidas de que o mundo globalizado deveria se atentar também para as manifestações estruturais do racismo contemporâneo, expressas nas agressões a imigrantes na Europa; no ressurgimento de doutrinas supremacistas brancas nos Estados Unidos, inspiradoras de milícias armadas; nas matanças intertribais da África, paroxísticas no caso de Ruanda; no recrudescimento de conflitos étnico-religiosos asiáticos, com mortes e profanações de templos; na violência e vandalismo de *skinheads* e grupos neonazistas dos dois lados do Atlântico, inclusive no Brasil.

A fim de explicitar alguns dos entendimentos a que se chegou nessa conferência, expomos abaixo um dos trechos do texto final do evento que discorre sobre o entendimento de questões históricas como determinantes de algumas formas de opressão na contemporaneidade:

Reconhecemos que o colonialismo levou ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a formas correlatas de intolerância, e que os africanos e afrodescendentes, os asiáticos e descendentes de asiáticos, assim como os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a sê-lo de suas consequências. Reconhecemos os sofrimentos causados pelo colonialismo e afirmamos que, onde e quando quer que ele tenha ocorrido, deve ser condenado e impedido de ocorrer novamente. Ademais lamentamos que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas sejam dos fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas duradouras em muitas partes do mundo de hoje (ALVES, 2002, p. 212).

Ampla em sua tematização⁴¹, no âmbito das discussões ocorridas em Durban sobre a questão racial, Sueli Carneiro (2002) destaca que dentre as contribuições da conferência às lutas empreendidas pelos movimentos sociais negros nas américas, e especificamente no Brasil, está o reconhecimento sobre urgência da implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens sociais das quais padecem a população negra. Essa ratificação, por sua vez, expressa no parágrafo 5º do Programa de Ação elaborada na Conferência, no qual recomenda-se que os Estados e os organismos internacionais, entre outras medidas, “elaborem programas voltados para os *afrodescendentes* e destinem recursos adicionais aos sistemas de saúde, educação (...), e que promovam a igualdade de oportunidades no emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva” (CARNEIRO, 2002, p. 212 [itálico nosso]).

⁴¹ Para uma melhor compreensão sobre a amplitude do congresso de Durban, o relevante papel das mulheres negras e mesmo posicionamentos e conflitos político-internacionais ocorridos, ver.: Alves, 2002; Carneiro, 2002).

Em busca de uma identificação comum, objetivando expressar as opressões vivenciadas por diferentes grupos sociais devido a fatores étnicos, raciais e linguísticos, é em Durban que o termo afrodescendente passa a ser linguagem consagrada nas Nações Unidas, expressa em seus documentos oficiais, assim designando um grupo específico de vítimas do racismo e da discriminação (Idem, idem), expressa no Brasil pela população negra.

Agentes sociais ativos na Conferência de Durban, de modo geral, é com a ratificação de algumas das históricas demandas dos movimentos negros brasileiros pelas Nações Unidas que podemos melhor entender a luta desenvolvida por militantes, acadêmicos e demais atores sociais a fim do enfrentamento ao racismo e a discriminação racial. Festejado pelos movimentos negros, mesmo com entendimento da ONU sobre a necessidade de legitimação da identificação *afrodescendente*, o processo de implantação da política de cotas no âmbito do ensino superior público, um dos mecanismos das políticas de ação afirmativa, provou que havia ainda um longo caminho a percorrer, e muitas batalhas a serem vencidas, objetivando a consciência social sobre a questão étnico-racial, e conseguinte fim da opressão negra no país.

2.3 Políticas de reserva de vagas direcionadas pelo recorte racial

Entendida pelos membros dos movimentos negros, ao longo da história, como ferramenta imprescindível aos mais distintos enfrentamentos, políticos, culturais, sociais e econômicos, a qualificação profissional e surgimento de consciência crítica esteve presente em diferentes documentos endossados pelas entidades negras, que viam o acesso massivo da população negra aos bancos escolares como necessidade vital ao processo de mudança social. Como já visto, no subitem 1.2, políticas públicas educacionais direcionadas a população negra vêm sendo demandas desde a década de 1940, explícita no texto *“Manifesto à Nação Brasileira”*, e também em diversos projetos de leis elaborados entre as décadas de 1980 e 1990 por deputados e senadores da república.

Sob influência da Conferência de Durban, no que tange, de modo mais específico, à política de reserva de vagas com recorte racial no âmbito acadêmico, essas começaram a ser implementadas no ano de 2002, tendo como pioneira a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A política de reserva de vagas para estudantes que se autodeclaram negros em seus respectivos vestibulares é hoje adotada pela totalidade das 59 universidades federais, por seus 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFETs) e por 35⁴², de um total de 38, universidades estaduais (CARVALHO, 2016). Adotada em diferentes contextos e influenciada por distintas propostas, a implementação do sistema de cotas raciais não se deu sem conflitos, enfrentado, essencialmente, pelos movimentos sociais negros, junto a intelectuais, artistas e acadêmicos negros e brancos.

A oposição às políticas de ação afirmativa voltadas à população preta e parda adveio de vários setores da sociedade, comunidade universitária e artística, proprietários de escolas privadas e demais membros da sociedade civil. No âmbito acadêmico, pesquisadores a exemplo da antropóloga Yvonne Maggie (2004; 2006) o antropólogo Peter Fry (1995) e o sociólogo Demétrio Magnoli (2007; 2009) foram os principais a argumentar contra a implementação de reserva de vagas com viés racial. Grosso modo, para esses acadêmicos as cotas raciais acabariam por gerar, no contexto brasileiro, um agravamento dos conflitos raciais, visto por esses como inexistentes no Brasil, quando relacionados a países como Estados Unidos e África do Sul.

Sobre o entendimento da política de cotas raciais como um desserviço à sociedade brasileira, e conseguinte contraposição à adoção desse sistema, Peter Fry afirma que uma das dificuldades em se falar em políticas públicas direcionadas à população negra explicita-se no modo múltiplo encontrado no Brasil que “[...] permite que os indivíduos possam ser classificados de distintas maneiras [...]”. Essa realidade, por sua vez, deixa em aberto a possibilidade para

⁴² Em seu levantamento Carvalho (2016) aponta a adoção de políticas de cotas baseadas em critérios raciais por 34 instituições estaduais de ensino superior, acrescento a esse número de instituições mais uma universidade a implementar essa política, a Universidade Estadual do Paraná, que a adotou no ano vigente, 2019.

o que podemos chamar de ‘desracialização’ da identidade individual” (Fry, 1995, p.132-133). Para Fry, o histórico de sociabilidade entre pretos/pardos e brancos no contexto brasileiro tem sido caracterizado pela possibilidade de desracialização encontrada pelos ditos “negros”. Essa chance estaria expressa, na perspectiva do autor, através da possibilidade de aplicação do termo “moreno” e “moreninho” a uma grande gama de fenótipos que podem incluir, por exemplo, descendentes europeus, e mesmo descendentes de africanos, dentre outras nacionalidades. Em outras palavras, Fry acredita que a adoção de políticas de ação afirmativa, assentes em critérios raciais, suscitaria um processo de racialização que acabaria por afetar negativamente tanto os sujeitos beneficiados quanto aqueles que não seriam prestigiados por essas políticas. Isso porque, de acordo com a perspectiva do antropólogo, criar-se-ia uma rígida linha de cor entre pretos/pardos e brancos, até então inexistente no Brasil, impossibilitando assim a fluidez das identificações raciais, manipuladas pelos diferentes agentes em seu uso cotidiano.

Objetivando responder no plano acadêmico a esse entendimento sobre a dificuldade em se definir quem é negro no Brasil, sujeitos aos quais se direcionariam as políticas de ação afirmativa, o também antropólogo Kabengele Munanga considera ser essa uma afirmação teórica em desacordo com a realidade “[...] pois num país onde a discriminação existe e é aceita, no mínimo quem discrimina sabe distinguir os discriminados” (MUNANGA, 2007, p.12 *in* Pacheco e Silva (Orgs.) 2007). Isto posto, o autor ainda explica que:

A questão se colocaria na situação extrema do mestiço que fenotipicamente apresenta todas as características brancas e, segundo Oracy Nogueira, já é branco, pois nossa classificação racial é de marca e não de origem como nos Estados Unidos. A definição das pessoas que se encontram nessa situação é uma questão política, pois fenotipicamente as consideramos como brancas. Não creio que uma fraude a partir dessa ambiguidade possa invalidar a política de cotas, como foi argumentado na imprensa e na academia (Idem, idem.).

Em sua contraposição ao argumento sobre a dificuldade em se definir quem são os negros no Brasil, Munanga nos traz a discussão sobre a questão política implícita no engendramento dessa “dificuldade”. Utilizada como teoria social ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro, a miscigenação, intrinsecamente ligada concepções eurocêntricas e racistas – expressas em particular no processo de *branqueamento* –, foi uma perspectiva utilizada, como já visto, tanto pelas elites política e *intelligentsia* brasileira, quanto pela Frente Negra Brasileira como possibilidade à admissão de negros à direitos sociais, políticos, culturais e econômicos. Empregada agora como fator para a deslegitimação da política de cotas, aqueles que acabam por crer no êxito do processo de miscigenação no Brasil, desconsideram as lutas negras ao logo da história, e mesmo os contundentes dados que apontam para as opressões vivenciadas, utilizando aqui o termo designado pelo ONU, pelos afrodescendentes.

No âmbito acadêmica, os diferentes modos com que a sociologia e antropologia perspectivam a questão do negro fez com que a primeira fosse compreendida como uma área de maior abertura as políticas de ação afirmativa, entendendo-a como possibilidade ao enfrentamento das *desigualdades raciais*, sendo a segunda compreendida como mais restritiva a essas políticas, devido a invisibilidade que poderiam criar às *diferenças étnicas*, bem como processos de abertura para essencialização institucional dos possíveis beneficiários dessa política.

Relacionando o negro fundamentalmente à questão fenotípica, sobre o qual recai o racismo e discriminação racial, importa salientar que mesmo com verificação da grande adesão de pesquisadores favoráveis ao sistema de cotas raciais, não houve no âmbito sociológico um consenso geral sobre o entendimento das políticas de ação afirmativa como ferramenta benéfica à luta pelas desigualdades raciais. Exemplo dos não otimistas com as políticas compensatórias se dá pelo sociólogo Demétrio Magnoli (2009) cuja tese é de que "no Brasil, [...] a fronteira racial não existe na consciência das pessoas" (MAGNOLI, 2009, p. 366), daí a impossibilidade, de acordo com o autor, das políticas de cotas servirem, em aspecto mais abrangente, como ferramenta efetiva na “luta negra”.

Também no campo antropológico, que vincula a categoria negro, particularmente, as práticas e ao modo de pensar, as discussões sobre políticas públicas com recorte racial foram acirradas. Preocupados com os processos de etnicização e racialização que a implementação dessas políticas poderia suscitar, mas também com as opressões socioeconômicas e culturais vivenciadas pela população “negra”, os editores da revista *Horizontes Antropológicos* convidaram 25 especialistas a exporem suas ideias referentes às políticas cotas raciais num número especial da revista: o número 23 de 2005.

Importa salientar que essa foi uma discussão que abrangeu os mais diversos meios sociais. Exemplo dessa realidade se deu nos meios artístico, sindicalista e empresarial explícito pela carta enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 30 de maio de 2006, intitulada "Carta/Manifesto de 113 cidadãos antirracistas contra as leis raciais"⁴³, assinada por artistas como o cantor Caetano Veloso e o escritor João Ubaldo Ribeiro. Essa, por sua, visava manifestar o descontentamento de uma parte da sociedade para quem a resolução da problemática racial não se daria através das ações afirmativas, mas, sobretudo, pelo combate as disparidades econômicas.

A implementação de políticas específicas direcionadas à inclusão no ensino superior, voltadas à população negra, gerou intensos debates em todo o contexto brasileiro. Argumentos contrários e favoráveis às cotas estão presentes nos jornais impressos e televisionados, em artigos de revistas, blogs, videoblogs, programas de entretenimento e de entrevistas. Ali Kamel, diretor de jornalismo da rede Globo de televisão, maior emissora de TV do país, lançou o livro: *Não Somos Racistas* (2006), que dentre outros objetivos, visava desqualificar as ações afirmativas através do questionamento à identificação negra.

Os argumentos de Kamel, similares aos dos demais atores sociais envolvidos nesse processo de posicionamento contrário a política de cotas, baseia-se ainda na ideia de democracia racial. Um argumento e preocupação

⁴³ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83466-6014-519-1,00-MANIFESTO+CENTO+E+TREZE+CIDADAOS+ANTIRACISTAS+CONTRA+AS+LEIS+RACIAI S.html>. Acesso em: 06/02/2018.

desse grupo contra a classificação racial, impressa pela adoção de políticas de cotas com recorte racial, é que aglutinar pretos e pardos na categoria de negros desconsidera a gama de matizes de cores existente no Brasil, graças à mestiçagem, negando dessa forma a identidade brasileira, que é, desde as concepções elaboradas por Freyre (2007 [1933]), a de um povo por excelência mestiço. Sobre esse modo politicamente enviesado de conceber a questão racial, Kamel disponibiliza o seguinte relato:

Para mim, para o senso comum, para as pessoas que andam pelas ruas, negro era sinônimo de preto. Nos primeiros artigos, eu me debatia contra uma leitura equivocada das estatísticas oficiais acreditando nisso. Certo dia, caiu a ficha: para as estatísticas, negros eram todos aqueles que não eram brancos. Cafuzo, mulato, mameluco, caboclo, escurinho, moreno, marrom-bombom? Nada disso, agora ou eram brancos ou eram negros. De repente, nós que éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores, fomos reduzidos a uma nação de brancos e negros. Pior: uma nação de brancos e negros onde os brancos oprimem os negros. Outro susto: aquele país não era o meu (KAMEL, 2006, p.18).

O excerto acima nos possibilita um primeiro entendimento de que, é com o advento das políticas de ação de afirmativa, objetivando a reparação de desigualdades sócio-históricas, em benefício da população negra que Kamel chega a compreensão de que esse não é o país ao qual estava habituado. Nesse aspecto, o jornalista está correto, o Brasil vivenciado por Kamel é aquele habituado, como visto na seção sobre as vicissitudes dos movimentos sociais negros, a não conceder direitos a população negra, apenas deveres. Também a possibilidade em saber-se opressor da “recém criada” população negra assusta o autor de *Não Somos Racistas* (2006), totalmente alheio aos debates e reivindicações dos movimentos sociais negros, e das pautas de organizações internacionais de contundente relevo, a exemplo da ONU. Essa percepção do jornalista corrobora, sob minha perspectiva, a invisibilidade dada as lutas negras ao longo do século XX. Ora, é somente com a ratificação da ONU que às históricas e contundentes demandas e reivindicações dos movimentos negros se tornam uma realidade em meio a agenda política no Brasil, e é nesse mesmo

momento, diante das tentativas de reparação aos danos causados à comunidade “afrodescendente” que o silêncio cessa, e a preocupação com a manutenção do *status quo* vem à tona.

Diante da derrota do setor contrário à implementação das cotas raciais, expresso sobretudo pela legitimação das políticas de ação afirmativa pelo STF em 2012, a desconstrução dos argumentos advindos desses grupos tem servido como meio de explicitar as benesses e possibilidades da política de reserva de vagas. Atrelado aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003 no governo Lula, as demandas dos movimentos sociais negros e os trabalhos acadêmicos que continuam a desnudar os meandros do racismo à brasileira têm sido os responsáveis por fazer com que a temática racial seja cotidianamente problematizada nos mais diversos meios sociais.

Como já dito, a UERJ foi a primeira a implementar a política de cotas, seguem-lhe, no âmbito das universidades estaduais, a Universidade Estadual do Estado da Bahia (UNEB), em 2003, e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 2004. No que tange às instituições federais, a Universidade de Brasília (UnB) foi a precursora ao ratificar a política de cotas raciais em 2002. Não obstante, essa política destinada agora aos jovens pretos e pardos que se autodeclaram negros foi anteriormente utilizada por outras instituições públicas, sem, contudo, receber a notabilidade que as cotas tiveram quando de sua implementação no ensino superior público e também sem atribuir a seus beneficiários a identificação de “funcionário público cotista”.

Exemplo dessa realidade se explicita com o ato do Ministro do Desenvolvimento Agrário quando da assinatura, em setembro de 2001, da portaria que cria cota de 20% para autodeclarados negros na estrutura institucional do Ministério e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), devendo o mesmo ocorrer com as empresas terceirizadas, contratadas por esses órgãos. Outro modelo foi apresentado pelo Ministro da Justiça, em dezembro de 2001, quando assinou a portaria que determina a contratação, até o fim de 2002, de percentual de 20% a autodeclarados negros, outros 20% às mulheres e 5% à portadores de deficiências físicas para os cargos

de assessoramento do referido ministério. Daí o princípio que será aplicado às empresas de prestação de serviços e para os demais órgãos federais.

Também o Ministério de Relações Exteriores decidiu que a partir de 2002, quase 20 anos após ser demandada por Abdias do Nascimento, serão concedidas vinte bolsas de estudo no âmbito federal a afrodescendentes que se preparam para o concurso de admissão ao Instituto Rio Branco, encarregado da formação do corpo diplomático brasileiro. Sem receber grande notoriedade por parte da mídia e outros setores sociais, essas primeiras medidas refletem também os primeiros passos na guinada que se refere ao trato para com a questão racial no país.

A leitura dos trabalhos de distintos autores que se debruçam sobre o tema da justiça social, guiados pelo intuito de novas proposições ao enfretamento das desigualdades raciais, nos levam ao seguinte entendimento sobre os objetivos das ações afirmativas. As políticas de ação afirmativa, e especificamente sua ferramenta de cotas raciais, objetivam medidas concretas produtoras de efeitos práticos-coletivos. Pretendem a redução — no limite, até a liquidação — daquelas hierarquias sociais que se fundamentam em desigualdades e discriminações historicamente instituídas em sociedades que, contemporaneamente, têm nos princípios republicanos da democracia, da justiça social e da cidadania, os fundamentos do seu desenvolvimento socioeconômico. Portanto, as ações afirmativas têm por objetivo instituir a igualdade de oportunidades e de condições simbólicas, reconhecimento social e representação política aos distintos indivíduos.

Acredita-se que ao se chegar a esses patamares os diferentes grupos sociais, independentemente da sua alocação em grupos étnicos, raciais, identitários, de condições físicas ou históricas relativamente desvantajosas, possam ter garantido o princípio da equidade nos processos de construção de uma vida digna, saudável e com perspectivas de um futuro, individual e coletivo, de acordo com os padrões gerais médios satisfatórios de qualquer sociedade (SANTOS, 2012; SILVA, 2003; SILVERIO, 2002).

É preciso salientar que um lado menos explícito das ações afirmativas é seu caráter transformador no que diz respeito às mudanças que podem provocar

no *status quo* social através da maior representatividade política em distintas áreas da vida nacional, sobretudo aquelas limitadas as elites, e também pela elaboração de novas epistemes que incorporem a experiências das populações negras no campo científico, social e cultural. Daí os conflitos, tanto no âmbito jurídico-político quanto no social, com ideologias conservadoras. Estas últimas, ao ambicionarem a manutenção de privilégios, se contrapõem a políticas com corte racial, alegando a propalada harmonia racial teorizada por Freyre (2007 [1933]). A fim de explicitar um pouco das práticas que envolvem tais conflitos, mesmo que numa perspectiva microssocial, tomo como modelo o processo de implementação e avaliação de uma das ferramentas das políticas de ação afirmativa, o sistema de cotas raciais e sociais na UEL.

2.4 O processo de implementação da política de cotas na UEL

O caminho que leva à institucionalização da reserva de vagas no vestibular da UEL, com recorte socioeconômico e racial, tem início na casa da militante do movimento social negro londrinense, Vilma Santos de Oliveira (1950-2013), popularmente conhecida como Yá Mukumby⁴⁴. Em visita a Londrina a fim da participação em eventos relacionados à disseminação da cultura negra, o então presidente da Fundação Cultural Palmares⁴⁵ esteve na casa de Yá Mukumby, sua colega na militância negra. Zulu Araújo, o citado presidente, foi indagado por membros do movimento social negro ali presentes sobre a maneira como se deu o processo de implementação de reserva de vagas para estudantes negros nos vestibulares da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal de Brasília (UNB). É a partir desse momento, ocorrido

⁴⁴ Para mais informações sobre essa militante e liderança do movimento negro londrinense Cf.: Lanza... [et al.]. *Yá Mukumby - a vida de Vilma Santos de Oliveira* (Coleção Presença Negra em Londrina). 01. ed. Londrina: UEL, 2010. v. 01. 62p.

⁴⁵ Instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), a FCP comemora meio quarto de século de trabalho por uma política cultural igualitária e inclusiva, que busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. Mais informações disponíveis no site: <http://www.palmares.gov.br>

no final do ano de 2002, que sob demanda do movimento social negro os diálogos com a comunidade acadêmica da UEL, a fim da implementação de políticas públicas educacionais com corte social e racial se iniciam⁴⁶.

Os anos de 2003 e 2004 foram caracterizados, em particular no âmbito londrinense, por um intenso debate acerca de um consenso sobre a aprovação ou não da implementação do sistema de cotas na UEL. Objetivando implicar a comunidade acadêmica e externa nesse importante debate, foram realizadas dezenas de reuniões nos mais diversos espaços acadêmicos constituintes do campus da UEL⁴⁷, diferentes centros acadêmicos e hospital universitário, havendo também uma audiência pública realizada no dia 22 de junho de 2004 na Câmara de Vereadores da cidade Londrina. No espaço acadêmico as discussões foram protagonizadas por membros dos movimentos sociais negros, representantes das escolas particulares de Londrina, docentes e discentes da UEL e também estudantes da rede básica de ensino, que apresentaram seus posicionamentos favoráveis e contrários a adoção da política de reserva de vagas. Assim como os argumentos suscitados no campo sociológico e antropológico, os favoráveis às ações afirmativas se pautavam no histórico de desigualdade socioeconômica entre negros e brancos, concebendo a política de cotas como possibilidade para a reparação das históricas perdas sociais vivenciadas pela população negra. Já os contrários às políticas com corte racial pautavam-se na dificuldade em identificar os beneficiários de tais políticas, bem como na descrença da permanência do racismo em solo nacional.

Externamente ao âmbito universitário, na Câmara dos vereadores o debate foi protagonizado pelos professores Jairo Queiroz Pacheco, então Pró-Reitor de Graduação da UEL, pautando-se na defesa da reserva de vagas e nos possíveis benefícios socioeconômicos e culturais possibilitados; e Yvonne Maggie, intelectual convidada pela Câmara Municipal de Londrina e financiada

⁴⁶ O processo detalhado da implementação das políticas de cotas na UEL foi descrito por Maria Nilza da Silva em seu artigo "As cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina e a proporcionalidade: o impacto de uma particularidade" in Santos, 2012.

⁴⁷ Os convites para as reuniões convocando toda a comunidade acadêmica e externa podem ser visualizados na parte de notícias do site da instituição, a saber: <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/>. Visitado em 18/02/19.

pelos representantes de instituições privadas de educação, contrária à adoção das cotas, e que se empenhou em apontar as dificuldades em se estabelecer o grupo apto a se beneficiar com as políticas de cotas raciais, bem como o processo de “racialização nacional” que se abriria com essa política⁴⁸.

Nesse contexto, argumentos favoráveis e contrários advindos tanto do senso comum, militante e elaborados pelas mais distintas perspectivas teóricas foram ouvidos como nunca dantes nos mais diferentes espaços, dentro e fora da universidade. Nessa queda braço, após acirradas discussões, venceu o entendimento favorável à reserva de vagas, subsidiado pelos dados oficiais que demonstram as contundentes desigualdades raciais e de renda que caracterizam o contexto brasileiro e também pelos debates internacionais, nos quais a democracia racial brasileira tem sido cada vez mais questionada. Por fim, a contragosto dos contrários à adoção das políticas de ação afirmativa, foi aprovada a resolução 78/2004 do Conselho Universitário, publicada em 24 de julho de 2004 (SILVA in SANTOS, 2012). Comemorada pelos militantes negros e demais envolvidos, apesar de algumas limitações em suas demandas, em seu artigo primeiro a resolução explica que:

Art. 1º Fica estabelecido que até 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso de graduação, ofertadas em Concurso Vestibular pela Universidade Estadual de Londrina, serão reservadas a estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino, sendo que até metade das vagas decorrentes da aplicação deste percentual deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros.

§ 1º Os percentuais definidos no *caput* deste artigo serão proporcionais à quantidade de inscritos, por cursos, no Concurso Vestibular da UEL na condição de estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino (RESOLUÇÃO 78/2004-UEL).

Uma leitura desatenta do excerto acima pode deixar desapercibido que a reserva de vagas para estudantes que se autodeclarem negros e aqueles

⁴⁸ Arquivo disponível no arquivo audiovisual da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina, analisado em 18/02/19.

advindos de escola pública não é necessariamente de 40% do total de vagas, mas até o limite desse percentual. No que diz respeito a essa flutuação no número de vagas, sobre suas implicações e também os embates para aprovação da resolução 78/2004, Jairo Pacheco, pró-reitor de Graduação à época e um dos articuladores institucionais em favor da política de cotas, relata que:

Diante de uma forte polarização, às vésperas da apreciação, tínhamos um quadro incerto quanto às possibilidades de vitória. A maneira encontrada para dividir o campo dos contrários foi incorporar a proposta de que o número de vagas destinadas às duas modalidades de cotas (para estudantes de escolas públicas e para estudantes negros da escola pública) seria proporcional ao número de inscritos. Naquele momento só tínhamos dados confiáveis sobre o número de estudantes de escola pública que participaram dos vestibulares anteriores. Tais números permitiam projetar que a proporcionalidade não diminuiria significativamente o número total de ingressantes. Esta avaliação mostrou-se correta para o caso dos candidatos oriundos da escola pública, e completamente errada para o caso dos candidatos negros oriundos da escola pública. Isto porque a quantidade de estudantes negros que concluíam o ensino médio era muito pequena. Imaginava-se que a oferta de uma possibilidade de ingresso diferenciada seria capaz de aumentar o número de candidatos negros inscritos. Porém, esse aumento foi pequeno, e comprometeu seriamente a eficácia do sistema quanto ao ingresso de estudantes negros. Essa situação só pode ser corrigida em 2012, quando a regulamentação das cotas foi revista. Portanto em 2004 implantou-se um sistema que foi efetivo para proporcionar o ingresso de estudantes vindos de escolas públicas e pouco eficaz para estudantes negros, pois, apesar de dobrar o ingresso destes, como partíamos de um patamar muito baixo, a média de ingressos chegou a menos de um terço do pretendido (Jairo Pacheco in SILVA, 2012, p. 83).

Como observado no relato disponibilizado por Pacheco, a efetividade da reserva de vagas para estudantes negros não foi uma realidade. Esse fato deveu-se a dois fatores: o primeiro se explicita na falta de dados sobre o número de estudantes pretos e pardos inscritos nos vestibulares anteriores, demonstrando a despreocupação institucional com a questão racial, que não esteve, como já visto, na agenda política até o início dos anos 2000; um segundo fator deve-se à resistência de alguns grupos, tanto no âmbito acadêmico quanto no da comunidade externa, em reconhecer a necessidade de ações específicas a fim de que a população negra possa vir a ser contemplada com o acesso a

educação de qualidade, restrita às elites socioeconômicas e culturais. Não obstante as resistências enfrentadas no percurso desse processo, a aprovação do sistema de cotas raciais foi lida como um passo de extrema importância para os membros do movimento social negro londrinense, e assim comemorado.

Válida esta política pelo período de sete anos, o ano de 2011 é mais uma vez marcado por intensos debates, tanto no âmbito da comunidade universitária, quanto no da comunidade externa, sobre a continuidade, término ou melhoramento da política de cotas. Sobre esse processo de adoção do sistema de cotas vivenciado pela UEL a partir do ano de 2005 e vigente até os dias atuais, Maria Nilza da Silva considera que o processo de adoção e consolidação das Ações Afirmativas na UEL pode e deve ser dividido, para efeito de análises, em duas fases: a primeira de 2005 a 2012 e a segunda a partir de 2013. Silva expõe que em 2011 ocorreu a avaliação do sistema de reserva de vagas, o que permitiu com que alguns aspectos do sistema de cotas que foram alterados começassem a ter validade a partir de 2013, com a Resolução 15/2012 que substituiu a 78/2004 do Conselho Universitário (SILVA, 2014, p. 220).

A autora explica que até o ano de 2011 vigorou o critério de proporcionalidade no sistema de cotas. Assim, o sistema adotado previa a reserva de vagas de até 40% para estudantes oriundos de instituições públicas e que até a metade desse percentual seria destinada aos candidatos autodeclarados negros, também originários da escola pública, que concorreriam a até 20% do total das vagas ofertadas, a depender do número de inscritos (Idem, idem). Desde modo,

Nos sete primeiros anos de cotas na UEL, os cursos menos concorridos e de baixo status social [a exemplo dos cursos de Arquivologia, Ciência do Esporte, Letras/Espanhol entre outros nos anos 2008 e 2012], que já contavam com estudantes negros, continuaram com a presença negra. Contudo, naqueles cursos de alta concorrência [como os cursos de Medicina, Engenharia Civil, Direito/Noturno entre os anos 2008 e 2012], em que os negros estiveram praticamente ausentes em toda a história da educação superior no país, com raras exceções, o número de vagas que lhes era reservado foi baixo, pois, entre outros fatores, dependeu do número de inscritos (Ibidem, p. 221).

Historicamente marginalizados nos bancos universitários, a ambição em concorrer à vaga de cursos socialmente prestigiados, a exemplo dos de medicina, direito e engenharia, não foi possibilitado e/ou vislumbrada *a priori* pelos estudantes negros, motivo este que levou ao baixo número de escritos e, conseguinte, redução na proporcionalidade de vagas direcionadas pelo recorte racial. Não obstante, os estudantes oriundos de escolas públicas não hesitaram em se lançar a essas vagas, fazendo com que o número de ingressantes aos bancos universitários da UEL fossem 4 vezes maiores que os contabilizados por estudantes negros advindos de escolas públicas. Entre 2005 e 2011 o total de ingressantes pelo sistema de cotas foi de 7.659 estudantes. Destes, 6.147 estudantes de escola pública e apenas 1.512 autodeclarados negros. Verifica-se com esses dados a realidade de que a média de ingressantes anuais de estudantes negros optantes pelo sistema de cotas foi de 7,2%, durante a primeira fase do sistema de cotas, muito aquém dos 20% pretendidos inicialmente (SILVA; PACHECO, 2013, p.98).

Ainda sobre os dados analisados por Silva e Pacheco, no que toca ao ingresso de estudantes pelo sistema de cotas, entre os anos de 2005 e 2011 houve um alto número de estudantes pretos e pardos, oriundos de instituições públicas de ensino, que deixaram de optar pelo sistema de cotas raciais. Como exemplo, os autores constataram que no ano de 2007, apenas 37% dos candidatos que se identificaram nos formulários para inscrição no vestibular da UEL como negros optaram por concorrer pelas cotas (Idem, p. 78). As razões para a baixa adesão ao sistema de cotas raciais são inúmeras, sendo que na perspectiva dos autores fatores predominantes a esse declínio expressa-se, em particular, por três motivos: a falta de entendimento dos estudantes sobre os objetivos das políticas afirmativas; o intenso ataque à essas políticas, vinculados na imprensa escrita, televisiva, e demais meios de comunicação; por fim, a restrição de que ao optar pelo sistema de cotas raciais o candidato estaria impossibilitado de concorrer pelos 60% de vagas reservadas ao sistema universal, e mesmo pelos 40% destinados a estudantes oriundos de escolas

públicas, contando, apenas com os 20% que lhes eram destinados⁴⁹. Voltarei a problematizar este tópico no segundo capítulo deste trabalho, no qual disponibilizarei a perspectiva dos estudantes cotistas sobre o processo de opção ou não pelo sistema de cotas na UEL.

Isto posto, a experiência proporcionada pelo debate anterior, nos anos 2003 e 2004, foi de extrema importância, sobretudo para aqueles que eram favoráveis às cotas. Com dados quantitativos, observação de experiências vivenciadas por outras instituições de ensino superior e a participação de estudantes beneficiários do sistema de cotas da própria UEL, foi aprovada a Resolução 015/2012 do Conselho Universitário. Nessa nova avaliação, a principal alteração é atribuída à efetividade da reserva de 40% do total de vagas para estudantes oriundos da escola pública com destinação de metade dessas vagas, 20%, a estudantes autodeclarados negros com o mesmo percurso escolar. Além dessa peculiaridade, há também o fato de que esta Resolução aprovou uma restrição no tempo de apreciação da política de cotas, recuando de 7 para 5 anos o prazo de sua reavaliação. Deste modo, com esses novos percentuais de acesso e com uma maior maturidade, no que tange ao entendimento sobre as complexidades implícitas nas políticas de reserva de vagas, é que se inicia a segunda fase do sistema de cotas na UEL.

No que diz respeito aos números de ingressantes pelo sistema de cotas com corte racial, com a vigência da Resolução 015/2012 verificou-se uma nova problemática. A partir de 2013, abre-se a possibilidade de que o candidato autodeclarado negro concorra a 100% das vagas, ou seja, ao se inscrever pelo sistema de cotas com corte racial o estudante autodeclarado negro conta com a possibilidade de aprovação no vestibular pelo sistema universal, cota social e racial. Deste modo, os negros optantes pelas cotas raciais só a utilizam caso sua nota no vestibular seja insuficiente para a aprovação nos outros dois sistemas.

⁴⁹ Durante a primeira fase da vigência do sistema de cotas, entre 2005 e 2012, a possibilidade em concorrer a 100% das vagas, ou mesmo a restrição aos 20% destinadas as reservas com corte racial, dependeu da equipe administrativa a gestar a UEL. Deste modo, ao longo de três gestões com diferentes reitores, houve a oscilação deste critério, sendo que durante o período de 2007 a 2010 os autodeclarados negros e optantes pelo sistema de cotas só concorreram a 20% das vagas no vestibular. Sobre as nuances desse processo, conferir: SILVA, 2014.

Através da análise de dados dos ingressantes pelo sistema de cotas, realizada por mim, pela professora Maria Nilza da Nilza, pelo professor Jairo Pacheco e servidores da Pró-reitoria de graduação da UEL, que nos disponibilizaram os números de estudantes matriculados entre os anos de 2013 e 2017, verificou-se, em relação aos percentuais obtidos entre 2005 e 2012, a redução do número de ingressantes pelo sistema de cotas raciais. Nesse momento, detectamos que esse fato se devia à seguinte situação, ao atingir nota superior à necessária para o ingresso pelo sistema de cotas raciais o estudante era inserido, respectivamente, às vagas reservadas ao sistema de cotas sociais e sistema universal. Ou seja, os 730 candidatos cujas matrículas foram disponibilizadas pelo sistema de cotas raciais, entre os anos de 2013 e 2017, não representam a totalidade dos estudantes optantes vagas com corte racial e que tiveram êxito no vestibular, mas sim aqueles que efetivamente se beneficiaram da redução da nota de corte para a aprovação no vestibular, obtendo êxito no ingresso aos bancos universitários pelo sistema de cotas raciais. Nossa preocupação com esse baixo número de estudantes beneficiados pelas vagas com corte racial pautava-se pela possibilidade de argumentação dos contrários às cotas, sobre a baixa adesão de estudantes autodeclarados negros.

Em meio a esse processo chegamos ao entendimento sobre mais uma das possibilidades despertadas pelas políticas de cotas, a motivação suscitada através do conhecimento sobre o sistema de cotas para o ingresso aos bancos universitários. Verificou-se que um alto número de estudantes inscritos pelo sistema de cotas raciais alcançava a pontuação necessária para inclusão universitária pelas vagas reservadas a estudantes oriundos de escolas públicas e também pelas vagas universais, vagas, respectivamente, com necessidade de maior pontuação, em relação as vagas com corte racial, para o êxito no vestibular. Sob nossa perspectiva, esse fato explicita a potencialidade de relevante número de estudantes negros advindos de escolas públicas, que mesmo diante das desvantagens socioeconômicas e pelo racismo, competiram em iguais condições cognitivas no processo vestibular com estudantes portadores de privilégios econômicos e simbólicos.

Após o diagnóstico dessa questão novas estatísticas sobre os percentuais de discentes optantes pelas vagas raciais, matriculados nas vagas universais e

de escola pública, estão sendo elaboradas, a fim de um melhor entendimento sobre as possibilidades de inclusão disponibilizadas pelas políticas de cotas. Todavia, esses percentuais não foram disponibilizados até o presente momento.

Uma das preocupações daqueles contrários às cotas era de que a reserva de vagas para estudantes negros acabaria por resultar na redução da qualidade das instituições que as adotassem. No que diz respeito a Universidade Estadual de Londrina (UEL) essa preocupação se mostrou injustificada, dado o fato de que contrariamente a esse argumento houve uma melhoria nos índices de avaliação institucional, como expresso pela pró-reitoria de graduação⁵⁰.

Passados 12 anos desde a implementação do sistema de cotas, sendo que sua maior efetividade só foi possível, como já dito, a partir de 2013, os resultados dessa política são ainda tímidos. Todavia, são extremamente significativos quando confrontados com os principais argumentos aventados por grupos contrários à implementação da política de cotas.

É com a articulação de dados sobre a realidade das desigualdades educacionais e sociais no ensino básico, pelos dados elaborados no âmbito do ensino superior – como os desenvolvidos pelas Pró-reitorias de graduação e pela de planejamento –, bem como por institutos nacionais de pesquisas responsáveis pela elaboração de distintos indicadores educacionais que chegamos ao ano de 2017, ano de mais uma reavaliação do sistema de cotas na UEL. Como nas demais reavaliações, o momento foi de intensos debates. Contudo, verificou-se que os discursos contrários foram mais moderados, em relação às outras duas avaliações. Essa moderação no ataque ao sistema de cotas se deu devido ao entendimento, no âmbito acadêmico, sobre as benesses da política de ação afirmativa, expresso, em particular, pelos dados quantitativos disponibilizados pelas pró-reitorias de graduação e planejamento da UEL.

⁵⁰ Os dados sobre as avaliações institucionais da UEL, após a implementação da política de cotas estão disponíveis no site: http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2018/ranking_qs.html. Visitado em: 20/06/2018.

Ora, do ponto de vista jurídico, o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal em 2012 de que as políticas de ação afirmativa são constitucionais, restringe um contra discurso sobre sua legalidade ou não. O êxito das políticas de cotas em universidades de todo o país, e os dados estatísticos e empíricos disponibilizados são outro fator que acaba por colocar em xeque muitos dos argumentos levantados contra as cotas. Aliado a esses fatores, a forte presença de estudantes cotistas e de membros do movimento social negro durante a reelaboração da resolução 15/2012 e também na votação que definiria a continuidade, descontinuidade e mudanças nela, fez com que as demandas dos grupos favoráveis à política de reserva de vagas obtivessem êxito.

Em vista disso, a resolução 08/2017 estabelece que o percentual de cotas fica assim distribuído: 55% das vagas são destinadas a estudantes que optam pelas vagas universais, oriundos do ensino médio privado ou não optantes pelo sistema de reserva de vagas; 20% para estudantes advindos de escolas públicas — cotas sociais; 20% para estudantes que se autodeclarem negros e cujo percurso escolar tenha sido realizado integralmente em escola pública; por fim, a principal novidade dessa resolução, 5% para estudantes autodeclarados negros de qualquer percurso (escolas privadas, portador de diploma, etc...).

A extensão da reserva de vagas a estudantes que se autodeclarem negros, advindos de outros percursos escolares, a exemplo daqueles advindos de escolas privadas, deveu-se ao entendimento por parte dos discentes cotistas, de docentes empenhados na democratização do ensino superior e dos movimentos sociais negros, de que o racismo atinge toda a população negra, de distintos modos é claro, independentemente da variável de renda.

Para além da alteração nos percentuais de reserva de vagas, houve mudanças no prazo para a avaliação do sistema de cotas. Em sua primeira versão, como já visto, a avaliação ocorreu sete anos após a implementação da política de cotas. A segunda avaliação após cinco anos e a próxima ocorrerá num prazo de vinte anos, havendo em dez anos, em 2026, uma revisão dos percentuais de reserva de vagas. Essa revisão será limitada por alguns percentuais. Caso seja verificado que os 45% de vagas destinadas aos grupos sociais que têm direito a elas não esteja sendo supridas, há a possibilidade de

se reduzir esse percentual a no mínimo 40%. Por outro lado, caso os dados quantitativos sobre as desigualdades no ensino básico e superior venham a se alterar, revelando que há maior procura pelos estudantes de escolas públicas e/ou que se autodeclarem negros, esses percentuais podem ser aumentados em benefício dos estudantes cotistas.

Dada a constatação sobre a permanência do sistema de cotas na UEL ao menos até o ano 2026, gostaríamos agora de problematizar o modo com que a identificação cotista tem afetado os beneficiários das políticas de ação afirmativa. Deste modo, temos como objetivo no capítulo que segue, explicitar e analisar quais as implicações em se assumir uma identidade cultural pré-existente e com múltiplas identificações, bem como apreender o modo com que estas identidades acabam por influenciar e serem também influenciadas pela cultura hegemônica e por relações sócio-políticas e culturais historicamente hierarquizadas.

III – De Negro a Cotista e de Cotista a Negro: o nascimento de um sujeito político e as implicações para a sociabilidade acadêmica e seu entorno

Após ter empreendido em um panorama e desenvolvido algumas reflexões sobre o modo com que eu e tantos outros pesquisadores, militantes dos movimentos sociais negros, grupos racistas e mesmo aqueles sujeitos que se amparam no senso comum têm percebido as disputas políticas, sociais, culturais e econômicas, suscitadas, outorgadas, refutadas, demandadas e reivindicadas pelos movimentos negros ao longo do século XX, neste capítulo tenho por objetivo contrapor e analisar o modo com que os estudantes cotistas na UEL lidam no meio acadêmico com antigas e novas identidades essencializadas e mesmo mais plásticas/dinâmicas que tentam suprimir suas respectivas experiências e individualidades. Para tanto, nas páginas que se seguem, tomando de empréstimo os relatos dos estudantes cotistas e também explicações teóricas direcionadas a processos de identificações e engendramento de distintas identidades, tenho como propósito explicitar os distintos tratamentos dados a velhas e novas identidades, bem como o modo paradoxal com que essas identificações, operacionalizadas pelos estudantes cotistas e também por agentes externos, são utilizadas tanto para opressão e inferiorização, quanto para a consciência crítica e empoderamento destinado à conferir visibilidade à questão étnico-racial nos distintos campos sociais, dentro e fora da universidade.

Análises preliminares sobre os relatos dos estudantes me levam à percepção de que a identidade cotista se faz sentir mesmo antes do início de suas respectivas inserções aos bancos universitários da UEL. Os relatos dos beneficiados pelo sistema de cotas nos revelam que já na preparação para o processo vestibular, nos cursos pré-vestibulares, houve questionamentos e conseqüentemente conflitos com uma identidade negra essencializada, perspectivada pelos estudantes num primeiro momento como sinônimo de inferioridade.

A busca por referências bibliográficas acerca da temática sobre identidade, e mais especificamente sobre a identidade negra, foi o caminho

apontado por todos os entrevistados a fim de compreender melhor as vicissitudes para a constituição de um imaginário social, e conseguinte engendramento de uma *comunidade imaginada*⁵¹, que acaba por manter a histórica subalternização das populações negras, independentemente de suas peculiaridades socioeconômicas e culturais. A identidade negra deve ser compreendida como um conceito sobre qual não há consenso teórico, devido à intensa disputa sofrida em meio às distintas áreas do conhecimento e também pela militância negra e grupos conservadores. Deste modo, verifica-se que a utilização do conceito de identidade negra pelos estudantes cotistas é utilizada de distintos modos. A consciência sobre a fluidez dessa identidade permite, segundo minha análise, a identificação, para além de diferentes formas de identidades negras, com outras identidades historicamente oprimidas, a exemplo das suscitadas a partir de identificações com identidades LGBTQI+ e de gênero. A explicitação do uso político dado a essas identidades é o que nos motiva no desenvolvimento desta parte do trabalho.

Deste modo, pretendo explicitar ao longo desse capítulo como a necessidade de se autodeclarar negro, pré-condição para o direito à utilização das vagas reservadas a estudantes autodeclarados negros no vestibular da UEL, fez emergir um posicionamento crítico diante da percepção sobre uma identificação negra que se mostra incapaz de abranger as singularidades dos estudantes cotistas, bem como a nova práxis de identificação com outras identidades.

⁵¹ Benedict Anderson (1983) utiliza essa expressão quando desenvolve seu argumento de que a identidade nacional é inteiramente dependente da ideia que os cidadãos constituintes dessa sociedade fazem dela. Impossibilitados de conhecer a todos aqueles que partilham da mesma identidade nacional que a sua, acabam por compartilhar a ideia sobre aquilo a constitui.

3.1 Tornar-se negro: identificação negra e a deslegitimação das concepções identitárias dos futuros estudantes cotistas

A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.

WOODWARD, Kathryn, 2014, p. 20

[...] ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se.

SOUZA, Neusa Santos, 1983, p.33

Instigante fenômeno sócio-histórico e político-cultural, sobre o qual um número cada vez maior de pesquisadores vem se debruçando, em nossa época o tema identidade é objeto de discussão nos mais variados âmbitos, políticos, sociais, culturais, acadêmico, enfim, pensado por intelectuais, ativistas, e até mesmo por pessoas que não se sentem diretamente afetadas pelo tema. Objeto de disputa no cenário acadêmico e militante, os conflitos e debates suscitados com as políticas identitárias têm, inexoravelmente, influenciado a vida cotidiana do cidadão comum, imerso na práxis, por vezes, mecanizada do dia a dia, realidade essa que, ocasionalmente, se mostra como limitante ao aprofundamento de questões socioculturais e político-econômicas em meio às rápidas transformações sociais ocorridos no contexto do mundo globalizado.

Autores/as de distintas correntes de pensamento, a exemplo da *antropologia contemporânea*, dos *estudos culturais*, *pós-coloniais*, *pós-modernos*, *pós-estruturalistas*, *decoloniais*, e *saberes subalternos*, têm denunciado os impactos socioeconômicos, culturais e subjetivos, suscitados pela percepção e conceituização de identidades fechadas e tidas como completas, essencializadas ao longo da história moderna, tendo por base princípios biológicos, sociohistóricos e mesmo geopolíticos. Neste contexto, o

conceito de identidade vem sendo utilizado como instrumento analítico para abordar aspectos da vivência humana e, por conseguinte, das diferenças que acabam por as caracterizar.

Concomitantemente a essas denúncias, esses autores/as têm disponibilizado uma contundente gama de análises e reflexões que nos levam ao entendimento de que as identidades, sejam elas étnicas, raciais, culturais, de gênero, entre outras, são caracterizadas, em particular, por uma visão específica dos sujeitos que a portam, bem como por seu caráter discursivo e mesmo de perspectiva histórica, expondo assim sua fluidez e conseguinte fragilidade. Compartilham deste modo o entendimento de que o termo identidade, no singular, acaba por descaracterizar a realidade social, em particular no contexto da modernidade tardia, sendo a multiplicidade de perspectivas expressa pelo termo identidades, no plural, um uso mais apropriado.

Exemplo dessa realidade na qual explicita-se as visões específicas sobre determinada identidade pode ser constatada quando da análise do uso do termo negro, enquanto característica identitária politicamente mobilizadora dos descendentes de escravos e ex-escravos, pelos movimentos negros ao longo do século XX. Ora, como visto no segundo capítulo deste trabalho, mesmo ciente do significante pejorativo que recai sobre o vocábulo negro, os líderes da Frente Negra Brasileira viram nesse termo o signo responsável pela identificação do grupo ao qual os malefícios herdados do sistema escravista ainda se faziam sentir, utilizando-o para designar e mobilizar os membros daquela entidade. Já a partir do Teatro Experimental do Negro, a expressão negro perde sua conotação pejorativa, tendo por finalidade caracterizar aqueles membros da comunidade nacional, cuja história buscava invisibilizar e desconsiderá-los em seu papel histórico de agentes sociais. Por fim, com o Movimento Negro Unificado essa nomenclatura passa a ser perspectivada como significação para a articulação política e de resistência frente às opressões vivenciadas pelos descendentes dos ex-escravos no Brasil.

A utilização do termo negro para nomear as entidades, e mesmo para estabelecer o recorte étnico-racial do público o qual objetivavam beneficiar, nos permite visualizar um posicionamento filosófico-político inspirado em paradigmas

identitários binários (brancos-negros, nós-eles, colonizadores-colonizados, opressor-oprimido etc.), intrínseco a essas entidades. Deste modo, mesmo com distintas significações as identidades negras se caracterizam, no contexto dos movimentos sociais negros, como responsáveis por estabelecer critérios de inclusão e exclusão.

Sobre a utilização de identidades enquanto ferramenta para análises teóricas, mobilização política e mesmo sua utilização prática na vida cotidiana, devemos compreender que a identidade, como por exemplo a identidade étnica, não deve ser pensada como uma entidade em si, dado o fato de estar ligada a contingências e contextualidades. Nesse sentido, o antropólogo norueguês, Thomas Hylland Eriksen (2003), compreende que seria prudente usarmos o termo “identificação” no lugar de “identidade”. Essa compreensão surge, pois, para o antropólogo, a temática identitária diz respeito a processos contínuos, relacionados a distintas variáveis socioeconômicas e político-culturais, não sendo assim algo que possa ser “possuída” ou “perdida”, mas negociada e contingenciada. Isto posto, podemos compreender que identidades são construções profundamente marcadas pelas diversas relações em que os sujeitos estão inseridos e envolvidos e pelos contextos em que vivem.

Assim como a utilização da expressão movimentos negros, no plural, devido às distintas formas pelas quais foram erigidos, com diferentes demandas e perspectivas ideológicas, a identidade negra deve ser considerada em sua multiplicidade de características, objetivando diferentes propósitos, seja pelos sujeitos que se identificam com as identidades negras possíveis, ou mesmo por aqueles agentes que acabam por identificar determinado indivíduo de pele preta ou parda como negro, desconsiderando a multiplicidade dessa identidade. Essa característica fluida e manipulável da identidade faz-se melhor compreensível a partir do entendimento de que:

Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum (WOODWARD, 2014, p.29).

Inserido no campo de conhecimento abrangido pelos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, cujo o foco analítico gira em torno de três conceitos básicos: cultura, poder e identidade, Stuart Hall (1990), enfatiza que essa possibilidade de reconstrução e transformação da identidade, apontada por Woodward, leva em conta o fato de que a mesma tenha um passado e mesmo uma significação simbólica e política. Todavia, essa mesma identidade solicita, no contexto do mundo globalizado, um reconhecimento e que ao resgatá-la, o sujeito a reconstrói, fazendo com que o passado, filtrado pelas experiências dos diferentes agentes, passe por um processo de transformação. Essa ideia mais abrangente de identidade étnico-racial impede sua legitimação pela busca de um passado que parece “real” e único, dependendo assim dos sujeitos em jogo acerca do debate (agenciamento/*agency*) e histórico de disputas identitárias (sistema/estrutura).

Como explicito na primeira epígrafe deste subtópico, de acordo com as reflexões da professora Kathryn Woodward (2014), preconizadas e sucedidas por inúmeros intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, a identidade enquanto fenômeno subjetivo e social não é cotidianamente pensada, tornando-se alvo de reflexão quando em crise. Essa afirmação nos leva a indagar sobre os momentos e circunstâncias responsáveis por fazer emergir tais crises da identidade, bem como os desdobramentos desse “despertar” identitário no dia a dia de quem o vivencia.

A fim de explicitar algumas vivências empíricas sobre esse momento de crise identitária, a qual nos permite verificar sua fluidez e fragilidade, lanço mão do relato de três estudantes cotistas, Zumbi, Gabriel e Dandara, sobre suas primeiras experiências, contato e identificação com uma das possíveis identidades negras, expressa aqui pela perspectivação da pele preta/parda como sinônimo de negro, tal qual utilizado pelos movimentos negros, vejamos.

Até minha entrada na UEL eu não me autodeclarava negro, se as pessoas perguntassem pra mim qual era a minha cor, eu nunca falaria que eu era negro, eu só falava, “ah eu não sou

branco, mas nunca me declarava negro”. Na verdade, eu não queria falar sobre isso, na verdade eu sabia que eu não era branco, mas realmente eu não queria falar sobre isso. Na verdade, foi uma parada assim muito complicada. Eu terminei o colégio, isso foi em 2009, e eu entrei na UEL em 2013. Nesse intervalo eu fui trabalhar, consegui trabalho numa indústria de fabricação de plásticos chamada Dixie Toga, trabalhei lá de 2010 até 2013, daí foi quando a minha irmã teve essa ideia, e me disse: “meu, a gente precisa mudar de vida, vamos fazer uma faculdade”, e eu lembro que ainda falei pra ela: “poxa mas esse negócio é tenso, e a gente tem que trabalhar, vai ficar muita coisa pra fazer”, aí eu ainda perguntei como que a gente ia fazer isso aí? Aí começamos a fazer cursinho, e lá tinham alguns professores que falavam sobre as cotas na UEL, e tinham uns professores que falavam bem e outros professores que sentavam o pau, alguns eram a favor e outros eram contrários. Eu nem sabia o que era direito esse negócio de cotas, no começo eu tinha um discurso assim “ah mas se eu tenho capacidade então eu posso passar [no vestibular] sem cotas”. Mas aí as coisas foram acontecendo e seis meses depois de eu ter entrado no cursinho eu acabei sendo convencido, tanto sobre a política de cotas quanto a esses debates sobre as relações raciais, enfim, eu era negro. Era até engraçado, tipo, eu tinha uma aula que o professor falava bem e depois, já logo em seguida, vinha outro professor e já falava mal, falava contra as cotas. Aí eu fui começando a entender melhor, sobretudo através de conversas particulares com os professores, porque eu sempre questionava muito, aí os professores todos concordavam que eu tinha que prestar UEL, mas alguns falavam pra eu tentar pelas cotas e me falavam que tinha algumas políticas de bolsas e que assim eu conseguiria me manter, já outros diziam pra eu não prestar pelas cotas raciais, que eu tinha capacidade de entrar sozinho (risos) (Zumbi, estudante de psicologia, 23 anos).

Na segunda epigrafe desse subitem, a psicóloga Neusa Souza (1983) nos traz um interessante argumento, direcionado ao entendimento sobre as vicissitudes que levam a identificação do sujeito com uma das identidades negras possíveis. Daí uma melhor compreensão sobre a percepção da autora de que ser negro não é uma condição dada *a priori*, mas sim um vir a ser, um *tornar-se negro*. O relato de Zumbi nos permite melhor visualizar a contundente afirmação de Souza, e também corrobora a reflexão de Woodward (2014) sobre a identidade como uma questão de tornar-se, revisitando também as teorizações

de Hall (1990), no que tange ao processo de reconstrução e transformações de velhas identidades.

Imerso numa realidade social na qual o trabalho é tido como necessário às demandas socioeconômicas, ao término do ensino médio, já apto à inserção no mundo do trabalho, Zumbi toma seu destino, empenhando-se entre os anos de 2010 e 2013 no trabalho em uma indústria de embalagens. Como afirma nosso colaborador, até esse período o mesmo não tinha o hábito e também não queria se posicionar sobre discussões cujo teor se relacionam à identificação a partir da cor de pele. Todavia, diante do surgimento dessa questão, Zumbi afirma que nunca se identificaria como sendo negro, diria apenas que branco ele não era. Assumia assim, com menor ou maior consciência sobre o desdobramento desse posicionalmente para os embates que permeiam as políticas identitárias, uma histórica identificação socialmente compreendida como signo de subalternidade, colocando-se como o avesso do branco, o *outro* da narrativa histórica (DU BOIS 1999; FANON, 2005; 2008; MBEMBE, 2018). Sem motivos para obtenção de privilégios socioeconômicos e simbólicos, a autoafirmação de Zumbi não sofria até então nenhum tipo de constrangimento, passando o estudante a maior parte da vida sem maiores motivações para crises identitárias.

Verifica-se também no relato do estudante que não há a diferenciação entre cor de pele e o termo negro, aparecendo, contudo, o propósito em não se identificar com a cor “negra”. Paradoxalmente a essa afirmação, ao diferenciar-se pela consciência de que não é branco, Zumbi adentrara, inconscientemente, a histórica luta empreendida pelos movimentos negros, caracterizada pela busca de reconhecimento jurídico-social enquanto agentes sociais e em igual importância em relação à população branca.

Mesmo não verbalizando de modo direto, a questão e demanda sobre identificação racial, suscitada pelos professores durante a preparação para o vestibular, Zumbi afirma que após seis meses de debates o estudante se descobrira negro: “enfim, eu era negro”. Como visto no relato, atrelado à apresentação ao estudante sobre sistema de cotas na UEL, explicitava-se também os posicionamentos favoráveis e contrários, por parte dos professores, à política de reserva de vagas com recorte racial. O colaborador não explicitou

qual a percepção dos professores sobre as vagas reservadas a estudantes oriundos de escolas públicas, tampouco o teor das conversas particulares que teve com os docentes. Todo esse processo fez com que Zumbi, utilizando a expressão do estudante, fosse “convencido”, tanto a optar pela candidatura à reserva de vagas direcionada a autodeclarados negros, quanto a designação negra para se referir a sua pele.

Dandara, estudante de medicina, também nos relata o modo com que essa experiência de identificação negra foi por ela vivenciada. De modo sucinto, reflete que:

Olha, eu vou te falar a verdade, eu comecei a me reconhecer como negra aqui na UEL, antes eu me reconhecia como morena ou como mestiça, eu não me reconhecia e eu não falava que era negra, que eu era preta. Lá em casa ninguém falava que era negro, nem mesmo entre meus amigos havia quem se identificasse assim. Foi um processo muito duro pra mim, mas não tive como escapar. No cursinho já era difícil, as pessoas me olhavam como que se eu fosse roubar a vaga delas na universidade, mesmo não sabendo se eu ia prestar vestibular pelas cotas raciais. Daí chegando aqui na UEL, vixi, você não precisa nem saber que é negra, as pessoas te dizem, são olhares, gestos e às vezes te chamam mesmo de cotista (Dandara, estudante de medicina, 32 anos).

É interessante a percepção, observada tanto no relato de Dandara quanto no de Zumbi, sobre o modo abrupto com que os indivíduos começam, após anos de vida, a serem identificados com uma identidade com qual os próprios sujeitos em questão não demonstram afinidade. Dandara explicita que em seu meio familiar e social a identificação da pele com o termo negro não era uma constante, daí a caracterização desse processo em “tornar-se negra” como, utilizando as palavras da mesma, duro e difícil. A primeira parte dessa trajetória de atribuição de uma nova identificação ocorre com o início da preparação para o vestibular, no cursinho. É nesse momento que a estudante passa sofrer o processo de deslegitimação de suas experiências subjetivas e coletivas, responsáveis, dentre outras variáveis, por proporcionou-lhe uma concepção de

identidade corporal morena e as vezes mestiça, havendo a imposição, a partir das percepções suscitadas por uma *comunidade imaginada*, da identificação negra com base na pele de Dandara. Aqui o processo de identificação negra, demandada pelos pares do cursinho, coaduna-se ao “privilégio” da reserva de vagas no vestibular, entendido pelos estudantes brancos como sinônimo de trapaça, ao passo que segundo suas perspectivas a identificação negra por eles atribuída a Dandara era a responsável pelo “roubo” de vagas na universidade.

Esse panorama se vê aprofundado, de acordo com Dandara, com sua inserção aos bancos universitários. Nossa colaboradora demonstra que no cursinho pré-vestibular havia ainda uma pequena possibilidade de argumentação sobre essa nova identificação outorgada, ligada aqui à possibilidade de inscrição ou não pelo sistema de cotas, já na UEL a probabilidade se reduz, “você não precisa nem saber que é negra, as pessoas te dizem, são olhares, gestos e as vezes te chamam mesmo de cotista”. Pretos, pardos, morenos, mestiços e negros são vistos, nesta lógica, como cotistas, não havendo a possibilidade de argumentação em contrário.

Por fim, trago agora o relato do também estudante de medicina, Gabriel. Diferentemente dos relatos de Zumbi e Dandara, nos quais a identificação com a pele negra ocorreu por intermédio de professores no primeiro relato e dos colegas estudantes no segundo episódio, a questão da identificação para Gabriel surge, sobretudo, a partir de questões subjetivas sobre a percepção de sua cor de pele, despertadas pela autodeclaração negra como critério para a opção das cotas raciais.

Assim, na UEL quando eu pesquisei sobre o sistema de cotas, eu fiquei assim, não com medo, mas eu pensei, as cotas lá na UEL são destinadas para negros e até então eu me considerava pardo. Eu não me reconhecia como negro ainda, porque as pessoas não se reconhecem como negras, elas se reconhecem como pardas ou mestiças, mas negro, sei lá, é uma coisa que incomoda. Eu tinha isso, eu pensava, não, eu não sou negro, eu sou pardo, até comentei com uma amiga minha, e ela falou: “não Gabriel, você é negro”, e eu disse: “não, eu não sou negro, eu sou pardo!”. A nossa mentalidade é assim, ela sempre quer embranquecer, e daí eu comecei a pesquisar e eu pensei poxa,

é uma oportunidade, basicamente foi isso que eu pensei, e acabei me inscrevendo no vestibular como negro (Gabriel, estudante de medicina, 21 anos).

As dúvidas de Gabriel sobre a identificação de sua pele surgem aqui a partir do ato de inscrição no vestibular, através da possibilidade em inscrever-se pelo sistema de cotas raciais. Diante do requisito em autodeclarar-se negro, o estudante acaba por repensar-se, não se identificando, num primeiro momento, com a autodesignação ali solicitada. Em sua trajetória de vida, nosso colaborador tinha a percepção de si enquanto pardo, mas não negro, chegando ao extremo de questionar uma amiga sobre tal aferição, mas discordando com a mesma quando de seu veredito, você é negro!

Em meio às suas questões identitárias, Gabriel chega à conclusão e consequente argumento de que em seu meio social e de acordo com suas visões de mundo, as pessoas não se reconhecem como negras. Esse posicionamento, segundo ele, é algo incômodo, ser negro incomoda. De acordo com a percepção de Gabriel as pessoas querem “embranquecer” e assim utilizam expressões menos contundentes para a autodeclaração do que o vocábulo negro. Ora, as lutas empreendidas pelos movimentos negros demonstram essa realidade. Já do ponto de vista psíquico, e mesmo de um possível imaginário social, Richard Wright (1993), W.E.B. Du Bois (1999) e Frantz Fanon (2008), partindo de perspectivas empíricas, nos permitem uma rica percepção sobre as complexidades subjetivas e opressões vivenciadas pelos negros enquanto grupo étnico-racial. Nos diz Fanon, “onde quer que vá, o preto permanece um preto” (FANON, 2008, p. 149). As análises desses autores nos levam à compreensão de que em sua subjetividade:

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (COSTA, 1984, p. 2).

Talvez a falta de entendimento, por parte de Gabriel, sobre as vicissitudes do conceito de negro e seu significado político-cultural, e mesmo a negação de um corpo marcado pelo discurso e *performatividade* de inferioridade social explique a dificuldade em identificar-se como negro. Neste contexto, lançando mão das informações e experiências ao seu alcance, o estudante opta pelo sistema de vagas com corte racial na UEL, entendendo a identificação negra, nesse momento, como possibilidade de maior oportunidade para a inclusão ao curso superior. Nesta perspectiva, o bônus da reserva de vagas se faz possível com o ônus do “incomodo” em “ser negro”/ declarar-se negro.

Em meio à trajetória de vida apresentada pelos estudantes, a questão da identificação racial negra surge em um espaço social e momento específico, a saber: nos cursinhos pré-vestibulares e durante a fase de preparação para a inserção à universidade. Campo social extremamente disputado e espaço historicamente privilegiado nas mais distintas sociedades, talvez não tivessem nossos colaboradores “ousado” sonhar em adentrar o campo acadêmico, caracterizado pelas disputas por poder e pelos conflitos em torno da legitimidade do discurso científico, tivessem ainda a possibilidade de retardar os conflitos identitários já apresentados. Daí a questão sobre os motivos que permitiram com que não houvesse a conflagração anterior dessa problemática nos espaços sociais previamente ocupados pelos estudantes.

Espaço, como já dito, de intensas disputas, é este o cenário que se apresenta a Zumbi, Dandara, Gabriel e tantos outros estudantes cotistas com a entrada em um campo social historicamente ocupado pelas privilegiadas elites que se sabem brancas, com suas peculiaridades linguísticas e discursivas, suas epistemes e disputas políticas. Não que anteriormente nossos colaboradores não tivessem experienciado campos conflitantes, todavia, o que estava em jogo eram outros capitais simbólicos, outras linguagens, e outros códigos valorativos para os quais a identificação negra, talvez, não se explicitasse com tamanha preponderância (*áreas moles*).

Teorizado pelos estudos culturais e pós-coloniais como espaços nos quais ocorrem os jogos de poder e busca pela legitimidade política, o filósofo político e sociólogo austríaco Oliver Marchert argumenta que “os estudos

culturais concebem a cultura como um campo (espaço) dentro do qual as relações de poder são negociadas. Nesta perspectiva “defende a ideia de que, no fundo, a categoria central dos estudos culturais não é a da cultura, mas a da política. O autor usa, evidentemente, uma noção dilatada do conceito de política, algo que ele chama de práticas de fixação hegemônicas que embarcam todo campo social e não somente o sistema político” (MARCHART, 2008, p. 222 *apud* HOFBAUER, 2009, p. 116).

Objetivando explicitar os conflitos políticos, identitários, culturais, bem como as transformações desencadeadas pela transposição de *fronteiras* e pelo *movimento* de grupos a *campos sociais* antes restritos, no próximo capítulo, sob orientação antropológica explícita na opção metodológica pela etnografia e também guiado pelas teorizações do estudos culturais e pós-coloniais sobre os jogos de poder implícito nos processos identitários, passo agora às análises do cotidiano dos estudantes cotistas após o ingresso na UEL.

3.2 Rompendo fronteiras: novas experiências suscitadas pelo confronto de identificações identitárias em campo “hostil”

"A gente tá aqui na universidade é uma coisa revolucionária, porque o caminho esperado pro negro, principalmente pro negro da periferia, majoritariamente a maioria de nós, é isso aí né, a criminalidade. O negro ir pra cadeia já é algo natural, agora estar aqui na universidade já não é algo natural, e se isso não é algo natural a gente vai precisar se organizar para naturalizar a presença negra no espaço universitário porque sabemos, vão existir diversas barreiras" (Zumbi, estudante de Psicologia, 23 anos).

Em seu texto, sugestivamente intitulado “A invisibilidade da Experiência” (1998), a historiadora estadunidense, Joan Scott, apresenta o processo pelo qual, sob sua perspectiva, a experiência de determinados grupos sociais são deslegitimadas e silenciadas, em benefício de outros agrupamentos. De acordo com a autora, há de modo geral nas diferentes sociedades, e mais especificamente nos distintos espaços sociais, tipos divergentes de representações que recaem sobre a amplitude dos grupos sociais, independentemente do modo com que os próprios indivíduos se veem. Dicotomizadas em representações pejorativas e positivas, o alinhamento a uma dessas perspectivas tende a impor contundentes limitações sociais, em termos materiais e simbólicos, aos grupos sociais pejorativamente representados, tendo por outro lado a capacidade de garantir privilégios socioeconômicos e culturais àqueles positivamente interpretados. Scott concebe esse processo como o responsável pela criação e delineamento de grupos *insiders* (grupos étnico-raciais, de classe, gênero, etc., tidos como legítimos no interior dos distintos espaços sociais) e *outsiders* (grupos tidos como forasteiros, devido a critérios

socioculturais e político-econômicos, independente do nascimento e/ou vivência no campo ou comunidade no qual é oprimido) (SCOTT, 1998, p. 304).

As possibilidades de alocação para a perspectivação social dos distintos indivíduos e grupos se baseiam segundo Scott (1998), sobretudo, na criação pela história de instituições sociais para o acomodo de grupos étnicos, raciais e sexuais. Todavia, no que tange ao modo com que as narrativas sobre essas instituições históricas, detentoras do poder de representação sobre os distintos grupos sociais, são concebidas, a autora enfatiza que as “[...] histórias são escritas de perspectivas ou ponto de vista fundamentalmente diferentes – na verdade inconciliáveis –, nenhum dos quais completo ou totalmente verdadeiro” (SCOTT, 1998, p. 300).

Tornar visível as experiências e as narrativas dos diferentes grupos, o que, por conseguinte, nos permitiria uma melhor compreensão sobre o modo com que a história é por eles perspectivada, propiciaria, segundo Scott, expor a existência de mecanismos repressivos, imprescindíveis à manutenção de representações pejorativas e positivas. Daí o entendimento de que ao dar visibilidade à experiência, em particular daqueles indivíduos constituintes de grupos pejorativamente representados, abre-se a possibilidade de reprodução de novos termos, questionamentos e transformações no *status quo*.

Mesmo com suas peculiaridades, há o consenso entre a *antropologia contemporânea*, os *estudos culturais*, *pós-coloniais* e *decoloniais* de que a experiência (individual, social, cultural, econômica, política, etc.), produz identidades, ou melhor, possibilita em nossa época identificações capazes de reproduzir, ressignificar e produzir novas e velhas identidades. Deste modo, a abertura à visibilidade de diferentes experiências, a exemplo das vivenciadas pelos colonizados, oprimidos, discriminados, entre outros, em detrimento àquelas comumente priorizadas nos diferentes discursos e narrativas epistêmicas e políticas, advindas de grupos “vencedores”/colonizadores, têm tido como resultado uma arena na qual os conflitos implícitos aos jogos de poder têm sido mais intensos. Esse processo, por sua vez, explicito, em particular, pelo contundente avanço nos últimos anos das políticas identitárias (lutas identitárias).

Questionado a partir das experiências dos “outsiders”, pejorativamente representados com base em discursos unilaterais elaborados por instituições sociais históricas, os critérios e códigos internos de diferentes espaços sociais, a exemplo do acadêmico, são agora revisitados e mesmo *rasurados*, processo esse que afeta diretamente a possibilidade de identificação identitária dos “insiders”, positivamente representados. Sobre esse processo de ressignificação da linguagem e dos códigos sociais, operacionalizados aqui a partir da perspectiva desconstrutivista que coloca “sob rasura” certos conceitos-chave que servem de base à estruturação de *comunidades imaginadas* e que também é caro às instituições sociais, Hall explica que:

O sinal de “rasura” (X) indica que eles [conceitos-chave] não servem mais – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original, não reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (HALL, 2014, p. 104).

Não há consenso no campo teórico-político, especificamente no âmbito das ciências sociais, sobre a melhor metodologia a ser utilizada para a desestruturação de conceitos e narrativas que têm, ao longo da história, servido como mecanismos de opressão e subalternização de determinados grupos sociais. Deste modo, a opção pela “rasura” ou pela “abolição” de determinados conceitos-chave têm levado à classificação de distintas linhas e posicionamentos teóricos, a exemplo daqueles constituídos pelos estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais (SILVÉRIO, 2018).

Teórico cultural, Hall concebe o negro e a identidade como exemplos desses conceitos que devem ser operacionalizados “sob rasura”, pois são ideias que do ponto de vista crítico já não podem mais ser pensadas da forma antiga. Todavia, sem as quais certas questões-chave não podem ser problematizadas,

questionadas e sequer pensadas. Deste modo argumenta que a identificação negra

[...] nunca constitui uma atividade dada. Sempre foi uma identidade instável, psíquica, cultural e política. É também uma narrativa, uma história. [...] negro é uma identidade que precisou de ser aprendida, e só pôde ser aprendida em determinado momento e sob condições específicas (HALL, 2014, 109).

Ligada à historicidade sociopolítica que a subjaz, mesmo sendo a identidade negra intrinsecamente conectada à noção de raça, conceito visto com reservas e mesmo criticado por áreas do conhecimento como a antropologia, estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais, verifica-se ainda sua utilização como ferramenta teórica e jurídica, tanto em contextos locais quanto nos globais, a fim de melhor entendimento e resoluções de conflitos étnicos, culturais e políticos. Nesse sentido, pensando um tipo eficaz de política negra, na qual a identificação racial tem papel imprescindível, Gilroy (2012) nos alerta para a necessidade de teorizações e posicionamentos políticos que superem a oposição binária expressa pelos signos negro e branco, causa, segundo o autor, dos *absolutismos étnicos* (GILROY, 2012, p.82).

Também inserida nas reflexões sobre esses processos de essencialização em prol de análises teóricas e objetificação de demandas políticas, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), orientada pelo paradigma desconstrutivista, compreende que em determinadas situações históricas e sociais, tendo em vista questões políticas, os grupos subalternos precisam recorrer ao “essencialismo estratégico”, entendido pela autora como uma prática subversiva com um objetivo político claro. Spivak adverte, porém, que o *essencialismo estratégico* deve ser utilizado com objetivos claros e por um tempo determinado, caso contrário, pode provocar abusos e atitudes totalitárias (SPIVAK, 2010.).

Tecendo uma análise sobre as perspectivas compartilhadas pelos Estudos Culturais, Pós-Coloniais e pela Antropologia, no que tange às compreensões, conceptualizações e teorizações sobre identidade, Hofbauer

(2009) argumenta que essas áreas chegaram a um consenso sobre os seguintes pontos. Há o entendimento por esses campos de saber sobre a necessidade de uma postura teórica com perspectivas anti-essencialistas, a fim de que os diferentes indivíduos não tenham apagadas suas respectivas experiências em favor de mobilizações políticas, entre outras, resultando naquilo que Paul Gilroy identifica como *absolutismos étnicos* (Gilroy, 2012, p. 84). Hofbauer também identifica que há um consenso entre essas linhas de pesquisas, de que a identidade deve ser tratada como um processo contínuo, como uma construção social que é articulada (definida e redefinida) dentro de contextos sociais e históricos específicos. Por fim, constata em suas análises teóricas sobre áreas citadas, que os processos de identificação são permeados por interesses, disputas por poder, conflitos etc., e articulam-se nos dias atuais frequentemente em consonância com estratégias de lutas políticas que visam à implementação de direitos especiais (individuais ou coletivos), explícitos neste trabalho pelas políticas de ação afirmativa (HOFBAUER, 2009, p.124).

Já no contexto dos estudos decoloniais, caracterizados como um projeto político-acadêmico, a compreensão de que os preceitos coloniais se fazem sentir ainda nos dias atuais devido a um “longo processo que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas da existência, da relação da natureza, etc. [...] forjadas no período colonial” (WYNTER, 2003 *apud* Bernardino-Costa *et. al.*, 2019, p.9), nos auxilia na sistematização de um processo de teorização conectado às demandas e realidade socioeconômica e político-cultural dos sujeitos envolvidos, racializando-os em determinadas circunstâncias com o objetivo de clamar por políticas que os beneficiem, e os diferenciando a fim de fazer valer demandas específicas.

Na epígrafe deste subtópico trago o relato de um de meus colaboradores neste trabalho, no qual o mesmo nos explicita sua consciência de que há – a exemplo da percepção de Scott sobre a alocação e representação institucional de grupos étnicos/raciais e sexuais em instituições distintas – instituições e espaços sociais nos quais a presença negra é mais ou menos aceita. Como instituição social “mais aberta” aos negros, Zumbi cita a cadeia, já a inserção de negros às instituições universitárias, o estudante concebe como um ato revolucionário, não “natural”. Daí o prenúncio do cotista sobre os possíveis

conflitos a serem suscitados pela ruptura de fronteiras e ressignificação de representações coletivas: “se isso não é algo natural a gente vai precisar se organizar para naturalizar a presença negra no espaço universitário porque sabemos, vão existir diversas barreiras” (Zumbi, estudante de psicologia, 23 anos).

Posto sob *rasura*, se desvela sobre o termo negro, como afirmam Avtar Brah (2006), Paul Gilroy (2007), Achille Mbembe (2018) e tantos outros intelectuais contemporâneos que se debruçam sobre o jogo de poder subjacente a *questão racial*, seu potencial político e cultural. Por sua vez, essas disputas politico-culturais têm sido, no campo teórico, negadas e invisibilizadas pelo conceito *negro* de origem e distintas teorias que visam as corroborar, limitando ainda nos dias atuais a consciência crítica sobre essa realidade a membros de grupos privilegiados e oprimidos por esses jogos de poder. Nesse contexto, o termo negro surge diante dos estudantes cotistas como significante social cujo “incômodo” não é ainda passível de significação, mas contundentemente desestabilizador de suas experiências e subjetividades.

Marcado por muitas novidades, os primeiros meses de aula na UEL são lembrados pelos estudantes cotistas como momentos de dor, sofrimento e grandes descobertas em meio a novas questões pedagógicas, econômicas, culturais e claro, identitárias, ali suscitadas. Objetivando expor empiricamente o modo com que essas experiências são sentidas, os paradoxos vivenciados pelos estudantes cotistas e mesmo uma maior aproximação com esse processo singular a cada estudante, trago a seguir o relato integral da experiência de Nakia, estudante de Ciências Sociais, sobre essa trajetória.

3.2.1 A trajetória universitária de Nakia

O sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo.

(Elias Canetti)

Realizada no campus da UEL, no dia 26 de julho de 2018, a entrevista com a estudante Nakia, pseudônimo escolhido pela própria entrevistada e que faz referência a uma guerreira negra, personagem do filme Pantera Negra (2018), ocorreu após agendamento prévio e disponibilidade da colaboradora. A fala foi guiada a partir de questões por mim suscitadas, as quais Nakia respondeu com muita articulação e espontaneidade. O relato da estudante abarca questões subjetivas, sociais, culturais e econômicas encontradas também nas exposições dos demais estudantes, daí a escolha desta narrativa em sua integralidade. A seguir a trajetória universitária de Nakia, 23 anos, estudante do quarto do curso de Ciências Sociais.

Você é estudante cotista?

Eu me inscrevi pelas cotas, mas não precisei da nota de corte exigida pelo sistema de cotas, mesmo assim me considero cotista. Eu me inscrevi pelo sistema de cotas ao me inscrever no vestibular, mas acabei tendo nota suficiente para passar pelas reservas universais.

E porque você se considera cotista, mesmo não se beneficiando das vagas reservadas a autodeclarados negros?

[...] lembrar que eu sou cotista é também um ato político, lembrar isso todos os dias mesmo não tendo passado pelas cotas. Até porque, para que houvesse o sistema de cotas muita gente teve que lutar, teve que literalmente derramar o sangue, então tem todo esse embate e eu acredito que se não fosse também pelas cotas eu não teria sido incentivada a prestar o vestibular. Mesmo não tendo ocupado a vaga de cotista eu me

considero cotista porque se essa política não existisse provavelmente eu não teria nem tentado entrar na universidade.

Porque você acha que se não existisse o sistema de reserva de vagas você não teria prestado o vestibular?

Eu vim de um ensino bem precarizado, eu estudei em colégio de bairro durante a vida toda e só no ensino médio eu passei a estudar no colégio Vicente Rijo, e mesmo assim, a gente acreditando que por ser uma escola localizada no centro teria um ensino melhor, não era isso o que acontecia. Então assim, com aquele conhecimento que eu tinha, que era muito pouco, era muito difícil competir com pessoas que iam pra aula comigo de manhã e que a tarde tinham condições de ir pro cursinho [pré-vestibular] e ainda a noite tinham possibilidades de usar internet em suas casas. Eu não tinha esse tipo de condição, eu estava muito mais atrasada do que essas pessoas, e sabendo da existência das cotas eu me senti um pouco mais incentivada. Antes eu acreditava que as cotas dariam algum tipo de benefício, mas a partir do momento que eu soube de fato o que é o sistema de cotas e como ele funcionava, mesmo com medo de não conseguir passar eu tentei e consegui passar no vestibular. Então foi devido a esse sistema direcionado a pessoas iguais a mim que eu me senti incentivada.

E quando surgiu essa percepção sobre o sistema de cotas?

Essa percepção surgiu um ano antes de eu entrar na universidade. Eu tive um primo que começou o curso de Ciências Sociais, mas acabou abandonando porque ele não conseguia conciliar estudos e trabalho, foi ele quem acabou conversando comigo sobre o sistema de cotas. E nesse mesmo momento, um ano antes de entrar na UEL, eu consegui colocar internet em casa e a partir desse momento, com as pesquisas que eu fui realizando, foi que eu consegui entender melhor o que era o sistema de cotas. No começo, com o que os professores falavam na escola, eu achava que era um sistema de vantagens, que era errado, mas a partir das pesquisas, das leituras que eu fiz, eu percebi que não sou só eu, que os negros estão trezentos ou quatrocentos anos atrasados em relação aos brancos, em todos os sentidos, e foi a partir daí que eu comecei a entender algumas coisas e principalmente a me aprofundar, porque até aí eu não sabia quase nada sobre a questão racial no Brasil e o modo como as relações raciais se desenvolviam por aqui.

Após a entrada na universidade, quais as suas primeiras percepções?

Quando eu cheguei aqui, num primeiro momento pra mim isso aqui era a Disney, um lugar onde todo mundo era aparentemente amigo, onde todo mundo era pobre, mas

dai a gente começa a perceber que na verdade as pessoas fazem cosplay⁵² de pobre na universidade. Então, ao final do primeiro semestre, ainda no primeiro ano da faculdade, eu tinha aula de sociologia com a professora Maria Nilza e ela informou a mim e a uma amiga que ela estava com vaga para uma bolsa de iniciação científica e aconselhou que concorrêssemos a bolsa. Dai teve uma prova e eu consegui a bolsa, foi a partir dai que eu tive contato com o NEAB [Núcleo de Estudos Afro-brasileiros] , a partir dessa bolsa de IC. E olha, foi no NEAB que eu aprendi tudo o que a graduação não me ensinaria e que sozinha eu não conseguia pesquisar suficientemente para entender coisas que hoje eu entendo sobre a questão racial.

Porque o NEAB e não a sala de aula foi capaz de lhe proporcionar esse conhecimento?

Primeiro que eu nunca havia tido uma professora negra. Eu me lembro até hoje que o primeiro dia em que tive aula com a Nilza, quando ela entrou na sala de aula eu fiquei muito emocionada, nesse momento eu saí da sala e fiquei chorando um tempo lá fora (risos). Já no NEAB, para poder participar das reuniões que acontecem a cada quinze dias, a gente tem que ler e apresentar capítulos de livros, então essas leituras também me possibilitaram aprender algumas coisas e também tem as pessoas envolvidas no projeto. Nós, os membros do NEAB, não ficamos só nas leituras e discussões dos textos, por convivermos muito tempo juntos, em meio a todo esse debate, acabamos por firmar fortes laços de amizade. Tem alguns estudantes negros que já estão ali há mais tempo, e tem também outros que vão chegando, e assim, todo mundo traz muitas coisas, muitas experiências de vida. Essas relações que foram acontecendo a partir do NEAB mudaram totalmente quem era a Nakia, a Nakia que entrou na UEL não é a mesma Nakia que vai sair da Universidade no final do ano.

Quem é a Nakia hoje?

Nossa, que pergunta! A Nakia hoje é um pouco mais rabugenta e, não vou dizer maliciosa, mas eu não consigo confiar tanto nas pessoas, isso a partir das coisas que venho vendo aqui na universidade. A gente entra na universidade com um olhar mais ingênuo, achando que vai estudar, vai sair dali e vai ter um emprego, mas dai a Nakia foi aprendendo que não é bem assim, que as coisas não são iguais para todo mundo e

⁵² Alusão ao termo em inglês, formado pela junção das palavras costume (fantasia) e roleplay (brincadeira ou interpretação). É considerado um hobby onde os participantes se fantasiam de personagens fictícios da cultura pop japonesa, utilizada pela estudante para ironizar os hábitos de alguns estudantes na UEL.

que por ser negro você tem que tentar fazer as coisas no mínimo duas ou três vezes melhor, e que mesmo fazendo três vezes melhor ainda é pouco, então não tem como, a gente fica um pouco mais maliciosa e rabugenta.

O que é ser rabugento, é você que acha isso de você, ou são as pessoas que a caracterizam assim?

Eu que acho isso de mim, porque como eu disse, eu entrei na UEL achando que isso aqui era a Disney, e hoje em dia eu não tenho mais disposição pra essa falsa ideia de que a aqui é Disney ou talvez um filme como American Pie. No começo eu achava que ia vir, ia estudar cinco dias por semana, nos finais de semana eu ia pras festas, mas aí veio a realidade. Ver que o processo pro negro não é tão simples assim foi me tornando uma pessoa mais dura. Ver as relações aqui dentro da UEL, enxergar a presença do racismo foi me deixando um pouco mais infeliz, mais rabugenta, analisando as relações, as pessoas, fazendo criticas, não aceitando esse jeito de ser da UEL.

Qual a sua percepção sobre o racismo aqui na UEL?

Olha, nos momentos em que o racismo foi diretamente comigo, foram situações sutis, situações em que alguém poderia ter questionado, como já aconteceu, “mas você tem certeza que é isso mesmo?”. Já aconteceu na sala de aula, por parte de professores e alunos, isso também acontece através de olhares, isso acontece quando você precisa pegar a chave de uma sala e o servidor pergunta se você é estudante da universidade, enfim, o racismo aqui na UEL se apresenta de uma forma muito sutil. Muitas vezes se eu não tivesse tido a possibilidade de conhecer outras perspectivas, a partir das leituras sobre questão racial e também das falas de outros amigos, eu talvez não veria algumas situações como episódios de racismo e deixaria passar, mesmo me sentindo mal. O racismo aqui tenta ser velado e é na maioria das vezes sutil.

Em meio ao cotidiano acadêmico, há algum momento no qual você é lembrada que é estudante cotista?

É louco isso, a maioria das vezes em que eu sou lembrada que sou estudante cotista são momentos nos quais eu estou com poucas ou nenhuma pessoa negra. É como se você fosse olhada como um ser fora do lugar, um olhar com um questionamento, o que você está fazendo aqui? O ser cotista tem isso, as pessoas te olham como se esse espaço não nos pertencesse, como se nós negros tirássemos alguma coisa delas, alguma coisa que eu não sei onde está, mas que elas acreditam ser delas por direito. Então assim, geralmente eu ando com um monte de amiga preta pra cima e pra baixo, um monte que eu digo são quatro, cinco, mesmo porque ainda

não tem tantos negros na universidade como eu gostaria que tivesse. Quando eu estou com essas pessoas eu não me sinto tão vista, tão vulnerável, como quando eu estou andando sozinha ou estou em algum espaço sozinha. Quando estou só é como se eu fosse uma “coisa” que não deveria estar ali, tipo um móvel fora do lugar, as pessoas me olham assim.

Qual a sensação diante desses momentos?

Olha, eu entrei em depressão profunda quando eu entrei na universidade, porque assim, tinha dias que eu não conseguia vir pra cá, por que isso aqui é lindo, a UEL é linda, a gente consegue aprender, a gente descobre muita coisa, mas ao mesmo tempo ela é muito cruel, e tudo isso mexe com o psicológico da gente (pausa, respiração profunda e choro). Eu fiquei bastante abalada por um tempo, tanto é que no começo do segundo ano de curso eu queria muito ter parado ou trancado o curso, mas não dá né, eu não tenho esse luxo de parar e dizer: “eu não quero mais porque eu não estou aguentando”. Acho que a maior felicidade da minha mãe é eu estar aqui dentro, então seria a maior falta de respeito da minha vida estar desestabilizada por um momento e querer desistir de tudo isso. Minha mãe sempre sonhou que eu estivesse aqui, e eu também sempre quis estar aqui, mas estar em uma universidade é algo muito pesado pra uma pessoa negra.

Quais os caminhos encontrados para aguentar esse peso?

Olha, se eu ainda estou aqui é porque os meus amigos pretos me ajudaram aqui dentro, eu sou extremamente grata a eles porque eles me mostravam a todo momento que eu não estava sozinha. A minha mãe também me ajudou muito a me manter nesse furacão, tanto com apoio financeiro e motivacional, ela não me deixou parar. Ir no terreiro de umbanda pra mim é também essencial pra conseguir voltar pra cá bem, eu comecei a frequentar o terreiro um pouco antes de entrar na UEL, justamente pra entender mais a cultura negra. Então assim, foram por esses motivos que eu consegui me manter aqui dentro. Também o engajamento na militância me ajudou muito, inclusive esses amigos pretos eram do Levante Popular da Juventude, e aqui na UEL a gente tem a célula estudantil, e a célula estudantil é dividida por setores, sendo que um deles é a célula de negros e negras, da qual eu participo.

E como você chegou até o Levante?

Foi logo que eu entrei no NEAB, lá eu conheci uma estudante que era do Levante e me apresentou essa entidade, daí a gente, eu e uma amiga preta, começamos a frequentar as reuniões e a militar pelo povo negro.

A autoafirmação negra tem início quando?

Engraçado que eu tive essa conversa com a minha mãe por esses dias. Eu estava falando sobre questões raciais e racismo e minha mãe disse: “nossa, você fala tanto de racismo”. Eu me descobri negra com seis anos de idade, que foi quando eu saí do espaço de casa, quando eu ia no máximo na rua de casa ou na casa dos meus parentes em um bairro periférico onde todas as pessoas eram pretas, eu lembro que tinha muita gente preta, lá era só alegria (risos). Mas ao chegar na escola eu descobri que as coisas não eram iguais em casa. Foi nesse momento que eu descobri que meu cabelo não era bonito, que meu nariz não era bonito, que meu rosto não era bonito, e que minha pele não era bonita, foi nesse momento que eu descobri que eu não era branca, não que eu achasse que fosse, mas eu não sabia que eu era uma coisa muito diferente. Isso tudo aconteceu quando eu entrei na pré [escola] e as pessoas, alunos e professores, fizeram questão de me apresentar a minha negritude. Já sobre ser negra na universidade, isso é uma coisa que depois dessa descoberta isso jamais se descolou de mim. Todos os dias eu acordo sabendo que eu sou uma mulher negra, que eu sou bissexual, qual é o meu papel, o que eu preciso fazer, e todo dia eu saio de casa pensando nessas coisas. Em todos os lugares nos quais eu vou estar eu vou deixar evidente que eu sou uma pessoa negra e também minha cara já expressa isso (risos). Mas eu faço com que as pessoas saibam que eu sei disso também, e que isso pra mim não é um problema, muito pelo contrário, Nakia e negra pra mim é a mesma coisa. Então assim, eu saio de casa com todas essas identidades, não escondidas na carteira, mas ali pra todo mundo ver, no meu corpo.

Hoje em dia eu vejo que assumir essas identidades é uma forma de resistência. Quando eu resisto, não que eu queira afrontar, mas essa é uma forma de afrontamento, essa é uma forma de mostrar pro outro que ele tem que te aceitar. Estudantes, professores, servidores vão ter que me aceitar nos espaços, pois eu vou estar em todos os espaços da UEL. Cabe a eles somarem comigo ou não, mas eu gosto de deixar evidente que eu existo.

Essas identidades as quais você mencionou, negra, mulher, bissexual lhe trazem algum sofrimento?

Eu acredito que as identidades não. Há um padrão de pessoas que são aclamadas. Assim, tem um padrão ao qual você tem que seguir, mesmo que institucionalmente não haja uma placa dizendo como você tem que ser pra ser aceito, há olhares e gestos que demonstram que não era pra você estar ali. Me olham diferente quando eu ando com a minha namorada, me olham diferente por eu ser negra, me olham

diferente por eu estar na universidade, então o problema não são as minhas características, o problema é a intolerância das pessoas. O que me machuca, o que me traz dor é o preconceito.

Qual o meio para que esses processos te machuquem menos?

O que eu venho fazendo é estudar. Antes eu dizia que queria entrar na universidade para ter um diploma, porque o único jeito de uma pessoa negra falar alguma coisa sem ser questionada é tendo um diploma, eu sei que até tendo um diploma ela é questionada, só que antes eu achava que isso mudaria. Hoje eu acho que o empoderamento intelectual tem me dado muita força pra eu conseguir me colocar nos diferentes espaços nos quais nós somos rejeitados, vamos dizer assim. O que a gente pensa, o que a gente fala é sempre rejeitado, até mesmo na universidade o que a gente produz é rejeitado, é o epistemicídio, e ele acontece mesmo. Então eu acho que a única forma de me colocar nos espaços é tentando ser duas vezes melhor, tentando ler mais, utilizando palavras difíceis que podem expressar o que sinto, enfim, é sendo duas vezes melhor.

O relato de Nakia nos permite visualizar alguns processos sociais e experiências de vida, responsáveis pela constituição e desestabilidade de percepções/subjetividades, sociais e de modos de ver e viver, através de processos de identificação, a realidade social. Como já visto nos depoimentos de Zumbi, Dandara e Gabriel, o processo de racialização e conseguinte identificação com a “identidade negra” se mostra como um momento de crise, cujos efeitos serão absorvidos de distintas formas, pelos distintos indivíduos defrontados por essa vivência.

Para Nakia, a identificação negra, e com ela todos os significados e opressões direcionados ao *ser negro*, apresenta-se já na infância, aos seis anos de idade, quando ao romper a fronteira familiar, a estudante adentra o espaço escolar, campo no qual professores e alunos, como expresso por Nakia, fazem questão de apresentá-la à sua negritude. Após essa “descoberta”, Nakia afirma que nunca mais esqueceu-se de ser negra. Ao longo do tempo outras identificações foram surgindo, mulher e bissexual, isso fez com a estudante, ao compreender-se como mulher negra e bissexual, passasse a se questionar sobre seu papel político em meio às lutas identitárias demandadas pela

comunidade negra e LGBT, o que, como relatado, toma o pensamento de Nakia todos os dias.

Ainda antes de sua inserção aos bancos universitários inicia-se um processo de aproximação de Nakia à “cultura negra”, explicita aqui na iniciação a Umbanda. Espaço no qual, como afirma a estudante, a mesma se inspira e que a motiva, após a inclusão universitária, a manter-se na UEL, diante de toda a hostilidade vivenciada. A melhor compreensão sobre a cultura e resistência negra é entendida pela estudante como fator de inclusão ao grupo negro, independentemente de outras experiências individuais e mesmo variáveis socioculturais.

O processo de identificações e a aproximação com a “cultura negra” faz emergir um sujeito político em Nakia. Esse sujeito, por sua vez, dotado de preocupações sociais que se entrelaçam às questões pessoais da estudante, mas que vão além de suas próprias indagações. É a percepção de si enquanto parte de um grupo (racial, sexual e de gênero) que à leva a luta por respeito e em prol de direitos coletivos, entendendo que da emancipação desses grupos depende sua liberdade individual, limitada pelas mais distintas formas de opressão.

O relato apresentado, sobre os conflitos, aprendizados e formas de resistência encontradas por Nakia para sua manutenção no meio universitário nos leva à compreensão, ao menos parcial sobre esse processo, de questões que subjazem a sociabilidade acadêmica na UEL, em particular com a implementação do sistema de cotas raciais. Ao longo da narrativa explicita-se a intersecção entre variáveis raciais, identitárias, econômicas, de gênero e sexual, que acabam por tecer as experiências e vivências sociais de Nakia. A desconstrução da UEL como uma “Disney”, logo no primeiro semestre após a “inclusão” universitária, é a responsável pelo fim da ingenuidade e conseguinte construção de uma perspectiva crítica, base para que Nakia passe a se ver como “rabugenta” e “maliciosa”.

Tendo a política de cotas com corte racial como um incentivo para o ingresso aos bancos universitários, Nakia descobriu que seu potencial para a resolução de questões no vestibular era semelhante aos de estudantes com

distintas experiências raciais, culturais, sexuais e com trajetórias educacionais relativamente mais privilegiadas. Mesmo não utilizando-se do menor percentual para a nota de corte, operacionalizado no processo vestibular a fim da garantia de reserva de vagas, que expressa a parte quantitativa do sistema de cotas, a identificação de Nakia com a identidade cotista deve-se à parte qualitativa desse processo, no qual a implementação das política de ação afirmativa é entendida pelos candidatos pretos/pardos como uma abertura e um chamado para ocupação de espaços até então restritos.

Em meio a um *campo* hostil, a professora Maria Nilza, os amigos pretos do NEAB, a mãe, o terreiro de umbanda e as leituras sobre a questão racial, referências pessoais e culturais negras, foram essenciais ao enfrentamento de uma depressão profunda, diante do entendimento de que o negro na universidade é visto como “um móvel fora do lugar”. Surge desse processo o entendimento de que suas identificações, negra, mulher, bissexual, pobre, não são determinantes em seu sofrimento, mas o preconceito, a discriminação, os olhares e gestos da comunidade acadêmica o são.

Por fim, a Nakia que entra na UEL não é mesma que sai de lá. O meio encontrado para amenizar o sofrimento é o “empoderamento intelectual”. As identificações já mencionadas serão utilizadas como forma de afrontamento e resistência. À comunidade universitária a estudante deixa opções em aberto, “Cabe a eles somarem comigo ou não”. Todavia, com a seguinte advertência, “mas eu gosto de deixar evidente que eu existo”.

Compreendo essa afirmação de existência como resistência a assimilação ao modo de “ser da UEL”. Como afirma a estudante, os problemas vivenciados por ela não se devem a suas características fenotípicas, socioeconômicas e culturais, mas sim a intolerância da comunidade universitária.

Verifica-se neste primeiro momento algumas questões e problematizações suscitadas pela noção essencialista subjacente às políticas de ação afirmativa, expressa pelo sistema de cotas referenciados em critérios raciais: a busca por outros discursos e narrativas capazes de abarcar as

experiências individuais e sociais do grupo étnico-racial negro e, por conseguinte, o questionamento do *status quo* acadêmico.

3.3 Resquícios da epistemologia colonial: conflitos, enfrentamentos e críticas à invisibilização e objetificação do negro e de suas peculiaridades socioculturais no meio acadêmico

Uma variável criticamente mencionada por Nakia foi a questão pedagógica e epistêmica vivenciada na UEL, mostrando-se também presente nos relatos dos demais estudantes, em grande parte, como uma das dificuldades para a sociabilidade acadêmica durante os primeiros meses na UEL. Para Nakia, o primo conhecedor das questões políticas implícitas no sistema de cotas, a Umbanda e a imersão no NEAB a trouxe questões, reflexões e o caminho para possíveis respostas sobre a questão racial que, de acordo com a estudante, os bancos universitários não seriam capazes de proporcionar. As reflexões da cotista sobre esse processo a faz identificá-lo como epistemicídio, ou seja, como invisibilização e não aceite acadêmico e social de saberes não-eurocêntricos para explicações críticas sobre a vida cotidiana.

Sobre o papel dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), presentes em distintas universidades brasileiras, autores decoloniais a exemplo de Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2019) salientam a necessidade de que esses núcleos assumam o protagonismo na descolonização dos currículos, possibilitando aos discentes o acesso a outras epistemes. Essas epistemes, por sua vez, em maior sintonia e que se alinhe à realidade socioeconômica e cultural dos grupos oprimidos. Deste modo os autores argumentam que:

Essa obviamente é uma necessidade para os diversos estudantes negros, que são, muitas das vezes, os primeiros de suas famílias a chegarem à universidade, que não querem reproduzir o cânone moderno-colonial, mas sim buscar de maneira ativa a produção do conhecimento a partir de suas

experiências e vivências (BERNARDINO-COSTA et. al, 2019, pg. 18).

Sobre a invisibilidade dada às experiências e vivências de estudantes negros no espaço acadêmico, é preciso lembrar que “a construção de um conhecimento sobre o negro sempre esteve condicionada às relações de poder político” (SILVÉRIO, 2019, p.271). Deste modo, o aprimoramento de uma visão crítica tem feito com que o processo pedagógico dispensado pelos docentes venha sendo objeto de críticas e questionamentos por nossos colaboradores.

Sobre essa realidade de disputas pela narrativa acadêmica Zumbi relata que o primeiro contato com a sala de aula foi de muitas reflexões, angústia e conseguinte temor por momentaneamente não vislumbrar a conclusão do curso de psicologia:

Por ser um curso integral e a maioria das pessoas assim..., psicologia é um curso bem elitista, mesmo que agora esteja entrando mais estudantes cotistas, o curso continua ainda bem elitizado. O problema é que também o pensamento dos professores continua elitista pra caramba. Mas mesmo assim, na parte pedagógica os professores, ao menos boa parte deles, sempre estiveram disponíveis pra explicar mais detalhadamente algumas questões e nos inserir nessa nova realidade. Eu tive muitos problemas com questões como, por exemplo, gasto de dinheiro com xerox e mesmo algumas explicações sobre os conteúdos trabalhados em sala. Como eu venho de colégio público a gente não vê muitas coisas, falta muito conteúdo. A primeira aula eu me lembro foi algo muito assustador. Era uma matéria super complicada de uma disciplina que é a principal ênfase do curso, que é análise do comportamento, e era uma professora que trabalha só com pesquisa. Ela é muito boa enquanto pesquisadora, com renome nacional e internacional, e a explicação dela é muito complexa, ela não sabe explicar de forma simples. Eu percebi que não era só os estudantes cotistas, a sala inteira ficou perplexa, não conseguiu entender muito bem o conteúdo passado, daí eu pensei: "meu, se essa galera que veio de escola particular, que estudou em colégio de rico, se eles não conseguem entender o que a mulher fala, imagina eu?, puts eu tô fudido". Daí vieram outras disciplinas eu comecei a entender um pouco melhor, mas em algumas disciplinas eu tive uma dificuldade extrema de conseguir compreendê-las, também

são disciplinas que exigem uma carga de leitura muito grande e que não faziam parte da minha realidade. Então uma das primeiras coisas que eu parei pra pensar foi que eu precisava começar a ler, porque eu não tinha o hábito de leitura na época do ensino médio, foi muito difícil pra mim essa nova adaptação. Eu precisava ler pra conseguir entender aquilo, o conteúdo, pra continuar atrás do meu sonho que era me formar na UEL, e também pra saber pelo menos o que perguntar na sala de aula, pra saber fazer alguma questão. Então assim, o primeiro semestre foi muito difícil, mas aí no segundo semestre eu comecei a entender que não era tão difícil, já fui começando a compreender a dinâmica do curso, inclusive nessa primeira aula eu pensei, vixe se a psicologia for isso eu já vou desistir, eu acho que eu não vou conseguir, parece que realmente não é pra mim esse negócio. Mas aí, falando muito com a minha irmã, e minha irmã sempre dizendo, “não, a gente não vai desistir coisa nenhuma”, aí eu dei continuidade e tô no curso até hoje, inclusive questionando algumas leituras e mesmo a falta de problematização da questão racial em algumas disciplinas, os professores e os alunos ficam loucos quando eu começo a questionar (risos) (Zumbi, estudante de psicologia, 23 anos).

Gabriel também sinaliza a parte pedagógica como extremamente conflitante com sua trajetória de estudante da rede pública, na qual a defasagem de ensino, de acordo com o estudante, dificultou em muito seu início como estudante universitário.

Eu tive muita dificuldade no começo, por ser PBL⁵³, por ter que se expor todo dia, e se você não falar no tutorial você não vai ter nota, e fica uma pressão louca em cima do aluno. O meu primeiro ano foi sofrido, eu tive muita dificuldade em me expor, e assim, a gente foi informado de um programa de apoio aos alunos, mas era um programa que não ia atrás dos alunos, esperava o aluno chegar ao programa. Mas a gente precisa entender que no primeiro ano o aluno não acessa essas

⁵³ Utilizado como metodologia pedagógica no curso de Medicina, o Problem Based Learning (PBL) é um método em que os estudantes fazem apresentações orais sobre algum diagnóstico médico, na quase totalidade das aulas. Isto, por sua vez, faz com que os estudantes sintam-se mais expostos, diante de um público composto pelos demais colegas de classe e professores.

informações tão facilmente. Então assim, eu tive muitos problemas no passado, agora no segundo e no terceiro ano foi mais de boa, já consegui me adaptar mais. Tem também essa questão de aprender sozinho, que é uma exigência do curso. Hoje pra mim é muito fácil, eu pego o meu xerox e consigo estudar, aí eu vejo tudo na minha cabeça, então eu consigo lidar, mas no início foi muito difícil. As minhas notas não eram tão boas, mas com o decorrer do tempo eu consegui acompanhar. Por ter vindo de escola pública, que é extremamente problemática, foi no cursinho pré-vestibular que eu consegui complementar a minhas defasagens escolares. Então assim, sobre o conteúdo em si não foi muito difícil, foi mais essa questão de se expor mesmo, e de ter que estudar sozinho. Aí assim, tem outra coisa também, você vem pro tutorial mas você tá pensando nas contas do mês, você vem pro curso mas você tá pensando no como fazer pra pagar suas contas, pra conseguir que tudo corra certinho. Então, juntou tudo isso, essa questão de sair da minha cidade e vir pra uma cidade totalmente grande, totalmente diferente que é Londrina e também tem todo esse racismo velado, que a gente não sabe bem entender de onde vem, mas que nos afeta muito. O que eu vejo é que muitas vezes, eu tenho amigos que sofrem até hoje, não conseguiram ainda se adaptar com essa nova realidade, eu conheço pessoas que pararam porque não estavam conseguindo levar o curso (Gabriel, estudante de medicina, 21 anos).

Como verificado nos relatos, Zumbi, Gabriel e os demais colaboradores deste trabalho demonstraram êxito diante dos conflitos e dificuldades pedagógicas no que tange ao aprendizado, não obstante devemos nos questionar sobre aqueles estudantes que por pressões como essas vieram a interromper seus sonhos. Campo no qual muitas das experiências anteriores dos estudantes cotistas acabam por ser deslegitimadas, a adaptação a uma nova linguagem e a novos códigos simbólicos demonstra-se como mais uma barreira a ser rompida. Também a invisibilidade dada a seus antepassados e mesmo a leitura teórica equivocada sobre a cotidianidade da população negra,

vivenciadas na prática pelos estudantes cotistas, tende a dificultar um processo de aprendizado que os negue enquanto sujeitos e os inferiorize enquanto grupo social. Constata-se deste modo que identificação como estudante universitário, socialmente compreendido como aquele sujeito apto a assimilar e a manusear a episteme colonial, não surge concomitantemente ao ingresso na instituição, mas sim após a “adaptação” e ao manuseio desses novos conhecimentos.

Ora, o restrito acesso de negros a capitais hegemônicos específicos (científico, social e cultural-erudito) e também ao campo universitário foi o que levou à sensibilização e conseguinte derramar de lágrimas de Nakia, ocorrido diante do primeiro contato com a professora Maria Nilza, sua primeira professora negra na trajetória educacional. Ter uma referência negra nesse novo campo no qual Nakia se sentia hostilizada a permitiu vislumbrar a possibilidade de superação das dificuldades e barreiras até ali encontradas.

O maior domínio sobre o conhecimento científico exigido pelo campo acadêmico e, conseguinte, “empoderamento intelectual” por parte dos estudantes, utilizando-me da expressão de Nakia, tem provocado questionamentos a esses saberes hegemônicos. Indagações essas suscitadas a partir da problematização sobre os sujeitos envolvidos em meio a generificação que caracteriza as teorias apresentadas pelos docentes em sala de aula. Sobre esse processo José, estudante de psicologia, nos relata um episódio ocorrido.

Com o tempo, depois que o medo do não conhecimento passa, você começa a refletir sobre as aulas, as falas dos professores e o modo como eles problematizam algumas questões. Outro dia mesmo, em uma aula de psicologia social a professora tava falando sobre a questão do aborto. Ela fez toda uma argumentação acerca dos impactos psíquicos do aborto, suscitados em uma mulher, mas em nenhum momento ela especificou qual o tipo de mulher da qual ela estava falando. Os alunos também não se questionam se essa mulher é negra, branca, japonesa ou indiana, não se questionam se ela é pobre, moradora de um bairro periférico ou mesmo em situação de rua, ou se ela é rica, talvez uma executiva numa grande empresa. Dai eu fui questionar a professora sobre essa minha reflexão, e ela ficou puta, disse que em sala de aula não era a hora de questões políticas e que ela estava seguindo a bibliográfica da

ementa. Os demais alunos ficaram todos em silêncio, mas deu pra perceber que eles concordavam com ela, como se eu tivesse atrapalhando a aula. Mas daí eu e alguns amigos do *Quilombo* [Coletivo Quilombo Neusa Souza] fomos falar com o coordenador do curso e ele sugeriu que indicássemos algumas referências bibliográficas sobre o assunto, e que na próxima reunião de colegiado ele ia colocar esse assunto na pauta (José, estudante de psicologia, 20 anos).

O argumento da professora à questão de José, de que a sala de aula não era o momento oportuno para questões que em seu entendimento eram políticas, nos possibilita a percepção sobre o modo com que os jogos de poder, base para a manutenção tanto de privilégios quanto de subalternização dos diferentes grupos sociais, se manifestam na vida cotidiana. Utilizando como suporte para seu posicionamento contrário à problematização de que o aborto afeta de diferentes modos os diferentes sujeitos sociais, a docente recorre à ementa da disciplina, documento institucional que rege os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Implícito neste argumento está a reivindicação de impessoalidade da docente no trato dado aos impactos psíquicos suscitados pelo aborto. Por outro lado, a postura do coordenador do curso diante a demanda de José e demais estudantes do *Coletivo Quilombo Neusa Souza* coloca em xeque essa tentativa de impessoalidade e desvinculação política no âmbito acadêmico, ao solicitar que os próprios estudantes indiquem referências bibliográficas, abrindo-se assim a possibilidade de que os estudantes possam vir a interferir no modo com que o tema é tratado em sala, sem ferir a prerrogativa científica exigida no âmbito acadêmico.

A criação de coletivos e mesmo o contato entre estudantes cotistas nas salas de aula, projetos de pesquisa e demais espaços do campus têm sido responsável, como já diagnosticado por Nakia, pelo aumento de autoestima, visão crítica, resistência e acolhimento. Junto a esses elementos, o questionamento crítico sobre as abordagens teóricas utilizadas em sala são também um fenômeno identificado. Ainda sobre episódios desse tipo, de questionamento aos saberes hegemônicos, Lainer e Giovana, estudantes do curso de história e colegas de sala, nos relatam algumas experiências.

Todas as terças-feiras nos temos uma disciplina de estágio, e o conteúdo é sobre cultura afro, e pra mim toda terça-feira é um mantra, eu começo no ônibus: “não vou dar patada na professora, vou ser gentil com professora, não vou dar patada na professora”, mas chega aqui eu sempre dou patada na professora! Porque em meio à exposição ela sempre solta um “mulatinho”, ou um “de cor”, eu não aguento e digo: “ow professora, não é assim que funciona, tem muito senso comum nessa sua fala” (Lainer, estudante de história, 22 anos).

Eu acho que os debates no ramo historiográfico, em particular na história, são muito atrasados. Às vezes você tenta desenvolver um trabalho e não consegue porque o professor diz que esse é um trabalho de sociólogo e não de historiador. Segundo eles o historiador tem que respeitar o momento histórico e social. Então vamos supor, se na época da escravidão o sujeito era visto como objeto, eu não posso falar que naquela época existia racismo e sim, eu tenho que tratar o negro como objeto, ou trazer um historiador que debata essa ideia do negro como objeto e faça uma crítica sobre essa perspectiva. Só que assim, não tem historiador que faça isso, e eu enquanto graduanda não tenho legitimidade para falar. O debate historiográfico é muito atrasado em relação ao modo como perspectiva o negro (Giovana, estudante de história, 25 anos).

Na verdade, não é que não tem quem trabalhe com essa temática numa perspectiva crítica, é que eles [docentes] não passam esses intelectuais pra nós. Por exemplo, meu trabalho de TCC faz o recorte racial, daí eu pergunto pro professor: “professor você tem alguma indicação de historiador que fale do Brasil e que seja brasileiro?”, daí ele fala: “Tá, tem esse, esse e esse”, daí eu pergunto: “tem algum historiador que fale do Brasil, que seja brasileiro e que seja negro?”, daí ele me respondeu que não há, só há antropólogos! Então eu argumentei que tem sim, tem a Beatriz Nascimento por exemplo. Então você vê, tem historiadores negros que buscam perspectivar a história por outro viés, mas os professores aqui na UEL e em outras universidades não se atualizam, não buscam saber (Lainer, estudante de história, 22 anos).

É verdade que são escassos os historiadores que tratam o tema da negritude, são bem poucos, e o nosso departamento é bem atrasado, são raros os professores que trabalham a temática negra. Também tem os alunos, que quando vão trabalhar a temática negra não têm uma preocupação em serem críticos. Por exemplo, quando se fala sobre a ditadura, a Segunda Guerra

e tantos outros temas, eles buscam a fonte, buscam embasamento teórico, mas quando vai tratar do negro eles simplesmente tratam o negro como algo cotidiano, algo do dia a dia que não precisa ter embasamento teórico para ser debatido. Então por conta disso, às vezes acontece algumas situações constrangedoras dentro da sala de aula. Outro dia mesmo, a sala teve que apresentar o relatório de estágio, daí uma aluna falou assim: “ahh, porque na minha sala do estágio no ensino médio só tem gente moreninha”, daí eu fiz aquela cara bem agradável sabe? (risos), daí ela completou, “ahh, não tem gente parda igual a Giovana”, e apontou pra mim. Então você vê, ela ainda tá me usando como exemplo na sala de aula. Após isso, o meu grupo foi o segundo a apresentar, depois do grupo dessa estudante, e eu não deixei barato né! Eu falei olha: “No Brasil é definido como negro todos aqueles sujeitos que têm traços negroides e que sofre alguma discriminação. Moreninho é branco de cabelo preto, pardo é papel, eu sou negra!”. Daí a gente entrou nesse debate e depois ela veio me pedir desculpa, então eu disse: “beleza, eu te desculpo, mas você como acadêmica sabe como pesquisar as coisas”, e ela disse: “ahh, mas meu pai é negro”, e é nessa hora que a gente entra em desespero né! (risos), aí eu tive que escutar que o pai dela é tão negro que quando toma sol ele fica azul, daí eu não aguentei e perguntei: “nossa, mas seu pai é mutante, por que pra ele ficar azul?”(risos), daí eu não aguentei essa conversa e sai de perto dela. E em outras conversas que eu já presenciei, por parte dela, o argumento dela é que ela não tem o hábito de andar com pessoas negras, então tem muitas questões que ela não consegue entender. Mas eu penso, você é uma acadêmica, você sabe pesquisar, você sabe onde encontrar respostas, então por que não usar essa autonomia. Dentro do curso de história eu acho que é isso, eu acho que professores e estudantes andam muito atrasados e cabe a nós, estudantes negros e cotistas, mudar essa realidade (Giovana, estudante de história, 25 anos).

Estudantes do quarto ano do curso de história, os relatos de Lainer e Giovana nos permitem aferir algumas das mudanças individuais e coletivas suscitados a partir do “empoderamento intelectual” dos estudantes cotistas. Ao questionar concepções epistemológicas, narrativas de professores e estudantes e mesmo a oferecer referências teóricas alternativas à conservadora bibliografia até então utilizada, a comunidade acadêmica, nesse caso específico docentes e discentes do curso de história, se veem diante de questões até ali invisibilizadas e mesmo naturalizadas pelo racismo institucional e epistemicídio acadêmico.

Também os cotistas são indagados pelas próprias questões que levantam, pois tomados pelo pensamento crítico, já não são capazes de se calar diante dos flagrantes mecanismos científicos utilizados para a manutenção da subalternização negra. O enfrentamento político e conseguinte busca por outros discursos, que sejam capazes de inserir os saberes e a experiência negra, surge nesse contexto como algo inerente ao estudante cotista⁵⁴, mesmo sem as ferramentas (conhecimentos teóricos) necessárias a esse embate.

Para além da dificuldade em ressignificar o negro enquanto sujeito, do ponto de vista epistêmico, há também a limitação em respeitar a cultura e demais artefatos culturais da cultura africana e afro-brasileira. Exemplo dessa realidade se dá quando da tematização das religiões de matriz afro no ambiente acadêmico. Isabela, candomblecista e discente do curso de pedagogia, nos relata algumas dessas experiências vivenciadas em sala.

Na pedagogia por exemplo, esse debate racial não existe, e quando a gente tenta implementar essa questão é o caos. A nossa turma é majoritariamente formada por meninas brancas e evangélicas e assim, assumidas negras tem eu e a Aline. Sobre os professores, agora no primeiro ano nós não temos nenhuma professora negra, dizem que até tem uma no departamento, mas nós ainda não tivemos aula com ela. Quando tem esses debates sobre o tema racial, as colegas já nos olham com uma cara como que querendo nos exorcizar, tipo, “lá vem ela falar sobre coisas que não tem a ver a com aula”. A recepção das questões que colocamos em sala depende de até onde a gente vai na discussão. Por exemplo, se a gente começa a falar sobre religião, nós já somos interrompidas, falar sobre religiões de matriz afro é um tema tabu na sala, é um tema que não se abre pra discussão e as professoras também não sabem lidar com esse tema. Então fica assim, não há espaço pra cultura negra no curso de pedagogia. Já se a gente começa a falar sobre desigualdades raciais, elas entendem que a gente tá falando sobre questões econômicas, daí a discussão até que avança um pouco mais, mas aí o argumento delas é que sobre fatores econômicos não há o que o curso de pedagogia falar. É interessante que além de nós duas tem outras meninas de pele

⁵⁴ Me refiro aqui aos estudantes cotistas membros dos coletivos de estudantes negros os quais entrevistei, não objetivando deste modo abranger estudantes cotistas que não participem destes coletivos.

preta que não se consideram como negras, mas sim como pardas, e nesses debates elas tomam o partido dessa galera branca, sem nem pensar sabe?! Então assim, eu pertença ao candomblé e gostaria de poder desmitificar algumas visões erradas que as pessoas têm sobre a minha religião, a começar que elas nem acham que candomblé é uma religião. Achei que por ser uma universidade isso seria mais fácil do que debater isso no meu bairro, doce ilusão, o racismo está em todo lugar! Então assim, eu vejo que na pedagogia esse debate crítico sobre a temática racial está muito longe de acontecer (Isabela, estudante de pedagogia, 24 anos).

Nos é interessante a percepção, observada nos relatos de José, Lainer, Giovana e Isabela, sobre o entendimento de docentes e discentes de que a temática racial não é por vezes considerada como tema intrínseco aos debates em sala de aula, sendo também considerado como tema tabu em determinadas circunstâncias, desprovido da necessidade de análise crítica em outros e mesmo considerado como tema político em certos contextos. Deste modo, quando da problematização e questionamento sobre a neutralidade científica e acadêmica no tocante à temática racial, nossos colaboradores mencionam os olhares de desaprovação e as reações inóspitas como revide à seus respectivos posicionamentos críticos.

Questionados por docentes e discentes, a busca por referências bibliográficas, a leitura desses, a reflexão cotidiana sobre as construções sociais e raciais e os diálogos sobre as experiências raciais vividas, entre colegas negros, torna-se um *modus operandi* na vida cotidiana no contexto universitário. Deste modo, o revisitar da própria trajetória de identificações e assim a própria identidade aparece como uma constante na fala dos estudantes cotistas. Importa salientar que a identificação negra é a primeira a ser *rasurada*, todavia, não sendo a única. Sobre esse processo, Beyonce e Matheus, estudantes de ciências sociais e relações públicas, respectivamente, nos possibilitam um melhor entendimento.

Pensar essa questão de ser preto, negro e tal é uma coisa muito louca, eu sempre penso isso. Quando eu fui chamada pra fazer

a entrevista de [homologação] de cotas eu fiquei muito assim, eu morava em São Paulo e pensei: “eu vou ter que ir lá na UEL pra esse povo ver se eu sou preto ou não”, e eu fiquei com isso na cabeça né. Mas aí você vai pensando a fundo, depois de uma certa vivência aqui na UEL e você percebe que essa entrevista não é pra você que se sabe negro, mas sim pros brancos que tentam burlar as cotas e também pros pretos que não sabem que são negros. Eu vejo que esse meu pensamento inicial, sobre ter que comprovar que eu sou negro, se deve ao fato de já me entender como uma pessoa negra. Eu já entendia todo esse babado, que o racismo estrutural fode a nossa vida em todas as esferas da vida, mas eu não sabia sistematizar isso. Aí eu vejo que eu ainda acreditava muito nessa falácia de democracia racial. Mas nessa entrevista de cotas eu vi a dona Vilma, e ela me olhava nos olhos o tempo todo, ela explicou o que eram as ações afirmativas, o que era as cotas raciais, e o interessante é que na minha banca só tinha candidatos pretos, e a dona Vilma fez questão de explicar tudo, ela sabia que algumas pessoas não sabem que são negras. Hoje eu vejo que no curso de [ciências] sociais não tinha muito problema, mas que em cursos mais concorridos todo mundo quer “ser negro”, pra poder entrar pelas cotas. Nessas horas, lembram que a mãe, o pai, a avô são negros, lembram de que mesmo não tendo fortes traços negroides são negros, mas depois de entrar na UEL nem se lembram disso. Eu me lembro que eu fiquei tão impactada com aquela conversa da dona Vilma, que eu sai da entrevista, digeri tudo aquilo e depois voltei lá e disse que eu queria saber mais sobre a temática racial, daí ela me falou sobre o NEAB. Depois disso eu entrei no site do NEAB, já comecei a estudar, ir atrás dos grupos, isso desde o primeiro ano da faculdade, e nesse momento eu já entrei em crises loucamente e fui vendo como eu era negra e não preta. Quando você começa a estudar sobre o racismo, quando você começa a construir conhecimento sobre ações afirmativas e você começa a falar sobre desigualdades e de repente percebe que você é o sujeito dessa opressão você entra em crise. As minhas crises vieram por achar, até aquele momento, que eu ia conseguir vencer o racismo sozinho e ia conseguir libertar todas as pessoas. Então a crise veio por entender que é um processo e que o que eu posso fazer é colaborar pra esse processo, e que daqui a alguns anos, talvez uns 200 anos, a gente vai conseguir ter uma sociedade um pouco mais igualitária. Mas quando você estuda o racismo, você começa a se identificar a todo momento, por que ele estrutural né, tá em todo lugar. Ai você começa a perceber a tiazinha a noite quando você está andando, porque eu sou alta, sou uma bicha imensa de quase dois metros de altura, eu percebo que eu estou com medo das pessoas, estou morrendo de medo das pessoas na rua, mas as pessoas também estão com medo de

mim. A minha pele fala mais alto, o meu black fala mais alto. Eu tenho o habito de andar toda bonita, então assim, como eu sei disso, desse medo das pessoas quando eu ando a noite na rua, em resposta a essa esteriotipização eu dou uma de louca mesmo, faço eles passarem esse medo, fecho a cara, encarno o negro mau e deixo meu lado bicha ali quietinha, isso até como uma forma de proteção pra mim. Então a partir desse processo de me reconhecer e me ver como negro eu entendi que sim, somos negros, mesmo que alguns saibam disso e outros não. Ainda sobre esse processo de autorreconhecimento, uma vez eu estava em um mercado e eu fui comprar uma máscara para cabelos e acabei pegando uma tresemé para cabelos ressecados, uma marca que eu sempre usei, e uma amiga que estava comigo, também cotista aqui da UEL, me disse assim: “mas seu cabelo não é ressecado, porque você tá comprando esse produto?”, dai fiquei chocada, percebi que eu nunca tinha parada pra pensar no meu cabelo, daí eu fiquei parado e pensando e disse: “nossa, verdade”. Daí ela me apresentou uma linha de cosméticos que é pra cabelos afro. E olha que louco, minha mãe é cabeleireira e eu tenho “milhões” de primas e todas usam esse tipo de produto, pra cabelo ressecado. Quando eu disse que nossos cabelos não são ressecados elas ficaram passadas, isso porque elas são muito críticas, mas não haviam se atido pra isso, sobre essa forma de racismo que nega nossas singularidades, nosso próprio corpo. Nossos cabelos são crespos, não ressecados. A partir disso eu comecei a estudar estética negra, identidade da população negra e beleza negra e fui entendendo que a gente é tolhida de se amar como nós somos. Foi a partir desses novos conhecimentos que eu fui me vendo e me construindo como uma bicha preta. Eu sempre fui bicha, só que tava ali escondida, recalçada. Eu era da igreja Assembleia de Deus, trabalhava na Mercedes Benz, então assim, não dava pra sair gritando que eu era preta e bicha, dai eu ficava escondida, tentando nem pensar nessas coisas. Mas nesse universo de novas possibilidades e de aproximação de pessoas que pensam sobre a opressão negra, não tem como se esconder (Beyonce, estudante de ciências sociais, 26 anos).

O relato sobre a trajetória pessoal e acadêmica de Beyonce nos abre a possibilidade para uma efetiva compreensão sobre o modo com que a militância negra e o discurso científico, tanto colonial quanto aqueles que os questionam, influenciam o modo com que os sujeitos vivenciam suas respectivas identificações identitárias.

Ciente de seus traços negroides, o desconforto em ter que comprovar sua negritude frente à banca de homologação acaba por suscitar as primeiras questões sobre o modo com que Beyonce entende a identidade negra. Desde modo, a primeira conclusão é a de que esse ato institucional não se direciona à estudante enquanto ser individual, dotada de experiências particulares, mas sim, através de um processo de racialização, como pertencente a uma coletiva racial. Há nesse momento a percepção de que constituem o grupo negro pessoas que, mesmo com traços negroides, não se sabem negras. Também pessoas brancas que por conveniência buscam incluir-se momentaneamente ao grupo negro, a fim de usufruir de políticas públicas voltadas à comunidade negra, mas que após a banca de homologação voltam a gozar de sua realidade racial. Diante dessas constatações a estudante compreende a necessidade de sistematizar suas vivências pessoais e mesmo no âmbito do ativismo. Esse objetivo a leva aos estudos sobre a questão racial e também à inclusão em grupos acadêmicos de discussão sobre a temática.

Esse processo de imersão à temática racial e contato com teorias que a permitem desmitificar aspectos da realidade social experienciada pela população negra foi responsável para que Beyonce, utilizando as palavras da mesma, entrasse em crises loucamente. A percepção de que a própria estudante é o sujeito das opressões explicitadas nos estudos sobre os quais se debruça levam-na a essas crises, “quando você estuda o racismo, você começa a se identificar a todo momento, por que ele é estrutural né, tá em todo lugar”, constata a colaboradora.

A compreensão de que os termos preto e negro, expressões utilizadas anteriormente a entrada na UEL para identificação de sua pele, têm conotações distintas faz com que Beyonce tenha a percepção de que “somos negros, mesmo que alguns saibam disso e outros não”.

Ciente de que em determinados contexto sociais “a minha pele fala mais alta, o meu black fala mais alto” e que isso resultará em processos opressivos, estrategicamente a estudante manipula algumas identificações, exaltando em determinados momentos algumas “identidades” para a proteção de outras, “fecho a cara, encarno o negro mau e deixo meu lado bicha ali quietinha [...]”. Ao

mobilizar as identificações homem e negro, Beyonce sabe que numa sociedade caracterizada pelo machismo, racismo e pela heteronormatividade sua sexualidade estará ao menos momentaneamente segura.

Interessa-nos a percepção do quão complexo é o racismo à brasileira. Mesmo diante das crises, aprendizados e sistematização de seu *modus operandi*, a estudante se vê “chocada” diante de mais uma das “armadilhas” intrínsecas ao racismo, a naturalização da negação das singularidades e do corpo negro. Essa consciência surge no momento em que uma amiga questiona Beyonce sobre o motivo pelo qual a mesma usa determinado produto para seu cabelo. Entendo-o como resacada, é amiga de nossa colaborada que a leva a descoberta de que na realidade seu cabelo é crespo, um tipo distinto ao paradigma de cabelo hegemônico, e não inferior a ele.

Essas novas experiências acadêmicas, militantes e subjetivas que a levam ao entendimento sobre as dificuldades de autoestima identificada particularmente na população negra, fazem com que a estudante passe a realizar pesquisas e criar conhecimentos sobre estética negra, identidade da população negra e beleza negra. Além de pesquisadora explica que “foi a partir desses novos conhecimentos que eu fui me vendo e me como uma bicha preta”.

Ainda sobre esse processo de consolidação e construção de novas identificações, Matheus o perspectiva da seguinte forma:

É legal quando eu paro e penso, quando eu vejo alguns estudantes com dificuldade de se definirem como negros. Foi através da graduação que eu passei a me identificar como negro, gay foi uma identidade que eu já tinha assumido pra minha família antes de entrar na UEL, agora descobrir que eu sou negro e que eu tenho uma ancestralidade tão forte, e uma cultura imensa atrás de mim, e isso não é passado nas mídias, não é passado nas novelas e em lugar nenhum, foi um boom pra minha cabeça. Tanto é que essas novas descobertas é algo que me inquieta, algo que eu estudo e que é o objeto do meu TCC, essa busca pela ancestralidade negra, a busca pelos feitos, pelas heranças das populações negras. Eu quero entender tudo o que a sociedade me toliu, tudo o que ela me roubou, enfim, tudo o que foi soterrado pela história. Então assim, pra mim hoje

em dia, verbalizar minhas identidades é como falar o número do meu RG, sai espontaneamente, sou negro, sou bicha, é uma coisa minha, não tem por que eu não falar. Na verdade, foi uma coisa que foi se tornando natural, no começo era difícil, doía. Mas hoje eu lido bem com a minha estética, me olho no espelho e me gosto (Matheus, estudante de relações públicas, 22 anos).

Matheus nos explicita o modo com que esse processo de identificações, que como o mesmo identifica como não sendo natural, passa a naturalizar-se em seu cotidiano, relacionando-o com a objetividade e dessubjetivação expresso pelo número de um Registro Geral (RG). É essa percepção essencializada, enquanto sujeito coletivo negro que o leva a inserir-se no campo de pesquisa acadêmico, objetivando reconstruir a trajetória de seus “ancestrais negros”, e assim dar visibilidade à seus feitos. Contrapondo-se à visão sociocultural e epistêmica hegemônica/colonial, o estudante tem por intuito a naturalização e respeito das distintas identificações raciais e sexuais.

O melhor entendimento sobre o racismo e seus efeitos sociais e subjetivos permite com que os estudantes cotistas revejam comportamentos anteriores, compreendidos agora como autodepreciativos e violentos para consigo mesmo. Comportamentos esses escamoteados e naturalizados no dia a dia, em prol de uma padronização sociocultural e de beleza cujas referências são a heterossexualidade/ a branquitude/ o patriarcado/ a moral cristã/ o capitalista/ e o modo de civilização europeu e, com eles, a reprodução dos padrões hierárquicos globais já existentes (GROSFOGUEL, 2008, p. 113 in BALLESTRIN, 2013, p. 101). Como já abordado por diversos estudiosos nacionais, sendo os trabalhos elaborados por Nilma Lino Gomes (2006a, 2006b, 1995) referência no assunto, o cabelo e a corporeidade são objetos privilegiados para o despertar de identificações e também do engendramento de profícuas análises acerca da compreensão sobre identidades negras. Nesse sentido, como já abordado por Beyonce, mesmo diante da consciência sobre a realidade do racismo à brasileira, certas naturalizações só passam a ser questionadas após muitas reflexões e mesmo auxílio de pessoas que já passaram pela mesma experiência e que posteriormente puderam-na sistematizar, esse é o caso do cabelo enquanto marcador identitário.

[...] os padrões que recaem sobre a mulher são assim, devastadores. Eu me lembro que antes de passar por todo esse processo de conscientização e de crítica eu alisava o cabelo, na verdade eu alisava desde pequena, e eu me achava linda, bonita, até que um dia, já no final do primeiro ano da facul[dade], eu parei e pensei: “gente, mas isso não sou eu né”, essa não é realmente quem eu sou, sabe!?. É engraçado que essa questão apareceu pra mim num primeiro momento no final de 2012, ano em que eu entrei na UEL, mas aí eu não consegui fazer nada a respeito, e continuei alisando o cabelo. Mais de um ano depois, no começo de 2014, eu parei e pensei: “eu não quero mais saber disso, não vou mais alisar”, daí eu raspei o cabelo, eu queria começar um processo novo. Só que pra mim foi bem *bad*, foi bem difícil aprender a me amar como eu realmente sou, no começo eu achei que não ia conseguir porque mesmo tendo toda essa consciência sobre o racismo e tal, mudar aquilo que você sempre pensou que era o certo, ter o cabelo liso, é muito, muito difícil. Então foi essa a questão, eu tive que me redescobrir, redescobrir como me amar do modo como eu realmente sou e saber que o que define minha beleza não é um cabelo liso. Esse processo só foi possível pela convivência com amigas que já passaram por esse processo, pelas leituras, e todas essas coisas me fizeram refletir e pensar muito sobre o motivo pelo qual eu alisava meu cabelo, o que me levava a pagar tão caro pra passar um negócio tão forte e que me fazia mal, que quase me deixava careca, que é um processo horrível até pro próprio cabeleireiro que tem que inalar toda aquela química, além de perder pelo menos umas oito horas do meu tempo com todo esse sofrimento (Marcia, estudante de pedagogia, 25 anos).

Processo que se contrapõe aos cânones sociais, a busca por uma outra alternativa de padrões sociais e, por conseguinte, de vivenciar a realidade social se apresenta como algo complexo, caracterizado pela hostilidade e mesmo pela solidão. Historicamente ligado aos padrões euro/americano de beleza, assumir um cabelo cujo imaginário social vê como inferior/feio afeta diretamente o modo com que o próprio sujeito se vê, impondo-lhe sobre sua subjetividade questões que afetam diretamente sua autoestima. Como visto no relato de Marcia, por si só a consciência sobre os modos com que racismo acaba por fazer com que nós negros nos neguemos em nossos corpos e subjetividade não é suficiente para a

ruptura e conseguinte agir prático a fim de uma nova visão sobre a estética negra, cabendo às referências pessoais papel imprescindível nesse ato de desconstruir-se e reconstruir-se. Deste modo, é através da percepção enquanto grupo social, mobilizado por critérios raciais essencializantes, que a possibilidade de autoestima, facilitada por negros que talvez não “se saibam negros” e mesmo com outras experiências e trajetórias de vida, se faz possível.

Eu me lembro que quando eu era criança eu ia muito atrás das minhas primas, eu sempre convivi com meninas, desde de moleque, e elas todas iam fazer chapinha, só que eu era careca, porque assim, a gente tem que lembrar que a questão dos *boys* negros com essa questão do cabelo é raspar, é ser careca. Então assim, desde pequena minha mãe sempre raspava meu cabelo, e eu ficava lá olhando minhas primas, e eu achava que elas ficavam tão mais bonitas de cabelo liso. Hoje já rola uma outra visão, hoje todas têm cachos no cabelo, ou usam o cabelo crespo mesmo, eu inclusive tenho esse cabelo black imenso. Hoje a gente se acha lindo com nossos cabelos assim, mas durante toda a minha infância o liso era o belo. A gente tinha até uma coisa ritualística, todo domingo a tarde era dia de ir pro salão [de beleza], porque domingo à noite era dia de culto e a gente tinha que estar todas muito bonitas, aí chegava na igreja, e como era uma igreja da periferia, era todo mundo preto, aí chegava todo mundo de chapinha no cabelo (risos). E todo esse processo de reflexão veio a partir da graduação, não nas salas de aula, mas por conviver muito com mulheres pretas, na verdade hoje em dia eu convivo mais com bichas pretas, mas esse processo de entendimento, autoestima, e de se saber linda é bem difícil. Tipo, você entende as teorias, mas explicar isso pra sua subjetividade, pra imagem que aparece no espelho é difícil, tem que ser um exercício diário. E é louco né, a minha mãe também acaba sendo influenciada por essa nova forma de eu me ver. Ela é evangélica, e ela parou de alisar o cabelo e agora anda com um black lindo, daí ela sempre diz: “nossa, como é lindo esse cabelo que Deus nos deu né”. Ahh, e também ela usa uns colares de madeira que eu tenho, que não são colares convencionais, são colares de bicha, e ela vai toda toda pra igreja. Então você vê, a religião tá lá, firme e forte, mas o cabelo e a identidade visual dela mudou, mudou junto com a minha identidade (Beyonce, estudante de ciências sociais, 26 anos).

A aproximação a novos conhecimentos, novas práticas sociais e a melhor compreensão sobre o modo com que determinadas formas de opressão fazem-se presentes na vida cotidiana dos diferentes sujeitos não gera de pronto uma nova forma de ver e viver no mundo, necessitando ainda de processos e reflexões subjetivas a fim de que esses novos conhecimentos e vivências possam ser postos em prática, sociais, culturais, políticas. Cabe também lembrar que a compreensão crítica sobre a questão racial não é necessariamente uma forma de conhecimento que leve o sujeito a desconstrução de outras naturalizações opressivas, mas uma porta aberta a tal possibilidade. Deste modo, afirmo que: a identificação com a coletividade negra, expressa num primeiro momento pela sobreposição da identidade negra à candidatos pretos/pardos que precisam se autodeclarar negros/as a fim de receber o benefício do sistema de cotas, e num segundo momento pela assunção da identidade negra enquanto consciência crítica sobre as opressões vivenciadas por pretos e pardos, não leva necessariamente a novas práticas sociopolíticas. Todavia, esse processo mostra-se profícuo ao proporcionar maiores possibilidades de inclusão desses novos sujeitos nos jogos de poder, político, epistêmico, social, econômico e cultural.

É-nos cara a percepção de que assim como a utilização do termo negro aparece para designar a consciência sobre as opressões vivenciadas pela população preta e parda, logo como referência militante e política, o termo bicha apresenta-se nas falas de nossos colaboradores em momentos de enfrentamento, não se explicitando a identificação gay por parte de nossos colaboradores. Diante dessa constatação, Beyonce explica que:

No dia a dia eu não me apresento como Beyonce, uma bicha preta. A bicha vem nessa pegada de potência, porque assim, se você pegar do ano de 2015 pra cá, teve uma ascensão nas redes sociais de muita bicha produzindo muita coisa, muito conteúdo informativo, utilizando muito o termo de empoderamento bicha, e esse galera vem revolucionando o modo de pensar a bicha. Tem inclusive uma bicha chamada *Linn da Quebrada* que tem uma música que explica bem esse processo, a música chama *Bicha Preta*, que é o meu mantra de coragem, eu ouço ela todo dia. Então a bicha tem essa ressignificação, porque a bicha

sempre foi algo muito pejorativo, mas hoje já é uma potência. Já o gay, na minha concepção, acaba sendo só um gay, que passa ali despercebido, já a bicha não, ela vai lá e te dá dedo, te faz pensar, te questiona. Essa música da Linn, que é pra mim mantra de coragem, ela me ajuda a ressignificar a minha sexualidade e a minha pele. Todos os lugares que eu vou ocupar eu sei que a minha pele vai falar antes de mim, sei também que os meus trejeitos gays vão falar antes de mim, e isso vai gerar olhares do tipo: “ai que coisa feia, ai que coisa estranha...”, então eu preciso entender que esse sou eu, que essa pele é minha e que essa é a minha sexualidade, e pronto! Reivindicar essa identidade, bicha e preta, não me dói, dói pros outros, e por conta disso dói pra gente se aceitar enquanto aquele que não vai ser aceito, mas no fim das contas, dói mais pra mim ter que me negar, me recalcar. O termo bicha tem esse poder de te levar de cabeça erguida pro embate. Falando um pouco de mim, eu era da igreja assembleia de Deus, eu tive que fazer terapia pra entender o que era diversidade sexual, porque eu achava que eu tinha o demônio em mim, por que deus era muito incrível, foda e maravilhoso, ele tinha feito tudo na minha vida, me dado tudo o que eu tinha, e mesmo assim eu era viado. Eu pensava: “ei Beyonce, vai cagar com Deus?”. Eu cresci com essa culpa cristã, explodi de uma vez daquele armário e gritar: “ahhhh caralho, eu sou gay”, foi uma sensação de liberdade que eu nunca havia imaginado, mas também demorou, e claro, ainda hoje é difícil (Beyonce, estudante de ciências sociais, 26 anos).

Constatamos até aqui que as construções identitárias suscitadas a partir da vivência acadêmica toma as subjetividades e também a vida cotidiana dos estudantes cotistas dentro e fora da universidade. As pesquisas acadêmicas que buscam a melhor compreensão sobre a questão do negro caminham paralelamente ao ativismo, em meio aos coletivos de estudantes e também pela participação no movimento social negro. Deste modo, para além da autoanálise e abertura para novas possibilidades de auto-identificações, inicia-se também, por parte dos estudantes cotistas, um processo de classificação e caracterização dos distintos sujeitos, sobretudo aqueles buscam usufruir de políticas públicas, representatividade política e mesmo status social em determinados espaços nos quais os negros são mais prestigiados. Num jogo marcado pela negociação sobre a utilização da identidade negra, nossos colaboradores relatam o surgimento daquilo que os próprios denominam como afroconveniência. Ao analisar o posicionamento identitário de indivíduos entendidos pelos estudantes

como brancos, mas que se autoidentificam como sujeitos, nossos colaboradores explicitam suas respectivas perspectivas sobre a utilização dos termos preto e negro, vejamos:

Enquanto estudante aqui na UEL o que mais me choca e me incomoda é o crescimento dos negros por conveniência, aquelas pessoas que pra poderem falar em determinados espaços, onde geralmente tá rolando algum debate racial, e mesmo que ao prestarem o vestibular pelo sistema de cotas se lembram que o avó era preto, que a mãe ou pai passou por algum episódio de racismo e mesmo que próprio cabelo é encaracolado ou o nariz é grande, mas que depois desses momentos nem lembram da questão racial e desfilam como brancos por aí. E o mais foda é que essa galera se assume como negra. Eu acho que a utilização do termo negro tá começando a se massificar, sobretudo aqui na UEL onde os coletivos negros tão botando pra quebrar, daí essa galera que só quer os bônus da luta negra se diz negra sem nem saber o que é ser negro. Pra mim, preto é qualquer um que tenha a pele um pouco mais escura, até os bronzeados de praia, a galera de cabelo enrolado, enfim, qualquer um, até os pardos. Mas negro é a galera que tá aí colocando a cara pra bater nas manifestações contra o racismo e pela continuidade das cotas, que mesmo diante das crises existências, depressões e de toda hostilidade sofrida aqui na UEL, sai lá da quebrada, do Cinco Conjuntos, União da Vitória⁵⁵, passa quase duas horas no busão pra tá aqui na UEL, levar pancada e mesmo assim tirar boas notas pra continuar o sonho. Eu mesmo não curto me chamar de negro, só me chamo assim quando é necessário, ser negro é pesado, é solitário sabe, por isso que entre os negros rola essa irmandade. Quem realmente sabe que é negro não sai por aí a torto e a direito dizendo que é negro (Matheus, estudante de relações publicas, 22 anos).

Identidade fluida, como todas as outras, a “identidade negra” é também passível de negociação e manipulação não por pretos e pardos, que veem nesse mecanismo essencialista (essencialismo estratégico) o meio para a mobilização e visualização das opressões vivenciadas ao longo da historia pela população negra. Ora, essa possibilidade de negociação, sem grandes constrangimentos,

⁵⁵ Bairros localizados na periferia da cidade de Londrina.

e conseguinte identificação negra por grupos com distintas trajetórias sociais à dos negros se faz possível devido aquilo que o antropólogo Peter Fry (1995, p.132-133) diagnosticou como a possibilidade de “desracialização” das identidades individuais.

Preocupados com que a implementação das políticas de ação afirmativa viesse a criar um processo de agravamento dos conflitos raciais, entendido por Fry (1995), Maggie (2004;2006), Kamel, 2006); Magnoli (2007;2009) como até então inexistentes no Brasil, esses autores não pensaram que assim como têm feito ao longo dos séculos, de modo consciente ou mesmo inconsciente, a população branca continuaria a gozar de certos privilégios. Transitando livremente entre as fronteiras raciais, quando lhes convêm, as limitações para que estudantes não-negros deixem de “roubar” as vagas reservadas a estudantes negros nos processos vestibulares surgem a partir das denúncias dos próprios estudantes cotistas.

Para além do campus da universidade, verifica-se o florescer de espaços de confraternização e de discussão política constituído por estudantes negros e permeados pela “cultura negra”. Em conversas com os colaboradores e mesmo por minha vivência nesses espaços, constato o crescimento de eventos direcionados ao público discente negro. Espaços moveis, esses momentos explicitam-se em festas organizadas pelos coletivos de estudantes, nos quais a presença de corpos negros e música negra são a características principais. Deste modo, eventos como o Sarau das Pretas, a festas Black`s e bloco carnavalesco Pretas A-Mar-Te têm ganhado grade visibilidade na cidade.

Como visto nesse capítulo, as tensões suscitadas a partir da entrada na UEL levam nossos colaboradores a um conjunto de reflexões individuais e sociais, bem como a elaboração crítica de respostas à suas respectivas trajetórias e experiências de vida, perspectivadas agora sob a égide do racismo à brasileira. O entendimento sobre seus respectivos papéis enquanto sujeitos sociais inseridos na luta contra o racismo nos salta aos olhos, mesmo nos momentos de fragilidade, desencadeados diante das restrições sociais impingidas pela cor de suas peles pretas. Há deste modo o embate, através do questionamento de perspectivas acadêmicas e sociais, o que, por sua vez, nos

faz inferir uma incipiente, mas profícua alteração no modo com que as relações raciais e identitárias têm sido compreendidas no âmbito acadêmico e teórico brasileiro.

Inseridos no cenário de discussão teórica e epistemológica, alguns desses estudantes cotistas, ex-cotistas e mesmo pesquisadores já renomados, independentemente da autoidentificação negra, preta, parda ou branca, vêm explicitando uma visão alternativa às consagradas bibliografias sobre a questão racial e identitária no contexto brasileiro. Sob minha perspectiva, esse jogo de poder, bem como as disputas teóricas que engendram, não são ainda passíveis de serem analisadas a contento, havendo, contudo, a viabilidade de algumas análises sobre os impactos sociopolíticos desses processos permeados por novas e antigas construções identitárias.

A preocupação, como já visto, de antropólogos, autores pós-coloniais e decoloniais sobre o modo com que o essencialismo estratégico vem sendo operacionalizado pelo ativismo negro e mesmo no âmbito jurídico a fim de que políticas específicas possam garantir a guinada socioeconômica da população negra é com certeza válida. Todavia, compartilho com o antropólogo José Carlos dos Anjos a seguinte reflexão:

Não me parece lógico que se possam corrigir desigualdades raciais sem se enfatizar o processo de racialização já ocorrido, numa espécie de vacina ou lente de aumento que levaria a aquilo que os marxistas chamavam de “consciência para si”, nesse caso, da racialização. Talvez não existam atalhos ao processo de visualização da racialização já ocorrida, como condição para uma sociedade sem raças (ANJOS, 2005, p. 236).

A análise da trajetória das populações negras, não só no Brasil, mas de modo geral (diáspora), nos leva à compressão de que intrínseca as distintas vivências desse contingente sempre estiveram as armadilhas, o bônus seguido do ônus, não havendo assim a certeza de que as políticas de ação de afirmativa sejam finalmente a ferramenta redentora da população negra. Não obstante, como visto ao longo desse trabalho, atrelado a epistemes que têm por objetivo

dar visibilidade a experiências quistas apagadas, a mesma noção essencialista que serviu para a opressão negra, se vê agora como mobilizadora política, social e cultural desses grupos. Não há é claro certezas sobre os rumos que essa tentativa de *rasurar* um conceito que parece já falar por si possam tomar. Fato é que até aqui os resultados têm sido, no âmbito epistêmico e político, mais benéficos do que o silêncio característico da questão racial no Brasil.

Considerações finais

Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres.

(Achille Mbembe)

Em 2008, ainda estudante de graduação em ciências sociais na UEL, tive uma grata surpresa em saber que o antropólogo Kabengele Munanga, cuja obra é referência teórica sobre questão do negro no Brasil, viria proferir uma palestra no campus da UEL. Leitor de seus trabalhos e admirador por sua trajetória de vida, tendo-o assim como referência pessoal, de início a fala de Munanga me causou certa frustração. Convidado para uma palestra sobre “Os desafios das políticas de ação afirmativa no âmbito das universidades públicas brasileiras”, o antropólogo iniciou seu proferimento relatando uma experiência pessoal. Munanga explicitou um episódio no qual, ao presentear o filho, que acabara de completar 18 anos, com um carro, antes mesmo que o jovem pudesse desfrutar de seu presente o pai teve uma conversa sobre ações a serem tomadas mediante uma abordagem policial. Deste modo, explicou ao filho que em situações de abordagem, a primeira ação a tomar seria a racionalidade dos movimentos, que deveriam ser verbalizados com antecedência à autoridade policial, aguardando-se a autorização para praticá-los. Em seguida, a instrução de que o jovem deveria manter o pé firme na embreagem ou mesmo que o carro fosse desligado, e que de modo algum efetuasse algum tipo de movimento brusco no sentido de acionar o freio de mão, ação que caso ocorresse deveria ser previamente anunciada. Mantendo as mãos sobre o volante durante toda a abordagem, caso fosse solicitado a apresentação de documentos, o jovem mais uma vez deveria verbalizar o local onde estava guardada a documentação, a exemplo do porta-luvas do veículo, para daí, após autorização, apanhá-lo.

Ao ouvir esse primeiro relato, confesso, me senti consternado. Em meus pensamentos a seguinte construção: “como pode um homem tão ciente sobre os modos de opressão e inferiorização da população negra permitir com que seu próprio filho se submeta à situação tão vergonhosa e benevolente?”. Para mim, sendo o jovem o filho de Kabengele Munanga, intelectual internacionalmente reconhecido, estaria ele legitimado a não submeter-se aos desmandos policiais, colocando-se assim o próprio agente público em seu “lugar”. Não obstante, a continuidade da palestra de Munanga me levou à triste constatação de que antes de ser filho de um intelectual, estudante universitário, e pertencente às classes médias paulistanas, esse jovem era negro, primeira característica a ser apresentada a autoridade policial. Pude deste modo compreender que o aprofundado conhecimento de Munanga sobre o racismo o leva ao entendimento de que a aquisição de capitais específicos, prestigiados no âmbito social, não é ainda capaz de alterar um imaginário social no qual os negros são tidos como cidadãos de segunda classe, logo menos valorizados.

Tecendo uma reflexão sobre a questão do negro com a advento da sociedade Moderna e sua continuidade na Pós-Modernidade, Achille Mbembe entende que de acordo com o imaginário colonial, negro e raça têm sido, ao longo da história, sinônimos. Deste modo, argumenta que no termo negro expressa-se o:

Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e espírito em mercadoria – a cripta viva do capital. Porém – e esta é sua patente dualidade –, numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até mesmo no ato de viver em vários tempos e várias histórias simultaneamente (MBEMBE, 2018, p.21).

Vivência em vários tempos e várias histórias simultaneamente, a reflexão de Mbembe nos permite aprofundar a afirmação de Frantz Fanon, “onde quer que vá, o preto permanece um preto” (2008, p. 149), bem como a de Beyoncé “sim, somos negros, mesmo que alguns saibam disso e outros não”, explicitando que junto a essa realidade, desenvolve-se também, como brilhantemente sistematizado por Gilroy (2012), um “atlântico negro”, no qual os negros, espalhados por todos os lugares, tiveram/têm uma história de luta pela visibilidade de sua *agência* enquanto seres com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual.

Respaldados pelo sistema jurídico e também pelas políticas públicas, fato expresso em particular pelas políticas de ação afirmativa, a vivência empírica dos estudantes cotistas nos permite o entendimento de que os sistemas legais têm papel relevante para afetividade do enfrentamento às desigualdades raciais, mas limitado para a consolidação do respeito às diferenças. Às demandas empreendidas pelos movimentos sociais negros, ao longo dos séculos XX e XXI, direcionaram-se leis e políticas públicas que mesmo festejadas pelo ativismo negro, só vieram a ser compreendidas, em seus aspectos positivos e negativos no plano simbólico, após processos de discussões e conflitos, protagonizados, sobretudo, pelos beneficiários de tais leis e políticas. Fato é que, mesmo amparados no âmbito legal, na *práxis* os negros continuam a serem antes de sujeitos de direito, “negros”. É esta a compreensão expressa por Munanga em seu relato pessoal, no início desse capítulo, também a relatada por nossos colaboradores.

Relembremos a reflexão de Nakia,

Antes eu dizia que queria entrar na universidade para ter um diploma, porque o único jeito de uma pessoa negra falar alguma coisa sem ser questionada é tendo um diploma, eu sei que até tendo um diploma ela é questionada, só que antes eu achava que isso mudaria. Hoje eu acho que o empoderamento intelectual tem me dado muita força pra eu conseguir me colocar nos diferentes espaços nos quais nós somos rejeitados, vamos dizer assim.

Argumento que o contundente aumento de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras, objetivo primária das políticas de ação afirmativa, deve ser entendido como um fenômeno que, mesmo benéfico para o enfrentamento das desigualdades raciais, por si só, não é capaz de propiciar o respeito às diferenças, variável responsável por abrir a possibilidade com que o negro deixe de ser “negro” em qualquer lugar que vá. Todavia, entendo o sistema de cotas com recorte racial como um processo necessário para que, através do “empoderamento intelectual” e político, a coletividade negra possa ocupar espaços sociais até então cerrados, e a participarem de discussões epistêmicas e políticas diretamente relacionados à sua vida, enquanto grupo social (representatividade política).

O perigoso processo de racialização despertado pelo sistema de reserva de vagas fez emergir em todo o contexto nacional diversas formas de reflexão, individuais e coletivas. Disputados tanto no meio acadêmico quanto no militante, a observação empírica revela que muitas das preocupações suscitadas em ambos os âmbitos puderam ser visualizados, em parte, nas experiências universitárias dos estudantes cotistas.

No que tange aos pressupostos teóricos elaborados por pesquisadores favoráveis e contrários à implementação do sistema de cotas com corte racial, afirmações que vislumbravam a possibilidade de que as políticas de ação afirmativa deixassem mais nítidas as barreiras de cor, negros e brancos, alterando assim uma realidade social na qual termos como “moreno claro”, “moreno escuro”, moreninho, marrom etc. tendiam a escamotear uma divisão tão nítida se apresentam como parcialmente verdadeiras, na medida em que a identidade cotista se vê intrinsecamente relacionada à identificação negra. Essa nova realidade no campo universitário tem resultado num certo constrangimento à autoidentificação dos estudantes cotistas com esses termos capazes de amenizar a contundência de uma identificação negra. Por outro lado, o aprofundamento crítico, sob perspectiva empírica e teórica, sobre as questões raciais e do negro permitiram que a “identidade negra”, no singular, como sinônimo de inferioridade e criação colonial, fosse negociada e manipulada (*essencialismo estratégico*) pelos estudantes cotistas, explicitando-se assim a identificação negra como potência, portadora dos significados necessários à

mobilização política, referência pessoal para o surgimento e manutenção da autoestima negra e mesmo objeto de crítica a fim da visibilidade das idiosincrasias que caracterizam os diferentes sujeitos sob a pele negra.

Ainda sobre esse contundente processo de racialização subjacente às políticas de ação afirmativa, explicita-se diante das tentativas de estudantes brancos em burlar o sistema de cotas, através da autoidentificação negra, as maiores possibilidades que os não-negros têm em transitarem entre identificações opressoras e oprimidas. Essa constatação me leva a argumentar sobre a necessidade do entendimento de que a noção de raça, para além de contraditoriamente servir à mobilização política e consciência crítica, possa resultar em devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres que recaem sobre a população negra, deve ser compreendida como um *semióforo*, capaz de garantir privilégios às populações brancas até mesmo quando se busca a desestabilização dos preceitos que corroboram essa realidade de hierarquização das diferenças.

Referência bibliográfica:

ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. Rev. bras. polít. int. [online]. vol.45, n.2, pp.198-223, 2002.

ANGROSINO, Michel. Etnografia e observação participante. Porto Alegre - RS Artmed, 2009.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. O tribunal dos tribunais: onde se julga àqueles que julgam raças. Horizontes Antropológicos, v. 11, 2005.

ASANTE, M, K. Afrocentricidade: teoria de mudança social. Afrocentricity International, Inc. 2014.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF- FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. p. 187-227.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRAGA, Amanda. História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.

BRASIL. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRAH, A. Cartografías de la Diápora: Identidades en custión. Traficantes de sueños. Mapas. 2006.

CARDOSO, Marcos Antônio. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARNEIRO, SUELI. A batalha de Durban. Rev. Estud. Fem. [online]. vol.10, n.1, pp.209-214, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. A política de cotas no ensino superior: Ensaio descritivo e analítico do mapa das ações afirmativas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Brasileira, v. 307).

COMPARATO, F. K. Luiz Gama, herói do povo brasileiro. *Folha de S.Paulo*, 13.5.2007.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

COSTA, S. Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. 2006.

DEMARTINI, Z. B. F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, A. B. S. G. (Org.). Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: CERU, 1992.

DEPESTRE, René. *Bonjour et adieu à la négritude*. Paris: Robert Laffont, 1980. 262p. p.82-160.

DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição, São Paulo, SENAC, 2004

_____. "A nova abolição. A imprensa negra paulista", Estudos Afro-Asiáticos, ano 27, n. 3, Rio de Janeiro, 2004.

DU BOIS, W. E. B. As almas da gente branca. Tradução Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro, Lacerda Ed. 1999.

ERIKSEN, Thomas Hylland. Crioulização e criatividade. *Global Networks*, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 223-237, 2003.

_____. *Engaging anthropology: the case for a public presence*. Oxford: Berg, 2006.

_____. Ethnic identity, national identity and intergroup conflict: the significance of personal experiences. In: ASHMORE, Richard D.; JUSSIM, Lee J.; WILDER, David (Org.). *Social identity, intergroup conflict, conflict reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 42-70.

_____. The cultural contexts of ethnic differences. *Man*, [S.l.], v. 26, p. 12-44, 1991.

FANON. F. *Os condenados da terra*. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON. F. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro na Sociedade de Classes Volume I - 3a ed.* São Paulo: Ed. Globo, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915 – 1963)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Circulo do Livro, 2007 [1933].

FRY, P. O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a política racial brasileira. *Revista USP*, n. 28, p. 122-135, 1995.

GILROY, P. *O Atlântico Negro*. Trad. Cid Knipel, EDITORA 34 Ltda. Rio de Janeiro, 2012.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 444p.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p 115-147, março. 2008.

GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Selected Subaltern Studies*. New York. Oxford University Press, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Preconceito racial. Modos, Temas e Tempos*. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 103-133, [1996] 2000.

Hanchard, Michael G. *Orfeu e o poder. Movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. Editora UNESP, 2006.

_____. HOFBAUER, Andreas. Algumas considerações sobre estratégias identitárias da militância negra. In: F.L. Corsi, J.M. Camargo,

M.C. Pires, R.L. Vieira. (Org.). Economia, relações internacionais e sociedade - Perspectivas do capitalismo global. Londrina: Praxis, 2006b, p. 205-218.

_____. Entre olhares antropológicos e perspectiva dos estudos culturais e pós coloniais: consensos e dissenso no trato da diferença. In: Antropolítica. Niterói, n. 27, 2009, p. 99 – 130.

_____. Políticas de identidade: posições antropológicas diante dos direitos quilombolas e das cotas raciais. VIVENCIA (UFRN), v. 50, p. 165-184, 2017.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

LANZA, Fabio et. al. Yá Mukumby - a vida de Vilma Santos Oliveira 2ª Edição revisada e ampliada (Coleção Presença Negra em Londrina). 2. ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. v. 1. 69p.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: Editora n-1, 2018

MAGNOLI. (et al). Divisões Perigosas: políticas raciais no brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2007.

MAGGIE, Yvonne. "'Aqueles a quem foi negada a cor do dia': as categorias cor e raça na cultura brasileira", in M. Chor Maio & R. Ventura Santos. Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Fiocruz, CCBB, 1996.

MAIO, C, M. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50; In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14 nº 41, 1999.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil — um debate em curso. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2007.

MOURA, Clóvis. As raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

_____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra (3ª. ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. Cadernos PENESB, Niterói: EDUFF, 2004, p.15-34, vol. 5.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, José Donizetti B. de. "O mito da democracia racial": um olhar sobre os movimentos negros em Londrina – 1940 – 1990. Dissertação de Mestrado, UEL, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. In: Sobre o pensamento antropológico. TEMPO BRASILEIRO. 2003.

_____. Os (Des)Caminhos da Identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n.42, p. 07-21, 2000.

OSÓRIO, R. G. Desigualdades raciais no Brasil. In SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo.; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. "Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade", (Texto para Discussão no. 1228, IPEA) 2006.

PAIVA, Ângela R. *Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, França e África do Sul*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PAIXÃO, Marcelo. *Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PAIXÃO, Marcelo. et al. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PASTORE, José & SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Macron Books, 2000.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

Pinto, Regina P. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*, São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 1a edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, nº 24, pp. 199-242, 2000.

_____. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Resolução 78/2004, Conselho Universitário, Universidade Estadual de Londrina.

Resolução 008/2017, Conselho Universitário, Universidade Estadual de Londrina.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAHILINS, M. O “pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não um objeto em via de extinção (parte I); *MANA*, Vol. 3, 1997, p. 41-73.

SAID, E. *O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo. Companhia das letras, 2007.

SANSONE, LIVIO. *Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda*”. *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, Salvador, pp. 165-188.

_____. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*, trad. de Vera Ribeiro, Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2007, 335 pp.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Joel Rufino dos, "Movimento negro e crise brasileira", Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. in Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos negros, educação e ações afirmativas. Tese de doutorado, Brasília: 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. Agendas e Agências: A construção do movimento PVNC. In: Revista Negro e Educação: Identidade Negra, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. 2003.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. São Paulo: PUC, 1998.

SILVA, Maria Nilza da. Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo. 1. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares - Ministério da Cultura, 2006.

_____. As cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina e a proporcionalidade: o impacto de uma particularidade. In: Jocélio Teles dos Santos. (Org.). Cotas nas Universidades: análise dos processos de decisão. 1ed.Salvador: UFBA, 2012, v. 1, p. 77-98.

_____. Uma Década das Ações Afirmativas na UEL (2004-2014). Tomo (UFS), v. 24, p. 217-236, 2014.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, M. A. S. Souza, Alexsandro E. P. de. Negro em Movimento: a trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. 1. ed. Londrina: UEL, 2014. v. 1. 72p.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, M. A. S. O Doutor Preto - Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina. 2. ed. Londrina: UEL, 2014. v. 1. 62p.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, M. A. S.; SILVA, Nikolas. G. P. ; CAMPOS, M. C. . Dona Izolina e a Venda dos Pretos: Solidariedade e Resistência. 1. ed. Londrina: UEL, 2016. v. 1. 100p.

SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: Jairo Queiroz Pacheco; Maria Nilza da Silva. (Org.). O negro na universidade: o direito à inclusão. 1ed.Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, v., p. 21-49.

_____. Ação Afirmativa e o Combate ao racismo institucional no Brasil. Caderno de Pesquisa, n. 117, nov. 2002.

_____. Quem negro foi quem negro é? Anotações para uma sociologia transnacional negra. In: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramon. (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2018, v. 01, p. 269-284.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930) (1a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política o Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1973.

SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. Sociabilidade e Território: o cotidiano do negro em Londrina. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

_____. Sociabilidade e Racismo: os limites socialmente impostos ao bem-estar dos negros em Londrina. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL.

SOUZA, Neusa. S. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG (2010).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PACHECO NETO, Manuel. *A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos, apresamentos e mitos*. / Manuel Pacheco Neto - Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

TODOROV, T *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TOURAINÉ, A. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

WRIGHT, Richard. *Black Boy. Infância e Juventude de um negro Americano* Aurora. Trad. [1945]1993, Editora Espaço e Tempo: Rio de Janeiro. Maria Soares Neiva.

Woodward, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (15ª ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.